



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EM BUSCA DE DISTINÇÃO E RIQUEZAS: PATRIMÔNIOS MATERIAIS E
PODER NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS, CAPITANIA DA PARAHYBA NORTE
(segunda metade do séc. XVIII)**

Janice Correa da Silva

João Pessoa-PB
2013

JANICE CORREA DA SILVA

**EM BUSCA DE DISTINÇÃO E RIQUEZAS: PATRIMÔNIOS MATERIAIS E
PODER NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS, CAPITANIA DA PARAÍBA NORTE
(segunda metade do séc. XVIII)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

Orientadora: Profa. Dra. Carla Mary S. Oliveira

João Pessoa-PB

2013

S586e Silva, Janice Correa da.
Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do rio Piranhas, Capitania da Parahyba Norte (segunda metade do séc. XVIII) / Janice Correa da Silva.- João Pessoa, 2013.
170f. : il.
Orientadora: Carla Mary S. Oliveira
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL
1. História - Paraíba. 2. História - Pombal. 3. Patrimônio material. 4. Paraíba colonial. 5. Cultura histórica. 6. Cultura política.

UFPB/BC

CDU: 981.33(043)

JANICE CORREA DA SILVA

**EM BUSCA DE DISTINÇÃO E RIQUEZAS: PATRIMÔNIOS MATERIAIS E
PODER NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS, CAPITANIA DA PARAHYBA NORTE
(segunda metade do séc. XVIII)**

João Pessoa 28 de fevereiro de 2013

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra. Carla Mary S. Oliveira
Orientadora - PPGH-UFPB

Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo
Membro Externo - CERES-UFRN

Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes
Membro Interno - PPGH-UFPB

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros
Membro Suplente Externo - PPGA-UFPE

Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes
Membro Suplente Interno - PPGH-UFPB

Aos meus pais, Francisco e Maria, por tudo que me ensinaram e por terem sido meu
sustentáculo nos momentos árdusos.

AGRADECIMENTOS

Evidentemente, um trabalho acadêmico não se realiza sem o envolvimento de muitos. Aqui, registro o meu sincero e profundo agradecimento a algumas pessoas, que de muitas maneiras, contribuíram para a concretização desta pesquisa. Mediante o auxílio delas, tive a possibilidade de a cada dia, ir seguindo e triunfando sobre todos os obstáculos.

Agradeço a Deus (meu refúgio perfeito), pela fidelidade em todos os momentos. À minha orientadora Carla Mary, que durante esses dois anos de curso me conduziu pelas sendas do saber histórico com muita diligência e competência. Sou imensamente grata pelos inúmeros livros emprestados, indicações de leitura, sugestões valiosas, paciência, zelo, leitura criteriosa do trabalho. Profundamente grata a você por tudo.

Sou eternamente grata aos meus pais Francisco e Maria, meus educadores por excelência, a quem dedico esta dissertação. Vocês foram os responsáveis pela minha tranquilidade, me oferecendo todo carinho e apoio durante esta trajetória.

Entre os meus familiares, agradeço ainda as minhas irmãs Jailma, Janete e Carmem. Aos meus irmãos Jair e Jailton. Aos meus sobrinhos Ítalo, Pedro Natan e a minha sobrinha Iara Cristina (crianças que tornaram os meus dias mais alegres). Não posso deixar de fazer menção do apoio que recebi de meu cunhado Wanderson Leandro, disposto a ajudar em todas as circunstâncias.

É impossível esquecer o auxílio que recebi do meu tio Francisco, de sua esposa Maria e de suas filhas Millena e Michele. Durante o primeiro ano de curso, me receberam em sua residência em João Pessoa e me proporcionaram conforto, carinho e ajuda em todas as coisas. Serei sempre grata.

Nesta jornada, muitos amigos me incentivaram e me ajudaram bastante. Registro aqui os seus nomes: Almair Morais, Rafaela Pereira, Ana Paula Cruz, Marcílio Garcia, Laudivânia Arruda, Wlisses Estrela, Paulo Lacerda, Socorro Lacerda, Kaliane, Kely, Kaline, Maria de Fátima e Luiz Roza. Não esquecerei jamais o apoio.

Minha gratidão e reconhecimento verdadeiro ao professor Osmar Luis Filho pela oportunidade que me concedeu de durante a graduação, ingressar na Iniciação Científica e entrar em contato com a documentação utilizada neste trabalho. Da mesma forma, reconheço o incentivo e auxílio recebidos dos professores Rodrigo Ceballos, Lucinete Fortunato e Isamar Gonçalves.

Agradeço aos professores Ângelo Emílio, Regina Gonçalves, Mozart Vergetti, Serioja Mariano, Cláudia Cury, Solange Rocha e Raimundo Barroso. Aos coordenadores e vice-

coordenadores do Programa de Pós Graduação em História e a todos os colegas da turma de mestrado.

Também agradeço aos professores Muirakytan Macêdo e Gustavo Acioli, que prontamente aceitaram o convite para participação na Banca Examinadora, sou grata pela leitura e contribuições ao trabalho.

Finalmente, agradeço a Capes pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação busca empreender uma investigação histórica acerca dos patrimônios materiais no sertão do Rio Piranhas, na segunda metade do século XVIII. No que se refere aos aspectos teóricos à pesquisa foi apoiada pela Nova História Política e, dentro desse campo, pela discussão do conceito de Cultura Política. Outras discussões teóricas também nortearam o trabalho, como a que diz respeito ao patrimonialismo, à cultura material e à Cultura Histórica. Destarte, pretende-se discutir a importância dos documentos cartoriais e judiciários da cidade de Pombal no sertão do atual estado da Paraíba, no âmbito da Cultura Política de Antigo Regime. Tenta-se compreender a maneira como os atores sociais buscaram se apropriar do espaço (durante o processo de conquista) e, portanto, dos recursos oferecidos pela natureza, constituindo seus cabedais. Uma análise das relações sociais no sertão do Rio Piranhas, percebidas enquanto geradoras de mecanismos que favoreceram a acumulação de bens materiais e a consequente ascensão na hierarquia social se fez visível. As conexões com outros espaços, estabelecendo relações de amizade e de conflito, constituindo haveres e riquezas e administrando-as, é um aspecto aqui apreciado. No intuito de desvendar estas problemáticas, tivemos por fonte documental os inventários e testamentos depositados no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, na Cidade de Pombal, sertão da Paraíba. Fizemos uso também de procurações existentes no Cartório de 1º Ofício de Notas Coronel João Queiroga, da mesma cidade de Pombal. Foram utilizados ainda, requerimentos transcritos na obra de João de Lyra Tavares e alguns poucos registros documentais do Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras Chave: Patrimônios Materiais; Sertão; Paraíba Colonial; Cultura Histórica; Cultura Política.

ABSTRACT

The main objective of this work is to undertake a historical research on material patrimonies in the sertão of Rio Piranhas, during the second half of the eighteenth century. Concerning the theoretical aspects the research was supported by the New Political History, and in this field, by the discussion of Political Culture concept. This work was also guided by other theoretical discussions, as it relates to patrimonialism, material culture and the Historical Culture. Thus, we intend to discuss the importance of judicial and notarial documents of Pombal municipality, in the sertão of Paraíba state, within the Political Culture of the Old Regime. We aim to understand how social actors sought to appropriate of the space (during the conquering process) and, therefore, the resources provided by nature, constituting their properties. An analysis of social relations in the sertão of Rio Piranhas, perceived as generating mechanisms that favored the accumulation of material goods and the consequent social rising became visible. The connections with other spaces, establishing friendly and conflict relations, constituting assets and wealth and managing them, is an appreciated aspect in this work. In order to unravel these problems, we used documental sources such as inventories and wills deposited in the Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, in Pombal municipality, sertão of Paraíba. We also used powers of attorney found in the Cartório de 1º Ofício de Notas Coronel João Queiroga, in Pombal municipality. Requirements transcribed by João de Lyra Tavares and a few documental records from the Arquivo Histórico Ultramarino were used in our research as well.

Keywords: Material patrimonies; Sertão; Colonial Paraíba; Political Culture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Imóveis pertencentes a José Alves Barreto.....	56
Tabela 2 -	Escravos pertencentes a José Alves Barreto.....	59
Tabela 3 -	Animais pertencentes a José Alves Barreto.....	60
Tabela 4 -	Preço do gado <i>vacum, cavalar</i> , nos inventários do sertão do Rio Piranhas.....	61
Tabela 5 -	Móveis domésticos pertencentes a José Alves Barreto.....	63
Tabela 6 -	Utensílios domésticos pertencentes a José Alves Barreto.....	64
Tabela 7 -	Objetos pessoais pertencentes a José Alves Barreto.....	66
Tabela 8 -	Bens profissionais pertencentes a José Alves Barreto.....	68
Tabela 9 -	Objetos de uso pessoal pertencentes a Damiana de Sousa.....	72
Tabela 1 -	Objetos de uso pessoal pertencentes a Antonia Leandra da Conceição.....	75
Tabela 11 -	Quantidade de missas e destinatários.....	80
Tabela 12 -	Ativos familiares nos inventários do sertão do Rio Piranhas.....	82
Tabela 13 -	Dívidas ativas de Luís Peixoto Viegas.....	109
Tabela 14 -	Dívidas passivas de Luís Peixoto Viegas.....	110
Tabela 15 -	Dívidas ativas de José Alves Barreto.....	112
Tabela 16 -	Dívidas passivas de José Alves Barreto.....	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Inventário de Luis Peixoto Viegas (“Inventário da Demência”).....	18
Figura 2 -	Testamento de José Gonçalves Ferreira.....	22
Figura 3 -	Procuração Bastante que faz D. Tereza de Jesus Maria e seus filhos.....	23
Figura 4 -	Carta Corographica da Parahyba do Norte, o sertão do Rio Piranhas está descado em verde.....	35
Figura 5 -	Mapa delimitando o Sertão de Piranhas da Capitania da Paraíba.....	36
Figura 6 -	Mapa aproximado delimitando o Sertão de Piranhas da Capitania da Paraíba no século XVIII.....	37
Figura 7 -	Casa de taipa.....	57
Figura 8 -	Vista interior de uma casa de taipa.....	658
Figura 9 -	Canastra.....	64
Figura 10 -	Colher e garfo.....	65
Figura 11 -	Espingarda.....	70
Figura 12 -	Sela.....	70
Figura 13 -	Cangalha.....	71
Figura 14 -	Diagrama Vínculos de Antonio Alves de Oliveira com outros espaços.....	71

SUMÁRIO

	AGRADECIMENTOS.....	vi
	RESUMO.....	vii
	ABSTRACT.....	ix
	LISTA DE TABELAS.....	x
	LISTA DE FIGURAS.....	xi
1	NOS MEANDROS DA ESCRITA.....	14
1.1	PRINCIPIANDO UM DIÁLOGO.....	14
1.2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA HISTÓRICA E CULTURA POLÍTICA.....	25
2	OCUPANDO AS RIBEIRAS: A “DISTRIBUIÇÃO” DE TERRAS E A CONQUISTA DO SERTÃO.....	30
2.1	CONOTAÇÕES SIMBÓLICAS E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS DO SERTÃO.....	30
2.2	OLHANDO ALÉM DO PERIGO: POSSIBILIDADES DE ENRIQUECIMENTO NO SERTÃO.....	37
2.3	ALGUNS ASPECTOS SOBRE A CONQUISTA DO SERTÃO.....	38
2.4	EM BUSCA DE “SOBRAS DE TERRAS” NO SERTÃO.....	46
3	PATRIMÔNIOS MATERIAIS E PODER NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS.....	52
3.1	PENSANDO A CULTURA MATERIAL.....	52
3.2	TERRAS E GADOS: ELEMENTOS PRINCIPAIS DO PATRIMÔNIO DE JOSÉ ALVES BARRETO.....	55
3.3	VESTIMENTOS DE SEDA, BRINCOS E CORRENTES DE OURO: OS BENS DE DAMIANA DE SOUSA E ANTONIA LEANDRA DA CONCEIÇÃO.....	71
3.4	“INVESTINDO NA MORTE”: OS ANSEIOS DO SARGENTO MOR LUÍZ PEIXOTO VIEGAS.....	77
3.5	AS MUITAS TERRAS E O GADO DO ALFERES NICOLAU RODRIGUES DOS SANTOS.....	81
4	A DINÂMICA DAS RELAÇÕES ENTRE OS HOMENS QUE POSSUEM O GOVERNO E A PROPRIEDADE DA TERRA.....	87
4.1	UMA DISCUSSÃO SOBRE OS NÍVEIS DE AUTONOMIA NA COLÔNIA.....	87
4.2	AS RELAÇÕES SOCIAIS NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS.....	102
4.3	CONECTANDO-SE COM OUTROS ESPAÇOS.....	105
4.4	VÍNCULOS DE AMIZADE E RECIPROCIDADE.....	109

4.5	DISPUTAS E RIVALIDADES NO SERTÃO.....	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS	118
	Anexo A - Ficha de Coleta de Dados dos Inventários.....	127
	Anexo B - Requerimentos de Terras Transcritos na Obra de João de Lyra Tavares.....	133
	Anexo C - Pessoas Envolvidas na Elaboração de um Inventário.....	136
	Anexo D - Roteiro da Escrita de Inventário (Inventário de Joana Monteiro).....	138
	Anexo E - Transcrição Integral do Inventário de João Pereira da Silva.....	139
	Anexo F - Transcrição Integral da Procuração que faz Francisco Pereira de Sá e Agostinho de Araujo Fonceca.....	168
	Anexo G - Inventários da Segunda Metade do Século XVIII, Sertão do Rio Piranhas.....	170
	Anexo H - Imóveis nos Inventários do Sertão do Rio Piranhas.....	171

1 NOS MEANDROS DA ESCRITA

1.1 PRINCIPIANDO UM DIÁLOGO

Esta dissertação analisa a constituição de patrimônios materiais no sertão do Rio Piranhas, na segunda metade do século XVIII, e a sua importância enquanto elemento de “distinção” social. No que se refere aos aspectos teóricos, a pesquisa se apoiou na Nova História Política e, dentro desse campo, na discussão do conceito de Cultura Política. Outras discussões teóricas também nortearam o trabalho, como as que dizem respeito ao patrimonialismo, à cultura material e à Cultura Histórica.

Dialogou-se, portanto, com autores que trabalharam temas relacionados à problemática das relações sociais, das elites e das riquezas, assuntos extremamente conectados com o que é aqui abordado, os patrimônios no sertão do Rio Piranhas, a exemplo de: Almeida (2007); Fragoso (2007); Gonçalves (2007); Gouvêa (2004); Mascarenhas (1998); Martins (2007); Silva (2005); e Souza (2007), dentre outros, objetivando perceber, nessas elaborações, aspectos que podem ser relacionados ao movimento de constituição de riquezas no sertão do Rio Piranhas.

O interesse pelo tema foi despertado na ocasião da experiência como bolsista de Iniciação Científica, quando cursava a Graduação em História, momento em que foi travado contato¹ com documentação existente em arquivos cartoriais e judiciários da cidade de Pombal, no sertão da Paraíba. A partir daí, a motivação para o desenvolvimento de um trabalho que se debruçasse sobre o estudo do sertão foi só aumentando, cada vez mais e mais.

À medida que a documentação era compulsada, muitas indagações foram surgindo. Surgiam questionamentos então, dentre os quais se destacava a necessidade de perceber que realidade era vivenciada na segunda metade do século XVIII no sertão do Rio Piranhas. Foi justamente essa inquietação que motivou o início de uma investigação histórica sobre os patrimônios materiais e cabedais familiares no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte, tendo como recorte temporal a segunda metade do século XVIII, objetivando identificar os mecanismos utilizados pela elite² sertaneja na legitimação de seu estatuto social.

¹ O contato com a documentação se iniciou quando da participação no projeto de pesquisa “O Averso do Silêncio: os Lugares da Escrita no Alto Sertão Paraibano”, vinculado ao PIBIC/UFCG/CNPq, durante a vigência 2008-2009, sob a orientação do professor Dr. Osmar Luiz da Silva Filho. O referido projeto tinha como objetivo promover uma exploração das fontes documentais escritas do Alto Sertão Paraibano na temporalidade do século XVIII, assim como a divulgação dessas mesmas fontes.

² O termo elite é utilizado aqui para identificar os indivíduos que ocupavam o topo da hierarquia social. Sobre este tema, ver Silva (2005). A formação deste segmento social (elite), detentor de riqueza e poder se deu a

Aqui se procura descortinar a seguinte problemática: De que modo se constituiu um grupo social detentor do poder e da riqueza no oeste paraibano? Quais foram os mecanismos utilizados por esses indivíduos que passaram a ocupar o topo da hierarquia social a ponto de, na segunda metade do século XVIII, possuírem cabedais suficientes para serem arrolados em inventários? Que elementos materiais constituíam a base do patrimônio das famílias no sertão? Quais os possíveis arranjos entre estes atores no exercício das práticas sociais e das relações de poder?

Na tentativa de responder a esses questionamentos, ações foram desenvolvidas, pois a pesquisa também foi construída por meio de um procedimento de trabalho prático, que consistiu no levantamento e transcrição paleográfica dos textos documentais depositados no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, em Pombal.

Utilizou-se, também, documentos depositados no Cartório de 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis Coronel João Queiroga, também na cidade de Pombal: estes documentos deram luz para a compreensão das ligações entre os sertanejos e indivíduos de outros sertões e outras regiões, como Pernambuco, Bahia, etc.

Foram utilizados ainda, requerimentos de terras transcritos na obra de João de Lyra Tavares e alguns poucos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. O intuito foi o de encontrar elementos que fornecessem uma compreensão acerca dos patrimônios e do movimento em busca desses bens no espaço geográfico delimitado para a pesquisa. Nessa empreitada, concorda-se com a ideia de que

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. E esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. (CERTEAU, 1982, p. 73)

É preciso destacar que foram analisados principalmente os inventários (além dos documentos citados) deixados pelos sertanejos, dentro do recorte temporal proposto. O corpus documental, portanto, foi de 15 inventários, 02 testamentos, 08 procurações e 04 documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

Nos inventários foram encontradas informações acerca da quantidade e caracterização dos bens móveis e imóveis, das dívidas ativas e passivas dos falecidos, da partilha dos bens

partir do movimento de conquista do sertão, em que os atores sociais envolvidos nos conflitos conseguiram a aquisição de terras e de outros cabedais como recompensa pela participação em tais embates.

inventariados entre os herdeiros, contas cartoriais, arrematação de bens, soma dos bens, bens separados para se pagarem as dívidas, bem como de diversos outros aspectos acerca de questões jurídicas, relações familiares, sociais e transações econômicas.

Por meio dos textos contidos nos inventários se pôde perceber a posição social ocupada pelos indivíduos, as atividades econômicas que desenvolviam, a atuação jurídica dos oficiais partícipes na elaboração dos documentos, os valores dos bens móveis e imóveis, bem como suas quantidades, o que permitiu visualizar as possibilidades materiais dos homens e mulheres em questão. A descrição dos bens possibilitou a observação de quais aspectos, ligados à cultura material, apareciam com maior frequência no Alto Sertão Paraibano e neste sentido, muitas outras constatações puderam ser realizadas.

Na abordagem deste tema foi necessário proceder a um recorte também nas fontes, uma vez que são inúmeras as possibilidades oferecidas pela documentação, posto a imensa multiplicidade de informações nelas contidas, o que impossibilita abarcar todas suas facetas. Assim, procedeu-se à elaboração de fichas técnicas³ onde foram acolhidas as informações consideradas mais relevantes, ou seja, dito de outra maneira, onde foram dispostos os elementos mais conectados com o objeto aqui analisado. Contudo, no decorrer da investigação se foi percebendo que o objeto encontra-se relacionado com variados assuntos, o que impulsionou a olhar mais além e procurar entender o complexo contexto que o envolve.

Considerando o estágio atual de desenvolvimento dos estudos históricos, não é possível deixar de lado a propagação da pesquisa histórica no Brasil, que nos últimos anos viu surgirem novos objetos e desafios, reportando-nos às situações maiores de produção historiográfica. Entretanto, no que se refere ao contexto mais específico desta pesquisa, houve o discernimento imediato de “uma imunidade em relação a temas que possam ser viabilizados pela existência de fontes históricas disponíveis”. Percebeu-se, assim, que se colocava o desafio de pôr em prática uma operação muito mais laboriosa, a ser acionada em função da existência desses achados e do acesso a eles pelo pesquisador (SILVA & SILVA FILHO, 2009, p. 1).

Tendo o entendimento de que “o ofício ou, por outro lado, a prática científica do historiador requer um diálogo imprescindível com os atos e os testemunhos que podem nos falar da experiência humana no tempo, quais sejam: as fontes históricas”, escudados em

³ Na elaboração das fichas técnicas nos baseamos no modelo apresentado por Muiraktan Kennedy de Macêdo (2006) em sua tese de doutoramento intitulada *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó* (Séc. XVIII). Para compor as fichas técnicas Macêdo inspirou-se no artigo de Milton Stanczyc Filho (2003), que tem como título *Instrumentos de pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários post-mortem*. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/...>>. Acesso em: 19 dez. 12. Ver modelo de “ficha técnica” no anexo A.

teorias e exposições histórico-conceituais que delimitam as investigações, as vozes do passado e do presente convocam a visitar a audácia e os limites da própria atividade investigativa (SILVA & SILVA FILHO, 2009, p. 2-3).

Compreende-se então, que o processo de leitura e transcrição dos documentos é, em muitos casos, trabalhoso não em virtude, obrigatoriamente, da antiguidade da fonte, mas levando-se em consideração que a letra cursiva do século XVIII é acompanhada de regionalismos com as ornamentações diferenciadas de cada escrivão. Desse modo, trabalhar com fontes que remontam ao período colonial, constitui-se num verdadeiro desafio – leia-se desafio, e não obstáculo – pois se tem a possibilidade de, mediante leitura atenta, onde se verificam os menores detalhes, apresentar o complexo de relações em que os sertanejos encontravam-se imersos na segunda metade do século XVIII (SILVA & SILVA FILHO, 2009, p. 3).

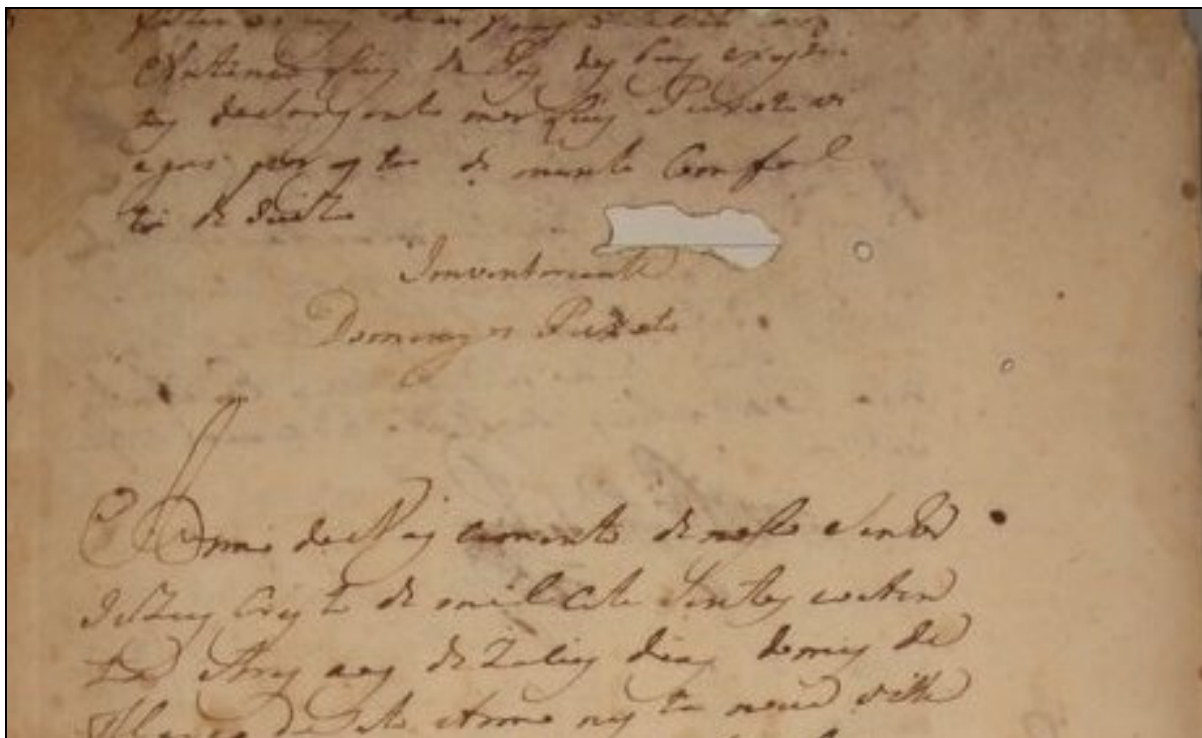
Em alguns momentos, os materiais investigados colocam a escrita à frente (como se pode perceber na figura 01), quase que desaparecendo aos olhos, em razão da presença de fungos, tornando demasiadamente escura grande parte da página, assim como a destituição dos traços escritos, deixando poucos indícios da penada do escrivão. O desenrolar deste trabalho de transcrição torna-se efetivo na medida em que se identificam as minúsculas, maiúsculas e as abreviaturas. A morfologia da cursiva do setecentos apresenta-se bastante desafiadora, principalmente em documentos que não estão acompanhadas da arte de escrever bem, mais presente nos documentos originados da Corte Portuguesa (SILVA & SILVA FILHO, 2009, p. 3).

Trata-se de uma documentação pouco consultada. São documentos extensos. Quanto ao estado de conservação, estão muito danificados, com trechos ilegíveis, rasurados, furos provocados pela ação de fungos. É, pois, um trabalho que requer muita perseverança, posto que, para que tais fontes se tornem inteligíveis é preciso superar grafia ilegível, a forma própria de cada escrivão redigir, expressões da época, palavras que deveriam ser separadas e estão juntas e vice-versa, abreviaturas e outras peculiaridades (MASCARENHAS, 1998, p. 43). Por esta razão, para o auxílio da transcrição paleográfica, contou-se com o apoio de trabalhos específicos⁴.

A seguir, um fragmento de inventário:

⁴ Entre outros, foram consultados os trabalhos de SAMARA, Eni de Mesquita; DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein *et al.* *Paleografia e fontes do período colonial*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1986. E ainda o trabalho de BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architetonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/capela/>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

Figura 01 - Inventário de Luis Peixoto Viegas (“Inventário da Demência”⁵)



Fonte: Fragmento extraído do inventário de 1783. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Os inventários *post-mortem* eram processos judiciais para a legalização da transmissão de bens. Antecedendo às partilhas, eles tinham como finalidade apurar o que compunha a herança, ou seja, os haveres, tais como terras, casas, escravos, animais, entre outros. “As partilhas fazem cessar o estado de comunhão sobre todos os bens da herança distribuindo-a entre os herdeiros” (STANCZYK FILHO, 2003, p. 9-10).

Alguns inventários eram lavrados pelo juiz ordinário de órfãos. É óbvio que, só produzia esses documentos o pequeno segmento da população que, no transcurso de sua vida, amalhara bens de valor considerável para legar. Mas, mediante os poucos rastros da penada do escrivão é possível perceber os despossuídos, pobres e escravos, uma vez que são mencionados ou como bens (escravos), ou como credores e devedores dos inventariados (MACÊDO, 2007, p. 85).

Fazer inventários dos bens deixados era prática comum nas sociedades de colonização portuguesa e, portanto, na Cultura Política⁶ de Antigo Regime⁷. Regulado pelas Ordenações

⁵ A expressão “inventário da demência” aparece no inventário de Luis Peixoto Viegas, datado de 09 de outubro de 1783. Demência refere-se ao estado mental (“doente e falta de juízo”) do sargento, cf. inventário datado de 16 de março de 1783, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

⁶ A noção de Cultura Política é aqui compreendida como um conjunto de normas e valores que definem a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro. Trata-se de uma leitura compartilhada e normativa do passado histórico. Entende-se, que a noção de Cultura Política vincula-se

Filipinas, o sistema de herança era algo muito sério naquela sociedade (MOTA, 2007, p. 47). A seguir, um fragmento que dá uma noção acerca de como funcionava o sistema de herança com base nas Ordenações Filipinas:

Quando algum homem casado, ou sua mulher se finar, deve o que ficar vivo dar partilha, aos filhos do morto, se os tiver, quer sejam filhos, d' antre ambos, quer da parte que se finou, se forem legítimos, ou taes, que por nossas Ordenações, ou Direito devam herdar seus bens e não havendo filhos dará partição aos netos, ou outros descendentes do defuncto, ou aos ascendentes se descendentes não tiver, quando os ascendentes estiverem em igual grao, herdará o ascendente mais chegado em grao, assim como se se finasse uma pessoa sem descendentes e tivesse sua mãe viva e sue avó ou avoa, pai ou mãe de seu pai, em tal caso sucederá a mãe e não o avó ou avoa por parte de seu pai e assim em semelhantes casos. E não havendo herdeiros descendentes ou ascendentes per linha direita, dará o que vivo ficar partição a quem o morto mandar em seu testamento. E falecendo sem testamento, a dará aos parentes mais chegados do defunto, segundo disposição do direito e partirá com os herdeiros do defunto, todos os bens e cousas, que ambos haviam, assim móveis como raiz⁸.

Os inventários, além do inventariante geralmente indicam o nome do inventariado, a época/data do óbito, a localidade do mesmo, e a *causa-mortis*, bem como o estado civil do defunto, o nome do esposo/ esposa, a filiação, a existência de herdeiros, o seu número, se diretos ou colaterais, os seus nomes, o sexo, o estado civil, a idade, o grau de parentesco, legitimidade, entre outras informações. Abrange ainda a descrição minuciosa dos bens móveis, imóveis, das dívidas ativas e passivas, suas respectivas avaliações judiciais, o conjunto do espólio, os taxas de tramitação, entre outras informações. Depois da partilha, que era iniciada pelos bens móveis, passando aos bens de raiz e depois as dívidas ativas, o escrivão faz a entrega da herança aos respectivos herdeiros, na maneira das cotas decretadas pelo juiz. Os legatários colocam-se em poder das respectivas porções deliberadas nas partilhas (STANCZYK FILHO, 2003, p. 9-10).

Estes processos encontravam-se divididos em três partes. Na primeira delas consta um termo de abertura, em que podem ser percebidas informações como data, nome do inventariado, a enumeração dos herdeiros diretos, assim como o local de residência do morto. Já na segunda parte, depois de realizada a avaliação pelos comissários, eram arrolados os bens, divididos por itens (MOTA, 2007, p. 47).

intimamente a cultura global de uma sociedade, mesmo assim, não se confunde totalmente com ela, visto que sua esfera de ação incorre de modo excepcional sobre o político (BERSTEIN, 1998, p. 351-352).

⁷ Apesar da fragilidade do conceito de Antigo Regime apontada por Souza (2006, p. 67), fez-se uso da expressão, sempre procurando observar as especificidades do sertão da Paraíba colonial.

⁸ Ver Ordenações Filipinas Livro IV, Título XCVI. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

Sem sombra de dúvida, buscando validar a quantia atribuída aos bens, os comissários avaliadores apresentam um conjunto de dados que tornam a listagem dos mesmos mais rica. Por exemplo, quando se procedia a avaliação de uma terra, os avaliadores assinalavam antes, sua localização, área e qualquer acrescentamento que ela possuísse, como a proximidade do rio, a existência de benfeitorias ou outros elementos que a valorizassem. Por fim, após o somatório de todos os bens, procedia-se à partilha, ajustando a porção para cada herdeiro. Esta partilha era de responsabilidade do inventariante e, com certeza, esta era uma tarefa bastante árdua, como confirmam os vários documentos apensados na parte final dos inventários. A composição de inventários de bens era imprescindível e tinha data limite para ser iniciada. O documento era elaborado a partir de uma solicitação da família ou do Juiz dos órfãos, notadamente nas circunstâncias em que havia menores entre os legatários (MOTA, 2007, 47-48).

Durante o processo de elaboração de um inventário se pode notar que há uma série de etapas⁹ ou, dito de outra forma, a escrita desses documentos implicava vários momentos distintos e neles, provavelmente, havia espaço para a “manipulação” das informações. É possível, então, que por trás da atuação jurídica que envolvia a elaboração desses documentos existisse uma gama variada de interesses que redundariam em vantagens do ponto de vista material. Resulta disso a importância dos cargos na administração régia/ local. Em muitos casos as pessoas encarregadas da tutoria, por exemplo, ou os que ficavam na condição de curador dos órfãos, ocupavam cargos públicos¹⁰. Entendendo o patrimonialismo como um elemento responsável pelo surgimento de práticas, comportamentos, códigos e valores que davam forma à Cultura Política predominante no sertão, se pode considerar que a não diferenciação entre as esferas pública e privada foi algo marcante na Cultura Política do período analisado.

Possuir um cargo na administração régia era, desse modo, a porta de entrada para possíveis oportunidades de se apropriar do poder público em benefício próprio: é a presença do patrimonialismo, ou seja, a indistinção entre as esferas pública e privada¹¹. Parece que

⁹ São inúmeras certidões, um exemplo pode ser visto no Anexo D.

¹⁰ Por exemplo, João Antunes Ferreira aparece na condição de escrivão em diversos inventários aparece também como curador de vários órfãos. Ver Anexo C.

¹¹ Procedendo a uma análise das raízes históricas do Estado Português Faoro considerou que a sua forma de organização apresentava uma peculiaridades/singularidade fundamental, esta, estava calcada no fato de que o bem público, ou seja, as terras e o tesouro pertencentes a Corte Real vinculavam-se profundamente ao patrimônio que constituiria a esfera de bens íntima do governante. Essa prática ficou conhecida como patrimonialismo. Sendo assim, a Coroa conseguiu constituir, desde os golpes iniciais da conquista, gigantesco patrimônio rural, essa propriedade se misturava com a posse da casa real aplicada o produto nas obrigações coletivas ou pessoais, sob as conjunturas que discerniam mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe. As terras, tesouros reais se perdiam nos seus aspectos público e particular. Rendas e

esses magistrados utilizavam o poder que possuíam para fins particulares (PAIVA, 2012, p. 6). Só para se ter uma amostra de tal realidade, veja-se o exemplo a seguir, onde um magistrado fica na condição de curador de uma órfã:

Aos vinte dias do mes de Abril de mil setteSenttos e oitenta e cinco anos nesta nova villa de Pombal de nossa Senhora do Bom SucesSo Capittania da Parahiba do Norte no meu Escriptorio digo do Norte em casa do Juiz de órfãos o Licenciado Antonio Luis da Paz sendo Eu Escrivão de Seu cargo ao diante nomeado vim e Sendo ahi mandou o dito Juis vir perante si ao [juiz de órfãos] Ajudante Francisco da Costa Barbosa o qual deu o juramento dos Santos Evangelhos em hum livro delles Subcargo do qual lhe encarregou que bem e verdadeiramente serviSe de Curador a órfã deste inventário [...]¹²

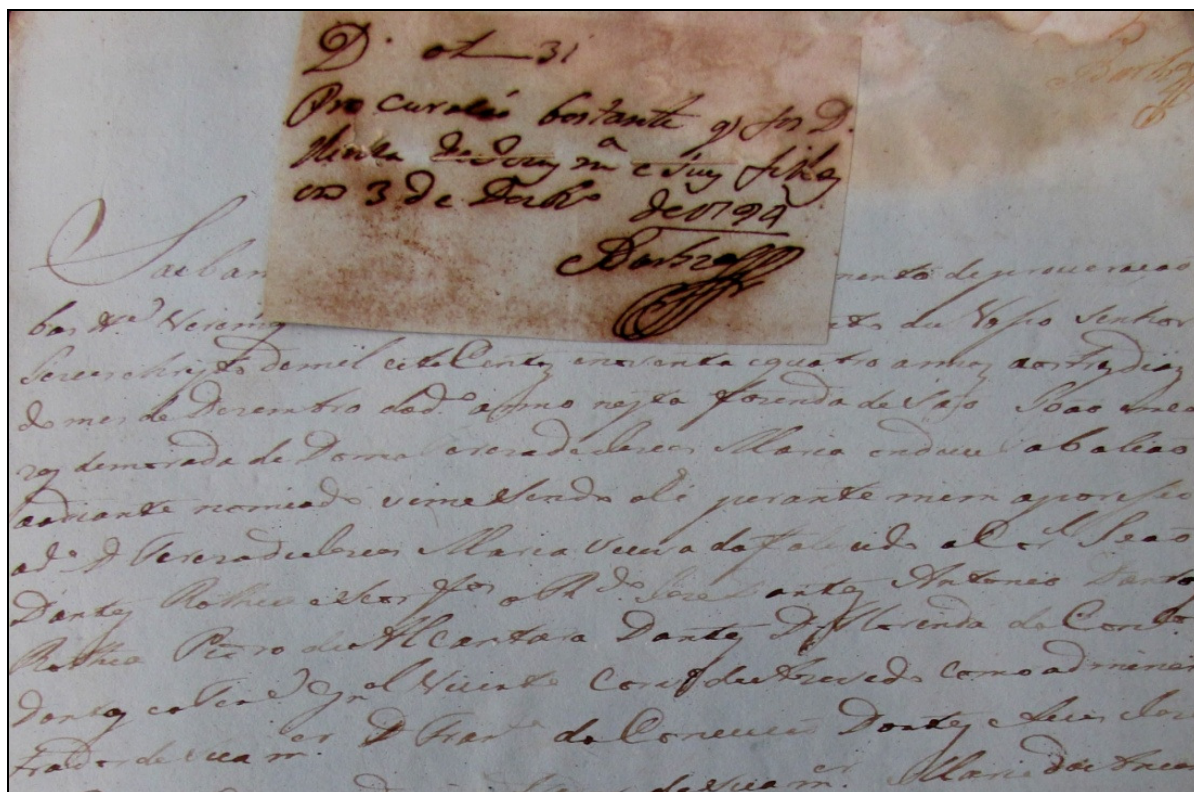
Quanto aos testamentos, estes são instrumentos públicos, através dos quais o indivíduo declarava ou mostrava, de modo solene, sua vontade e seus desejos após sua morte. Esses desejos estão relacionados aos seus bens. Durante o período colonial, os testamentos poderiam ser de três tipos: o nuncupativo, em que o testador declara oralmente; o hológrafo, redigido e assinado pelo testador; e o público, escrito pelo tabelião. Comumente essa fonte traz informação sobre a qualificação do testador, data de nascimento, número de filhos maiores e menores, legítimos, naturais ou adotivos, estado no momento de testar (*in-extremis*, etc.), bem como se era ou não alfabetizado (STANCZYK FILHO, 2003, p. 9).

Constam ainda as petições de ordem religiosa, como invocações, rogações, encomendações da alma à Santíssima Trindade, a Jesus, a Maria e aos santos. Estão presentes ainda determinações a serem examinadas com relação ao corpo, ao enterramento, ao funeral e às precauções espirituais *post-mortem*, entre outros aspectos (STANCZYK FILHO, 2003, p. 9). A seguir temos a imagem de um fragmento de testamento do corpus documental estudado:

despesas eram aplicadas, sem discriminação normativa prévia, nos gastos da família ou em bens e serviços de utilidade geral (FAORO, *apud* SILVEIRA s/d, p. 11). Nas palavras de Faoro, “o patrimônio do soberano se converte, gradativamente, no Estado, gerido por um estamento, cada vez mais burocrático” (FAORO, 1991, p. 171). Nesse sentido, Faoro considera que a estrutura de poder patrimonialista adquirida do Estado português por nossos antepassados, foi inteiramente importada para a colônia (SILVEIRA, s/d, p. 10). O Patrimonialismo seria para Faoro a característica mais marcante do desenvolvimento do Estado brasileiro através dos tempos (SILVEIRA, s/d, p. 10).

¹² Retirado do inventário de Antonia Leandra da Conceição, 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

Figura 03 - Procuração Bastante que faz D. Tereza de Jesus Maria e seus filhos



Fonte: Fragmento retirado do Livro de Notas de 1794. Cartório de 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis Coronel João Queiroga, Pombal – PB.

Em suma, podemos afirmar que os documentos cartoriais e judiciários existentes na cidade de Pombal, no sertão do atual estado da Paraíba, eram muito importantes na Cultura Política de Antigo Regime, pois faziam parte de um circuito de relações tanto burocrático como político. Sendo assim, apresentaram-se na condição de instrumentos que possibilitaram aos súditos do rei a legitimação e apropriação do novo espaço da conquista, o sertão.

Este trabalho, portanto, busca empreender uma investigação histórica acerca dos patrimônios e cabedais familiares no sertão do Rio Piranhas na segunda metade do século XVIII, – e sua importância enquanto elemento de “distinção” – momento em que a “paz” com os “bárbaros” já estava estabelecida, sendo a conquista, portanto, uma realidade. No que diz respeito ao recorte espacial (sertão do rio Piranhas), é preciso ressaltar que tratava-se de um espaço conectado com outros sertões, inclusive de outras capitanias como se verá mais adiante.

Destarte, no segundo capítulo pretende-se discutir, através da análise dos requerimentos de terras, o modo por meio do qual os atores sociais buscaram se apropriar dos recursos oferecidos pela natureza, constituindo seus cabedais e investindo naquilo que realmente era interessante (terras, por exemplo) naquele contexto em que viviam. Nesta etapa

do trabalho, uma discussão, ainda que mínima acerca do processo de conquista que envolve variados aspectos como a guerra dos bárbaros e a relevância dos cursos d' água no empreendimento de ocupação se mostrou imprescindível.

O terceiro capítulo se ocupa em mostrar os cabedais de algumas famílias sertanejas, constituídos nos inventários, como evidências da cultura material. Nessa seção do trabalho foram compulsados e analisados inventários e testamentos.

No quarto e último capítulo se busca discutir as relações sociais entre os indivíduos que possuíam o governo e a propriedade da terra no sertão do Rio Piranhas, percebendo-as como geradores de mecanismos que favoreceram a acumulação de bens materiais e sua consequente ascensão na hierarquia social. É justamente nesse contexto que se observa os diversos modos de fazer e as táticas dos colonos (CERTEAU, 1994), bem como a maneira pela qual essa elite se conectava com outros espaços, estabelecendo relações de amizade e conflitos, constituindo haveres e riquezas e administrando-os (SILVA, 2005; GONÇALVES, 2007; SOUZA, 2007).

A relevância desta pesquisa advém do esforço de procurar compreender os movimentos dos colonizadores no espaço-sertão¹³, por meio de uma documentação pouco consultada, captando a cultura material desses indivíduos, cultura esta que informa sobre seus costumes, suas condições econômicas, interações sociais, e deixa que se percebam os elementos que marcavam a Cultura Política de então.

Este trabalho examina, portanto, como se constituiu a experiência humana dos atores sociais numa dada temporalidade e num dado espaço, a saber: a segunda metade do século XVIII (1778-1799) e o alto sertão da Capitania da Parahyba do Norte. Neste intento, se buscou captar os movimentos sociais e a luta empreendida por esses sertanejos em favor de seu sustento e de sua sobrevivência, de seu reconhecimento e de sua ascensão social. Nesta empreitada, foi considerado que “[...] a escrita da história inclui, simultaneamente, o pensado e a vivência, por que ela é o pensamento de uma experiência vivida [...]” (PROST, 2008, p. 238).

Desse modo, se procurou identificar o que se acumulava, em que se investia e quais elementos dentro do quadro das riquezas conferiam, aos colonos, uma diferenciação dentro de tal sociedade. Tentou-se perceber como este movimento estava associado à atuação de um

¹³ Espaço compreendido como sendo o resultado das relações entre indivíduos, grupos ou culturas. Em dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, Paulo Henrique Guedes se debruçou sobre o estudo da colonização do sertão considerando os “agentes produtores do espaço” e os “contatos interétnicos”. Nesse sentido, o autor compreendeu o espaço como sendo fruto das relações entre indivíduos, grupos ou culturas. Ele (o espaço) é elaborado no tempo, estando em contínua construção (GUEDES, 2006, p. 9). Aqui se fará sempre uso desta compreensão.

determinado grupo social, preocupado com a manutenção de seus interesses e que almejava tornar-se detentor da riqueza e do poder local, com ramificações aos espaços próximos e até distantes, ambos elementos se apresentando como fatores que proporcionaram “distinção” a esse mesmo grupo.

1.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA HISTÓRICA E CULTURA POLÍTICA

Como mostrou Borges, a interdisciplinaridade francesa foi responsável pelo alargamento do campo da história no qual “rejuvenesce” a História Política (BORGES, 1991/2, p. 16), com o detalhe de que essa revitalização da História Política possibilitou também o desenvolvimento do conceito de Cultura Política.

Essas mudanças também proporcionaram a emergência de uma nova concepção de poder, este não seria apenas aquele procedente do Estado ou das grandes instituições, e nem seria apenas o poder exercido pelos personagens que ocupavam lugares de relevo nos quadros governamentais. Nessa compreensão, poder é aquilo que exercitamos também na vida cotidiana, uns sobre os outros, na condição de “[...] membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante”. O poder é exercitado através das palavras ou imagens, dos modos de comportamento e dos preconceitos (BARROS, 2009, p. 149).

Não é fácil definir a Cultura Política, pois se sua noção é complexa sua definição também o é (BERSSTEIN, 1998, p. 350). Por isso, este trabalho toma por base as elaborações de alguns autores neste campo da historiografia, no intuito de estabelecer uma reflexão em torno da ideia de Cultura Política.

Entre os autores que trabalharam o tema específico da Cultura Política está Serge Bernstein. Segundo ele, a Cultura Política é um fenômeno de vários parâmetros que não leva a uma única explicação, mas que permite sua adaptação à complexidade dos comportamentos humanos (BERSTEIN, 1998, p. 350). De acordo com este autor, a Cultura Política apresenta, entre outros aspectos, uma leitura compartilhada e normativa do passado histórico, com conotação positiva ou mesmo negativa, uma compreensão da sociedade ideal, tal como a veem os possuidores dessa cultura e, para expressar o todo, um discurso codificado em que o vocabulário empregado, as palavras chave, as fórmulas recorrentes são portadoras de sentido, e enquanto ritos e símbolos cumprem, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significativo (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Assim, a noção de Cultura Política está intimamente vinculada à cultura global de uma sociedade, no entanto, não se confunde totalmente com ela, uma vez que sua esfera de ação incorre excepcionalmente sobre o político (BERSTEIN, 1998, p. 352).

Para Berstein a Cultura Política, como a própria cultura, está inscrita no conjunto das normas e dos valores que definem a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro e, evidentemente, no interior de uma nação existe uma multiplicidade de Culturas Políticas (Cultura Política republicana, Cultura Política socialista, etc.).

Buscando explicar a razão do surgimento da Cultura Política, bem como de sua proficuidade para o trabalho do historiador, Berstein se expressa da seguinte maneira:

O seu nascimento corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e as grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações (BERSTEIN, 1998, p. 355).

(...)

Ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenômeno coletivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências (BERSTEIN, 1998, p. 361).

Na compreensão do autor, a Cultura Política manifesta um dos interesses mais relevantes da História Cultural, o de entender as motivações, as ações dos homens num momento da sua história por alusão ao sistema de valores, de normas, de crenças que compartilham, em função da sua leitura do passado e de suas pretensões para o futuro, “das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que tem da felicidade” (BERSTEIN, 1998, p. 361). Esses são alguns aspectos do pensamento elaborado por Berstein acerca da noção de Cultura Política.

Temos também a reflexão desenvolvida por Ângela de Castro Gomes em artigo intitulado “Cultura política e Cultura Histórica no Estado Novo” presente na coletânea “Cultura política e leituras do passado”. De acordo com a autora, o conceito¹⁴ de Cultura Política permite explicações ou interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades. E essa é uma das razões mais apontadas para sua retomada pela História. Gomes mostrou que a categoria Cultura Política vem sendo compreendida “como um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir o entendimento “dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social” (GOMES, 2007, p. 47-48), em determinado momento e lugar.

¹⁴ A autora usa os pares conceito e categoria para se referir à Cultura Política.

Conforme esta historiadora, a composição de uma Cultura Política demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração. Para ela, a diversidade de Culturas Políticas existentes compete entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão. No entanto, a multiplicidade de Culturas Políticas não é obstáculo para a possibilidade do surgimento de uma Cultura Política dominante em conjunturas específicas (GOMES, 2007, p. 48).

A constituição de uma Cultura Política e de uma Cultura Histórica conecta-se, profundamente, à prática de políticas públicas, especialmente sob regimes autoritários, que investem de maneira consciente e competente na busca de sua validade, “mobilizando valores, crenças e tradições da sociedade, com destaque para os que se referem a uma herança e passado histórico comuns” (GOMES, 2007, p. 49).

Ainda segundo Gomes, a composição de Culturas Políticas incorporaria, sempre, uma leitura do passado, passado este que pode ser histórico, mítico ou ambos. Tal leitura conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos e textos referenciais. Esta leitura do passado também envolveria um “enredo” – uma narrativa – desse próprio passado, podendo-se então conformar uma Cultura Histórica articulada a uma determinada Cultura Política (GOMES, 2007, p. 48).

No que diz respeito à noção de Cultura Histórica, é preciso, em primeiro lugar, afirmar que não existe concordância entre os pesquisadores que se ocupam deste tema acerca de sua definição. Sendo assim, a preocupação aqui não é defini-la, mas unicamente apresentar uma reflexão em torno da mesma, tomando por base as discussões elaboradas por alguns autores.

Em *História e Historiadores*, Angela de Castro Gomes, inspirando-se nas noções formuladas por Le Goff e Bernard Guenée escreveu da seguinte maneira:

Por “cultura histórica” entende-se “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado”, [...] um complexo de fenômenos [...] que envolve não só a disciplina histórica, como também outras formas de conhecimento e expressão cultural que tenham como referência o passado (GOMES, 1996, p. 158).

De acordo com essa compreensão, se os historiadores podem permanecer sendo considerados os principais formuladores da cultura histórica de uma sociedade num dado momento, eles não são detentores do monopólio desse processo de elaboração, operando juntamente com outros atores, que participam de outras funções sociais (GOMES, 1996, p. 138).

Elio Chaves Flores, em seu artigo “Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica” apresenta a seguinte compreensão acerca da Cultura Histórica:

Entendo por Cultura Histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p. 83).

Sob essa ótica, a Cultura Histórica não está circunscrita ao âmbito da historiografia, isto é, do conhecimento elaborado pela história científica, legitimada pela academia. Ela (a Cultura Histórica) é configurada a partir do encontro do saber histórico científico com o saber elaborado por uma variedade de outros intelectuais que se responsabilizam pela divulgação de tal saber por meios também variados, conferindo-lhe um certo sentido.

Nos concentraremos agora na tentativa de apresentar alguns componentes que caracterizavam a Cultura Política de Antigo Regime. Sabe-se que um novo e amplo campo de possibilidades de prestação de serviços à monarquia e de remuneração dos mesmos pela Coroa abriu-se com a conquista ultramarina. Constituiu-se então uma sociedade que para além de seu sentido comercial¹⁵ e de suas relações escravistas¹⁶, fundamentou-se em valores e práticas de Antigo Regime (BICALHO, 2005, p. 22).

Esses valores e práticas, no caso Ibérico, são provenientes de uma compreensão corporativa da sociedade, disseminada pelo modelo jurisdicional vigente nos séculos XVI e XVII, apontando para uma concepção reduzida do poder régio, “segundo o qual o monarca representava simbolicamente o corpo social e político mantendo seu equilíbrio e harmonia, zelando pela religião, preservando a paz e a ordem, garantindo, sobretudo a justiça”. Essa última era o atributo mais importante da realeza, e satisfazia ao preceito de “dar a cada um o que é seu”, “distribuindo prêmio e castigo, respeitando, direitos e privilégios, cumprindo contratos estabelecidos” (BICALHO, 2005, p. 22)¹⁷.

¹⁵ Uma abordagem que trata sobre o sentido comercial da colonização está contida em Caio Prado Jr., em seu *Formação do Brasil contemporâneo* (1977), especialmente no capítulo “O sentido da colonização”. Esses aspectos também podem ser notados em Fernando Novais, em seu *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1979).

¹⁶ Ver: SCHWARTZ, 1995.

¹⁷ Cf. HESPANHA, 1994.

Nesse sentido, a expansão marítima, desde o século XV, e a conquista do Novo Mundo, a partir do século XVI, operaram na direção de alargar o campo de ação da Coroa, possibilitando-lhe

“dispor de novas terras, ofícios e cargos; atribuir direitos e privilégios a indivíduos e grupos; auferir rendimentos com base nos quais concedia tenças e mercês; além de criar uma nova simbologia do poder, remetendo ao domínio ultramarino da monarquia portuguesa” (BICALHO, 2005, p. 22).

Essas novas maneiras de recompensar estavam em inteira concordância com as ideias e práticas de Antigo Regime (BICALHO, 2005, p. 22). Assim, o imperativo do dar produzia uma cadeia de obrigações recíprocas, que foram delineadas por Bicalho da seguinte maneira:

[...] disponibilidade para o serviço régio; pedido de mercês ao rei em retribuição aos serviços prestados; atribuição / doação de mercês por parte do rei; engrandecimento / atribuição de *status*, honra e posição mais elevada na hierarquia social devido as mercês recebidas; agradecimento e profundo reconhecimento / reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem; renovada disponibilidade de prestar mais e maiores serviços ao monarca (BICALHO, 2005, p. 23).

No que se refere aos critérios para a eleição de indivíduos hábeis na prestação de serviços mais importantes no ultramar pesava, de modo considerável, a *qualidade* de nascimento. Mas vale salientar também que a conquista do Novo Mundo foi efetuada por sujeitos que, em sua grande parte, não possuíam tal qualidade (BICALHO, 2005, p. 23-24).

No que concerne à formação do que temos aqui nomeado de *elite colonial sertaneja*, é possível observar, guardando-se as devidas especificidades, um movimento que se aproxima do que foi exposto acima. Isso porquê a constituição dessa elite ocorreu mediante “práticas e instituições regidas também pelo ideário da conquista e pelo sistema de mercês [...]” (BICALHO, 2005, p. 21). Por isso, arriscamos falar do predomínio de uma Cultura Política de Antigo Regime no espaço e tempo em questão, caracterizada por valores como fidelidade, honra, reciprocidade, etc.

No capítulo que se segue se pretende mostrar, entre outros aspectos, algumas características do movimento dos colonizadores durante o processo de conquista do sertão paraibano e de como tal processo foi importante para a aquisição de terras e outros cabedais, como recompensa pela participação nas guerras de conquista de tais espaços. Mas antes disso faremos uma breve discussão em torno das conotações simbólicas, das representações espaciais do sertão, bem como das possibilidades de enriquecimento oferecidas por aquele espaço.

2 OCUPANDO AS RIBEIRAS: A “DISTRIBUIÇÃO” DE TERRAS E A CONQUISTA DO SERTÃO

2.1 CONOTAÇÕES SIMBÓLICAS E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS DO SERTÃO

Antes de iniciar o tema propriamente dito (a “distribuição” de terras) desta seção do trabalho, será feita uma breve discussão acerca das conotações simbólicas assumidas pelo termo “sertão” durante o período colonial e também de suas representações espaciais.

Sertão é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, nomeadamente no conjunto de nossa Historiografia. “Está presente desde o século XVI, nos relatos de curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas tentativas de elaboração de uma história do Brasil [...]”. No período que abrange as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, mais exatamente entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria definitivamente central em todas as elaborações historiográficas que tinham como assunto principal a nação brasileira (AMADO, 1995, 145-146).

O assim chamado Sertão ocupa, ainda, lugar extremamente relevante na literatura brasileira, representando assunto essencial na literatura popular, principalmente na oral e na de cordel, além de correntes e obras literárias eruditas. Parte considerável da denominada “literatura regionalista” tem o sertão como *locus* ou alude mais diretamente a ele mesmo. A chamada geração de 1930, por sua vez, foi a principal responsável pela elaboração dos turbados sertões nordestinos, de intensa conotação social (AMADO, 1995, p. 146).

Amado, fazendo referência a Cortesão, mostrou que sem dúvida desde o século XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a “sertão” ou “certão”, para reportar-se a áreas localizadas dentro de Portugal, porém, distanciadas de Lisboa (CORTESÃO, 1958, *apud*, AMADO, 1995, p. 147). A partir do século XVI utilizaram-na também para especificar espaços amplos, interiores, situados dentro dos domínios recém conquistados ou adjacentes a eles sobre os quais se tinha pouco ou nenhum conhecimento (GODINHO, 1990, *apud*, AMADO, 1995, p. 147).

Pode-se entender com base na elaboração de Janaína Amado, que desde o século XVI as duas grafias foram utilizadas “por inúmeros viajantes e cronistas do nascente império português na África, Ásia e América, com o significado já apontado, de vastos espaços interiores, pouco ou nada conhecidos [...]”. Sertão foi ainda vastamente utilizado, até o final do século XVIII pela Coroa portuguesa e pelos magistrados lusos nas colônias. No Brasil, são

abundantes os exemplos disso na documentação oficial. Ressalte-se que o descobrimento, a partir do final do século XVII e início do XVIII de volumosa quantidade de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e a consequente estouro demográfico, amontoamento de fortuna, estabelecimento de núcleos urbanos e inauguração da burocracia lusa não tiveram capacidade de alterar os significados de sertão (AMADO, 1995, p. 145-147).

Por fim, sertão foi arquitetado como categoria pelos colonizadores e absorvido pelos colonos, principalmente por aqueles diretamente relacionados aos interesses da Coroa. Sertão, “necessariamente, foi apropriado por alguns habitantes do Brasil colonial de modo diametralmente oposto”. É interessante observar que para degredados, homiziados, perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, escravos fugidos, índios perseguidos, miseráveis, leprosos, expulsos da sociedade colonial, sertão significava liberdade e também esperança; liberdade no que diz respeito a uma sociedade que os oprimia, com também expectativa de outra vida, melhor e mais bem sucedida. Compreende-se, então, que desde o início da História do Brasil havia um aspecto dual quanto à ideia de sertão: o da inversão. “Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava” (AMADO, 1995, p. 149-150).

A corte e a vida urbana simbolizavam a civilização e a ordem; o sertão, o interior, o mundo rural, era o atraso e a ignorância. Em muitas ocasiões pintava-se o sertão e o sertanejo por meio do pitoresco e do anedótico ou, como é mais corriqueiro, através dos conceitos de cultura popular e folclore, estes eram vistos e entendidos sempre a partir da exterioridade e do afastamento do observador (OLIVEIRA *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 39), validando a representação negativa cunhada pelo olhar ilustrado dos viajantes estrangeiros e difundida no imaginário da elite letrada do próprio Brasil (OLIVEIRA, 2000, p. 39).

Comumente, quando se fala em sertão, algumas representações saltam no imaginário das pessoas. Atualmente, por exemplo, quando o assunto é sertão, emerge logo a imagem da seca, da fome, da pobreza, da escassez, do desconhecido, do não civilizado, do rústico, etc. Se ainda hoje é assim, o que pensar, então, das conotações apresentadas pelo termo sertão durante o período colonial? Quais visões eram formuladas? No imaginário de colonizadores, viajantes cronistas e aventureiros vindos de Portugal ou de outras partes do Brasil, ou ainda na compreensão de escritores ditos tradicionais de nossa historiografia, quais representações saltavam acerca do sertão?

São essas algumas das indagações que incitam a elaboração de um saber histórico que se preocupe também em apresentar alguns dos aspectos simbólicos e também das representações espaciais que palpitavam no imaginário das pessoas bem antes mesmo da

temporalidade analisada. Essas representações ajudaram a configurar as visões das gerações posteriores.

Em tal empreitada serviram como base os relatos de viajantes e cronistas, mesmo sabendo que, em muitos momentos, tais relatos encontravam-se impregnados de intensa subjetividade, uma vez que as impressões ou descrições dessas pessoas sobre a terra que encontraram partiam de observações realizadas apressadamente e de modo superficial. Mesmo assim, esses relatos constituem um conjunto de informações significativas, pois essas “vozes dispersas na escrita” colocam o tempo presente numa esfera de contato com os usos e costumes tanto da vida pública como da vida privada, das probabilidades e das condições de sobrevivência que a colônia poderia ofertar (MASCARENHAS, 1998, p. 50).

Provavelmente, é de se esperar que, se na contemporaneidade os discursos, os escritos, as visões, as imagens ou representações sobre o sertão são ainda tão fortes no que diz respeito à ideia de “não civilizado”, no período colonial tais representações fossem muito mais intensas.

É necessário que se diga, primeiramente, que naqueles tempos se tinha apenas impressões acerca do dito sertão, eram conjecturas que vinham às mentes dos indivíduos. A incerteza predominava, a dúvida era constante. Isso levou Pero Vaz de Caminha a imaginar o que estaria mais além dos arvoredos grandes que seus olhos conseguiam alcançar no horizonte (CAMINHA, s/d, p. 10). Mas de uma coisa Caminha não tinha dúvida: aqueles sertões escondiam muitas riquezas.

Os olhos de Caminha contemplavam e não conseguiam aquilatar com exatidão a extensão daquelas terras, mas de norte a sul ela lhe parecia muito grande. Com os seus pés fixos na areia à beira do mar ele olhava e ao que tudo indicava o sertão parecia imenso. Somente uma coisa podia ser vislumbrada imediatamente: terra contendo arvoredos, e que parecia muito longa. Nas palavras do próprio Caminha é dada a informação de que,

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. (CAMINHA, s/d, p. 14)

Era duvidoso, não se sabia ao certo o que poderia ser encontrado ao adentrar aquele espaço desconhecido, o *horizonte de expectativa* daqueles indivíduos apostava em riquezas

naturais. A fauna, a flora, a hidrografia, etc. O sertão era visto então como imenso, desconhecido (como se depreende do texto acima) que ocultava riquezas infindas. Lançava-se o olhar, mas não se tinha noção da imensidão e dos segredos ali existentes. O desconhecimento daquelas terras fazia com que as mesmas fossem imaginadas como os lugares de morada de aberrações e isso fica bastante nítido quando se analisa a cartografia sobre o período (MORAES, 2011, p. 1).

Até hoje no sertão é possível escutar histórias fantásticas, relatos de temor, com certa facilidade. Imagine-se então num tempo tão recuado, quantas histórias tenebrosas eram sussurradas aos ouvidos sobre os sertões, especialmente numa época em que o medo era um traço marcante da mentalidade, e por isso mesmo “essas impressões imaginativas acabavam por ser aceitas por muitos como verdades sobre os perigos existentes nos sertões” (MORAES, 2011, p. 2).

Vale dizer, que não era só o medo do desconhecido que reinava. Outros perigos além das matas e rios que dificultavam as andanças poderiam ser encontrados naquelas paragens. Outro problema tinha que ser enfrentado pelo colonizador: o *gentio bravo*, como era nomeada a população autóctone de tais paragens. A presença destes sujeitos fazia com que o sertão fosse pensado enquanto um lugar de violência, de costumes bárbaros praticados por tal *gentio*.

Os escritos de Pero de Magalhães Gandavo denotam o temor que se tinha do *gentio bravo* e a maneira como eram relacionados com a violência. Segundo Gandavo (é claro que com o olhar do outro), era impossível andar de modo seguro pelo sertão, em virtude da existência dos povos indígenas. Assim, o termo sertão apresentava também uma conotação de medo, em virtude do predomínio daqueles povos que estavam “armados contra as nações humanas” (GANDAVO, s/d, p. 13).

O cronista português ficou bastante admirado com o *gentio* que apresentava uma fisionomia tão forte e violenta com estatura tão alta e “tão largos de corpo” e por isto assemelhavam-se aos gigantes. Veja-se o modo como Gandavo se expressou em seu *Tratado da Terra do Brasil*. Conforme o relato do autor,

Pelas terras desta Capitania até junto do Espírito Santo, se acha uma certa nação de gentio que veio do *sertão* há cinco ou seis anos, e dizem que outros índios contrários destes, vieram sobre eles a suas terras, e os destruirão todos e os que fugirão são estes que andam pela Costa. Chamam-se Aymorés, a língua deles é diferente dos outros índios, ninguém os entende, são eles tão altos e tão largos de corpo que quase parecem gigantes; são mui alvos, não têm parecer dos outros índios na terra nem têm casas nem povoações onde morem, vivem entre os matos como brutos animais; são mui forçosos em extremo, trazem uns arcos mui compridos e grossos conforme a suas forças e as flechas da mesma maneira. (GANDAVO, s/d, p. 5)

Gandavo ainda se expressa, dizendo:

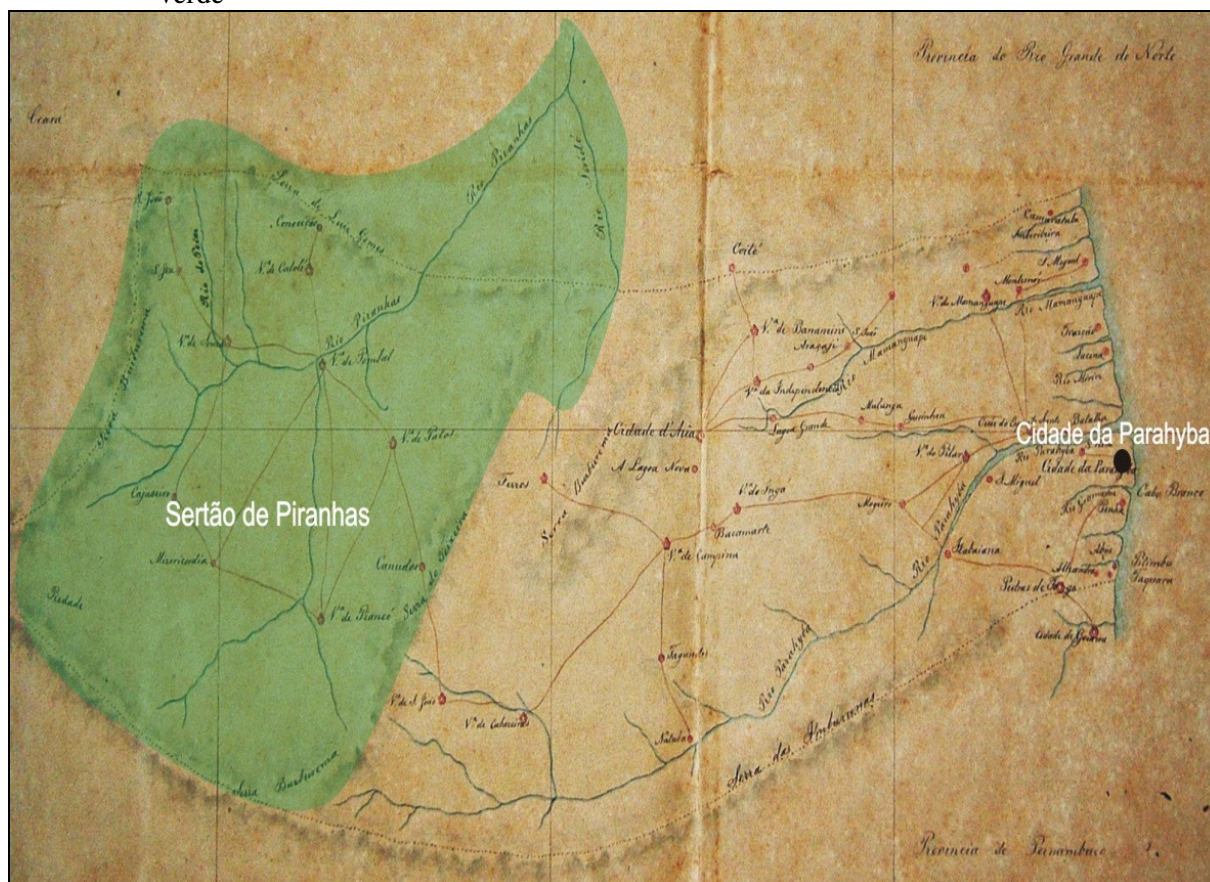
Não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode por o *sertão* dentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não acha povoações de índios armados contra todas as nações humanas, e assim como são muitos permitiu Deus que fossem contrários uns dos outros, e que houvesse entre eles grandes ódios e discórdias, porque se assim não fosse os portugueses não poderiam viver na terra nem seria possível conquistar tamanho poder de gente. Havia muitos destes índios pela Costa junto das Capitânicas, tudo enfim estava cheio deles quando começaram os portugueses a povoar a terra; mas porque os mesmos índios se alevantaram contra eles e faziam-lhes muitas traições, os governadores e capitães da terra destruíram-nos pouco a pouco e matarão muitos deles, outros fugirão pela o Sertão, e assim ficou a costa despovoada de gentio ao longo das Capitânicas. Junto delas ficarão alguns índios destes nas aldeãs que são de paz, e amigos dos portugueses. (GANDAVO, s/d, p. 13)

Portanto, pensar em sertão significava pensar em insegurança, lá estava o índio armado que se posicionava “contra as nações humanas”. Adentrar os sertões era o mesmo que ficar cara a cara com o perigo, pois lá estariam (do ponto de vista do colonizador) aqueles que de modo astucioso preparavam ciladas fazendo uso da traição.

Surge assim a possibilidade de, por meio dessas análises, inferir que o sertão era percebido por viajantes e cronistas como um lugar desconhecido, distanciado dos lugares tidos por civilizados, habitado por *gentios*, e por isso mesmo, que oferecia uma multiplicidade de perspectivas.

Em se tratando da delimitação espacial, na medida em que se observa as cartografias alusivas à Capitania da Parahyba durante o século XVIII, não se encontram indícios acerca da forma como o sertão do Rio Piranhas era representado espacialmente. Tais representações só começam a despontar na cartografia já do século XIX. Destarte, o primeiro trabalho onde ela aparece é na *Carta Corographica da Parahyba do Norte*, retirada da *Carta Corographica do Império do Brazil* produzida pelo engenheiro Conrado Jacob Niemeyer (SOARES, 2011, p. 7). Veja-se um exemplo dessa cartografia numa reprodução elaborada em 1850, pelo engenheiro Francisco Pereira da Silva:

Figura 04 - Carta Corographica da Parahyba do Norte. O Sertão do Rio Piranhas está destacado em verde



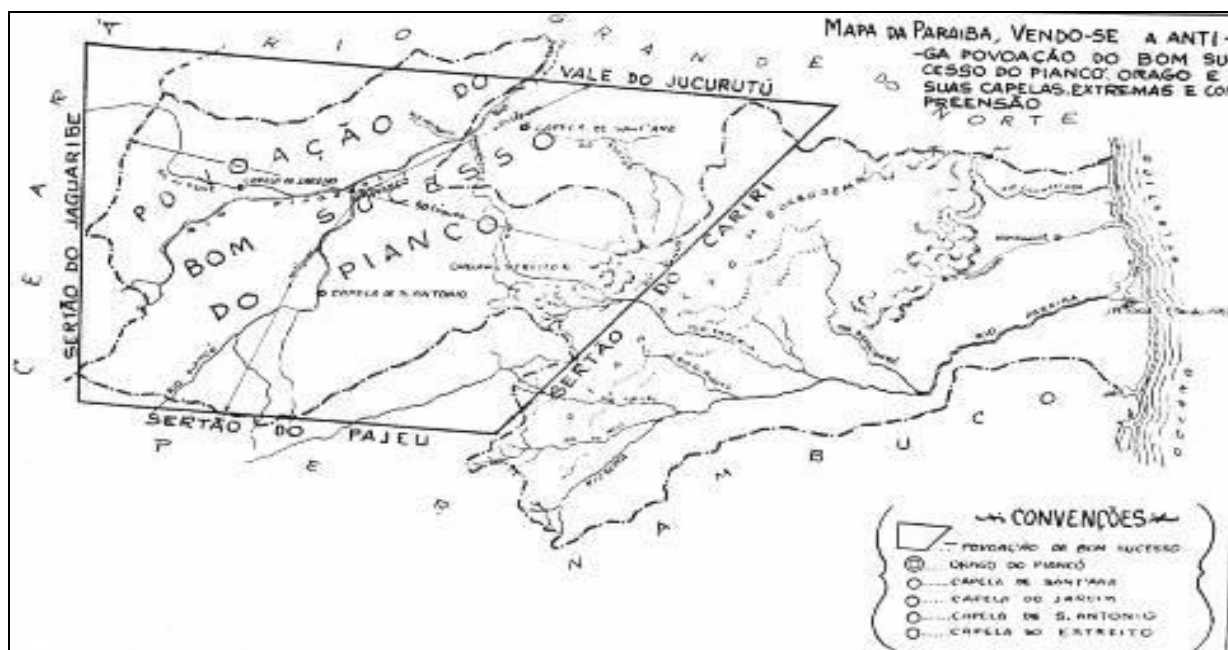
Fonte: Carta Corographica da Paraíba do Norte, extraída da Carta Corographica do Império do Brasil, elaborada pelo engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer (1817) e reproduzida pelo Engenheiro Francisco Pereira da Silva (1850), disponível na Biblioteca Nacional. In: SOARES & MOURA FILHA, 2011.

É possível perceber nesta cartografia a presença dos rios, das vilas e da então Cidade da Parahyba do Norte. Destaque-se que não se trata de uma representação exata, mas ela, no entanto, delineia algumas das características do Sertão, em um período que se aproxima do período que é pesquisado neste trabalho. Mostra, ainda, o relevo delimitador entre as capitanias e que predominou até o século XIX (SOARES, 2011, p. 8).

É preciso também elencar outra cartografia que colabora para o entendimento acerca da representação espacial do Sertão do Rio Piranhas. Trata-se daquela elaborada por Wilson Seixas, na qual se demarca o Sertão do Rio Piranhas. Vale salientar que esse documento não é precisamente um mapa histórico¹⁸, no entanto tem sido bastante utilizado em trabalhos que tratam da ocupação do interior da Paraíba (SOARES, 2011, p. 8).

¹⁸ Utilizou-se o mapa apenas no intuito de mostrar uma das tentativas de representar espacialmente o sertão ao longo do tempo. Fez-se intervenção no mapa com o uso das legendas. A parte destacada em verde também se trata de interferência da autora.

Figura 05 - Mapa delimitando o Sertão de Piranhas da Capitania da Paraíba



Fonte: SEIXAS, 1962, *apud* SOARES, 2011, p. 8.

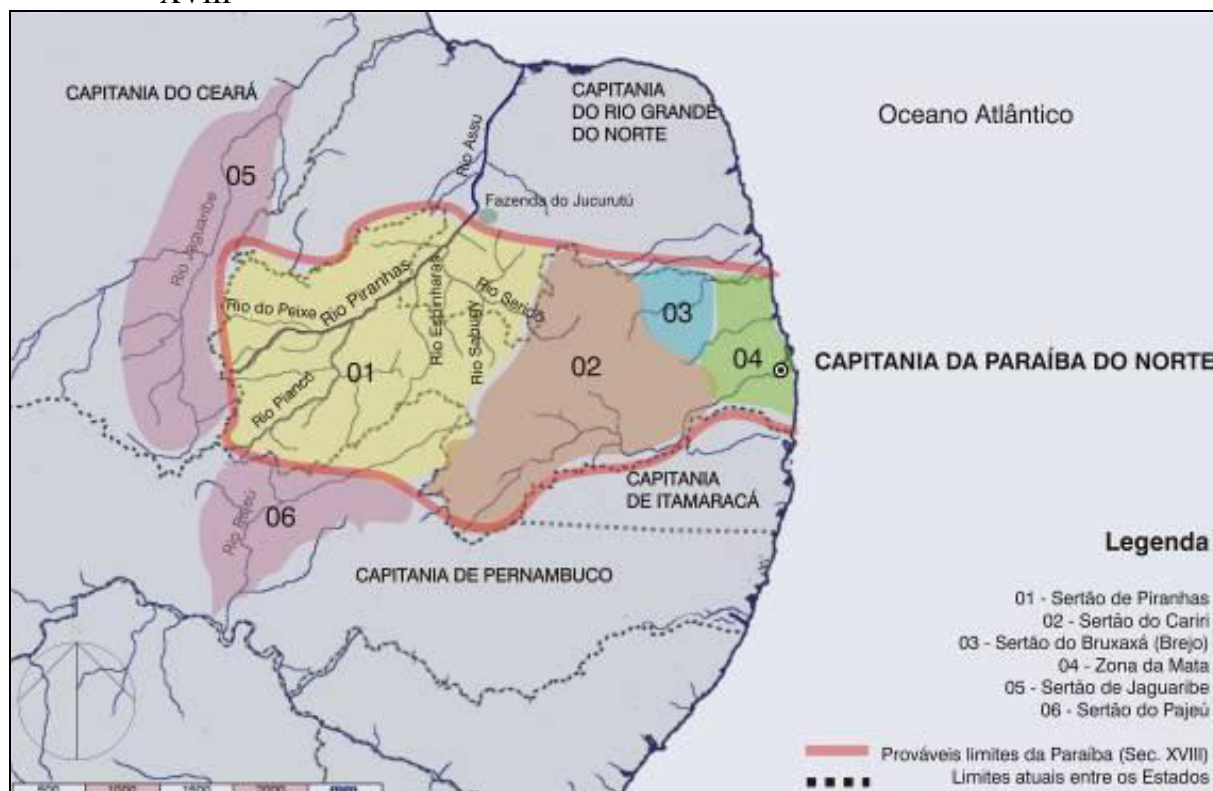
Conforme afirma Wilson Seixas,

Foi o Piancó a primeira localidade do sertão da Paraíba batizada oficialmente com a categoria de povoação. A jurisdição do povoado do Piancó abrangia toda a bacia das Piranhas, cujos limites se estendiam desde o sertão do Cariri-Velho até a vila do Icó [...] Piranhas era toda uma região, cujos limites se estendiam desde o sertão do Cariri-Velho [ou Cariris velhos] até a vila do Icó e o sertão do Jaguaribe, desde o sertão do Pageú até a fazenda do Jucurutu, no Rio Grande do Norte. (SEIXAS, 2004, p. 145-146).

Tomando como ponto de partida as informações fornecidas por Seixas, Maria Simone Moraes Soares delineou uma provável delimitação espacial do Sertão de Piranhas¹⁹, que ficou esboçada da seguinte forma:

¹⁹ Trata-se de um mapa aproximado. Considerou-se que, “eram imprecisos os limites territoriais entre as capitanias da Paraíba e suas vizinhas pelo sertão” (GUEDES, 2006, p. 54).

Figura 06 - Mapa aproximado delimitando o Sertão de Piranhas da Capitania da Paraíba no século XVIII



Fonte: SOARES & MOURA FILHA, 2011.

2.2 OLHANDO ALÉM DO PERIGO: POSSIBILIDADES DE ENRIQUECIMENTO NO SERTÃO

Regina Gonçalves mostrou, com maestria, que a conquista e ocupação da nova fronteira e a constituição das matrizes da sociedade colonial paraibana se deu por meio da ação de integrantes de famílias pernambucanas. A composição de tal sociedade contou ainda com extratos sociais mais baixos que, fugindo da “pobreza” nas outras capitânicas, vislumbravam na Paraíba “a fronteira a ser conquistada e a terra das oportunidades para os que se dispunham a enfrentar novos desafios” (GONÇALVES, 2007, p. 16-17). É bem verdade que o processo de conquista e ocupação do sertão obedeceu a uma lógica diferenciada, mas a presença de segmentos sociais que fugiam em busca de novas oportunidades, também foi uma realidade.

Da mesma forma que ocorria em outros lugares da América Portuguesa, a abundância de terras marcava a economia das capitânicas do Norte. Se no litoral a lucratividade da cana exigia uma forte especialização na produção, impossibilitando o avanço de outras culturas, dentre elas a criação de gado, o sertão passa a ser um lugar economicamente viável para aqueles que não conseguiram oportunidade entre a “nobreza” do lugar e para enriquecimento

com a cana. As veredas do sertão, assim como outros lugares do interior do Brasil, ofereciam perigos constantes, mas mesmo assim os colonizadores, apoiados em sua própria experiência, ou aprendendo a imitar ações dos índios “mansos” que, geralmente, os acompanhavam, fundaram suas fazendas (FURTADO, 2007, *apud* MORAES, 2009, p. 12-13).

A despeito de todos os perigos já mencionados, um motivo maior movia os colonizadores a adentrar aquelas terras: a possibilidade de alcançar riquezas. Embora a historiografia paraibana tenha feito alusão às experiências do colonizador na condição de agente atuante na exploração das riquezas, não há ainda um estudo mais específico e aprofundado sobre aspectos relacionados à cultura material sertaneja. É claro que o presente trabalho não dará conta das vicissitudes de tal realidade em sua totalidade, mas é possível pensar que ele representa apenas uma primeira aproximação com tal problematização. O caminho fica, assim, aberto para que outras iniciativas possam também apresentar sua parcela de contribuição na elaboração de um saber histórico sobre as áreas sertanejas.

Um pedaço de terra conseguido por meio de rogos e justificativas diversas era uma porta aberta para alcançar riquezas. Adentrar aquelas terras tidas como misteriosas, entrar em contato com uma natureza incógnita, subjugar o *gentio bravo*, costurar as alianças corretas, procurando adaptar-se a um ambiente com características totalmente diversas daquelas encontradas no litoral significava vencer um obstáculo sem tamanho mas, por fim, também dizia respeito à possibilidade de se alcançar o galardão tão esperado. Não importavam as peripécias, conquanto que ousassem tanto de modo a conseguir o objetivo final. É disto que se tratará a seguir.

2.3 ALGUNS ASPECTOS SOBRE A CONQUISTA DO SERTÃO

A historiografia paraibana esteve, por muito tempo, voltada para abordagens direcionadas a construir identidades regionais e consolidar oligarquias dominantes, sendo um dos expoentes desta historiografia o trabalho de Maximiano Lopes Machado, *História da Província da Paraíba* (1912), obra na qual o autor aborda assuntos como a invasão holandesa, o governo de Maurício de Nassau, as ações de Vidal de Negreiros, a política pombalina, entre outros temas.

Corroborando com esta perspectiva, Horácio de Almeida, no primeiro tomo de sua *História da Paraíba* (1966) descreveu que, no ano de 1680, Constantino de Oliveira Ledo juntamente com outros indivíduos, procedeu com um requerimento de uma data de terras no

rio Buti (sertão de Piancó). Do ponto de vista de Almeida, provavelmente, trata-se da primeira sesmária solicitada ao governador da Paraíba sobre terras do sertão.

Antes de Almeida há, também, o trabalho de Irineu Ferreira Pinto, publicado em dois volumes, em 1908 e 1916 (1977a, 1977b), onde o autor expõe questões sobre a resistência indígena, o início da ocupação portuguesa a partir de 1585, a constituição da lavoura açucareira no vale do Rio Paraíba, a ocupação holandesa, a subordinação da Paraíba a Pernambuco e sua sujeição no que se refere à tributação, entre outros pontos. Ainda dentro dessa perspectiva, dispomos dos estudos de Celso Mariz, publicados em seu *Apanhados históricos da Paraíba*, de 1922 (1994).

Entre aqueles que se debruçaram no estudo do sertão colonial estão Horácio de Almeida, Celso Mariz, já citados, e Wilson Seixas. Este último abordou pontos importantes para a compreensão das áreas interioranas no período colonial – especificamente do sertão de Piranhas – tais como o tema da conquista do interior (que envolveu a conquista dos vales dos rios Piancó e Piranhas), a participação da Casa da Torre neste processo de conquista, o estabelecimento dos currais de gado no sertão e outros enfoques.

Essas contribuições são, sem sombra de dúvida, significativas, uma vez que abrem caminhos para estudos posteriores sobre as áreas sertanejas e a partir delas se descortina uma visão de como o sertão ficou configurado na segunda metade do século XVIII. No entanto, múltiplos enfoques acerca do sertão e da História da Paraíba ainda precisam ser trabalhados, posto que, obviamente, essas elaborações são fruto de uma época, e foram escritas conforme seu próprio tempo e de acordo como o lugar social de seus autores.

Mas, já que o conhecimento histórico constrói e se reconstrói, se busca a cada dia olhar o passado de maneira diferenciada, sempre procurando dar conta das vivências cotidianas no referido espaço (aspecto que interessa a este trabalho). É bem verdade que nos últimos anos algumas iniciativas²⁰ têm buscado compreender, a partir de outros olhares o sertão da Paraíba.

No que diz respeito ao processo de colonização dos sertões das capitanias do Norte, ocorreram processos bastante peculiares, que se distinguem daqueles ocorridos à época da conquista da faixa litorânea. Assim, para que se tenha um entendimento da elite que, na

²⁰ Estão incluídos nessas novas abordagens os trabalhos de Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes, em “*Em busca de Liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas (1700-1750)*, (2009)”; e ainda o trabalho de Wlisses Estrela, intitulado “*Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888)*”, (2011). Além desses trabalhos de cunho historiográfico temos também iniciativas em outras áreas do conhecimento a exemplo da geografia e arquitetura para isto confira-se os trabalhos de Paulo Henrique Guedes, “*A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*” (2006) e de Maria Simone Morais Soares, “*A formação da rede urbana no sertão de Piranhas e Piancó, no Século XVIII*” (2012). Todos estes trabalhos foram fruto de pesquisas de Dissertações de Mestrado.

segunda metade do século XVIII, se apresenta constituída (e se encontra transferindo seus cabedais a outros indivíduos por meio dos processos de inventários), é necessário recuar um pouco na escala temporal e observar alguns pontos, como a guerra dos bárbaros e da conquista e o povoamento colonial pelas ribeiras (relevância dos cursos d'água).

Estes últimos acontecimentos se dão da segunda metade do século XVII em diante. Tal recuo é considerado importante por facilitar a caracterização de um segmento social que emerge dos documentos (inventários, procurações, testamentos etc.) com os quais se trabalhou e que aqui é chamado de *elite*. Os sujeitos presentes na documentação são herdeiros dos primeiros conquistadores (provavelmente alguns deles devem ter participado da conquista deste território). Embora o recorte temporal deste trabalho seja a segunda metade do século XVIII, este recuo se faz indispensável, pois é feita uma tentativa de apresentação da historicidade do espaço, ou seja, são mostrados a seguir alguns aspectos do contexto histórico do sertão.

Por meio das cartas régias de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597, que foram dirigidas ao governador geral e capitão mor da Paraíba, foi ordenado pela metrópole que se estendesse a obra da colonização por todo o sertão (SEIXAS, 2004, p. 130). Isto só veio a acontecer de fato a partir da segunda metade do século XVII, com a expulsão final dos holandeses da Capitania de Pernambuco e região, e afastada a ameaça de invasão externa, quando iniciou-se novamente e se intensificou o processo de ocupação do sertão, especialmente por meio da atividade de criação de gado (SEIXAS, 2004; MEDEIROS, s/d; CEBALLOS, 2011).

Foi o crescimento da pecuária e, paradoxalmente, suas dificuldades que possibilitou o povoamento para o sertão. A busca dos minerais preciosos ajudaria a dar impulso ao desbravamento do interior. As necessidades de criação de gado impelia a pecuária a adentrar regiões interioranas (PUNTONI, 2002, p. 22).

Assim, o processo de ocupação do sertão era movimentado pelo aumento do povoamento e pela variedade das atividades produtivas. Ao lado do gado trilhavam as expedições em busca de riquezas, pedras e metais preciosos (PUNTONI, 2002, p. 25). A extinção dos índios da costa, por doenças, injustiças ou guerras, também instigava os colonos a se introduzir nos sertões, em busca de mão de obra necessária para os engenhos de açúcar (PUNTONI, 2002, p. 29).

As correntes principais de povoamento oriundas da expansão da economia do gado no norte da colônia foram: a procedente da Bahia, que seguindo o curso do São Francisco e do Itapicuru colonizou o “sertão de dentro” e a outra que, saindo de Pernambuco, ocupou os

“sertões de fora”, isto é, as regiões que se aproximavam mais do litoral (PUNTONI, 2002, p. 26).

Sabe-se que em 1696, no interior da Paraíba do Norte, o capitão mor Teodósio de Oliveira Ledo arremeteu-se “desde a cidade da Parahyba, rio acima”, à procura de terras para aquisição e povoamento. Nesse sentido, na carta régia de 1694 o governador-geral do Brasil, Dom João de Lencastre, estimulava os “devotados” vassalos do rei português a persistir no avanço pelo interior, no intuito de descobrir minas de ouro e prata. Lencastre se comprometia em retribuir os súditos (CEBALLOS, 2011; SEIXAS, 2004; MEDEIROS, s/d; p. 1).

Os conquistadores setecentistas foram movidos por variados anseios, entre estes estava a busca por metais preciosos que imaginavam encontrar pelo sertão adentro, mas, foram especialmente as possibilidades de criação de gado que movimentaram, em grande medida, estes homens (CEBALLOS, 2011, p. 2).

Sabe-se que antes mesmo da carta régia de 1694 do governador geral do Brasil incitar o desbravamento do sertão, o capitão de campo Domingos Jorge Velho (sobrinho), a serviço do governador de Pernambuco, embrenhou-se por volta de 1660 pelo interior e atingiu os atuais estados do Piauí, Ceará e Paraíba. É provável que o referido capitão, no final do século XVII já tivesse passado pela região do Alto Sertão paraibano, apresando índios e assentando seus homens naquelas terras. Assim, antes da chegada de Oliveira Ledo, “sertanistas como Jorge Velho teriam fundado o arraial de Piranhas, na junção entre os rios do Peixe e Piancó” (CEBALLOS, 2011, p. 2).

O avanço pelo sertão também foi sustentado pela corrente exploratória proveniente da Bahia, constituída pela Casa da Torre²¹. Garcia d’Ávila juntamente com seus descendentes, desde 1667 fixaram-se às margens do Rio São Francisco, próximo a Pernambuco, com objetivo de criar gado (possuíam extensas fazendas) e formarem “companhias exploratórias” em conciliação com o próprio Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão. Foi em aliança com estes sertanistas que descendentes dos d’Ávila tomaram para si – depois de veementes ofensivas aos indígenas – terras do sertão de Piranhas (CEBALLOS, 2011, p. 2-3; SEIXAS, 2004).

Num momento posterior, militares, juntamente com seus homens expedidos pelos governadores das capitanias, se apossaram e ocuparam sesmarias doadas e se atrelaram às redes sociais já compostas pelos primeiros grupos de pessoas. Muitos dos empreendimentos eram de cunho particular, “já que a Coroa portuguesa relegou esta função àqueles que

²¹ Ver o estudo de Ângelo Emílio Silva Pessoa em sua tese de doutoramento intitulada “As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D’ Ávila – Família e propriedade no nordeste colonial” (2003).

desejassem criar currais pelo sertão às próprias expensas” (CEBALLOS, 2011, p. 3; SEIXAS, 2004, p. 156). Esses indivíduos ocupavam as margens das bacias e rios interioranos. Sobre o povoamento colonial por meio das ribeiras, Guedes se expressou da seguinte forma:

Esse “povoamento de ribeira” foi, aliás, característico de todo o sertão norte da América portuguesa e pode ser evidenciado, no caso do sertão paraibano, a partir das localizações das sesmarias concedidas. [...] mais importante do que “descobrir” terras devolutas, para serem requeridas em sesmarias, era descobrir terras com água. Neste sentido, era comum que os suplicantes alegassem ter “descoberto” um olho d’água ou riacho como forma não só de facilitar a localização da área, mas sobretudo para ratificar sua “descoberta” com aquilo que realmente havia de valioso na terra, a saber, água disponível (GUEDES, 2006, p. 117).

Esse é o caso do tenente Francisco Xavier das Chagas, morador no sertão de Piancó que, no ano de 1750, descobriu terras (sitio) no mesmo sertão “com capacidade para nela se criarem gados”, por meio daquelas terras corria o rio das Piranhas, na compreensão das terras havia também três poços e um olho d’água. Era, portanto, importante adquirir terras com disponibilidade de água em suas proximidades. Assim, o referido tenente se preocupou em requerer terras que “princiavam no olho d’ água da parte do nascente” chamado de olho d’água da Pedra “atravessando o rio e buscando o outro olho d’água do poente chamado Mucambo” (TAVARES, 1982, p. 210).

Muitos registros de doações de sesmarias, de acordo com Guedes, sempre associavam a terra concedida à água disponível nela. Destarte, segundo o historiador,

A ocupação colonial do sertão da Paraíba nas suas primeiras décadas se configurou geograficamente como um “arquipélago” de fazendas sempre localizadas em áreas com maior disponibilidade de água durante o ano. Pode-se falar, com segurança, na existência de verdadeiras “ilhas de colonização” com o estabelecimento das fazendas sempre próximas às fontes de água. Já as dimensões destas “ilhas” variavam de acordo com a extensão das terras próximas às ribeiras e da maior ou menor perenidade destas no decorrer do ano (GUEDES, 2006, p. 117).

Em meio às variadas formas de ordenamento e orientação no espaço, uma, em particular, é de grande relevância para o entendimento dos caminhos de penetração no sertão, e das formas de orientação neste espaço. Percebe-se assim, a constituição de indicadores espaciais, tomando-se por base os “eixos fluviais” mesmo utilizando os pontos cardeais e outros referenciais, os primeiros moradores do sertão habitualmente se norteavam nesse espaço tomando como referência preferencial a rede hidrográfica da região (GUEDES, 2006, p. 100).

A instalação de fazendas de gado acompanhava de perto o trajeto dos rios mais abundantes, já que a proximidade destes era indispensável para tornar viável a atividade pecuarista na região (GUEDES, 2006, p.101).

Os rios do sertão serviam como verdadeiras vias de interiorização do processo de colonização nos primeiros tempos, uma vez que os colonizadores acompanhavam os leitos secos dos rios, nos períodos de seca ou apenas margeando-os nas ocasiões em que se encontravam cheios. Nesse sentido, o movimento de homens e boiadas no vasto espaço do sertão trilhava o curso ou tomava como referência os rios da região. No entanto, “para que um sistema de referências espaciais no sertão fosse possível, foi necessário nomear os lugares, rios e acidentes geográficos do sertão” (GUEDES, 2006, p. 102).

Mencionado de forma breve sobre o povoamento colonial pelas ribeiras, é preciso voltar e verificar a ação dos conquistadores pelo sertão adentro. O amplo domínio expansionista levado adiante pelos sertanistas e pela Casa da Torre tornou inviável “o efetivo controle da região e sua capacidade de defesa contra os constantes ataques das tribos Tapuias” (CEBALLOS, 2011, p. 3). Não passou muito tempo e os sesmeiros, que num momento inicial seguiam um desígnio privado de conquista, reclamassem auxílio da Coroa. Através das informações vindas de Pernambuco e da Bahia – centros principais de irradiação da conquista do sertão – o governador da Capitania da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, formulou novo avanço ao sertão de Piranhas sob o encargo do já referido Teodósio de Oliveira Ledo (CEBALLOS, 2011, p.3). Nesse movimento,

O tio de Teodósio, Antonio de Oliveira, viveu desde 1663 nas proximidades da Serra da Borborema, entrada para os Cariris e o Alto Sertão. Foi um dos responsáveis pela penetração pelos Cariris Velhos e a introdução de missões religiosas na atual cidade de Boqueirão – localizada a 45 quilômetros da atual cidade de Campina Grande (fundada, provavelmente, pelo próprio Teodósio Oliveira Ledo em 1697). Antonio de Oliveira teria chegado a atual cidade de Patos, de onde requereu sesmarias. Por sua vez, Constantino de Oliveira Ledo, irmão de Oliveira Ledo, já falecido na década de 1690 e substituído pelo próprio Oliveira Ledo, fora um respeitado conquistador da região junto ao seu tio Antonio (PORDEUS, 1987, *apud* CEBALLOS, 2011, p. 4).

Apesar das dificuldades, a partir da Serra da Borborema Oliveira Ledo e seus homens atingiram os rios Piancó e Piranhas, instalando-se na área depois de intensas lutas com os nativos Tapuias (CEBALLOS, 2011, p. 4).

Foi a ofensiva de Oliveira Ledo com alguns de seus irmãos e outros sertanistas da Casa da Torre que instituiu, por volta de 1700, o arraial de Piranhas (SOUSA, 1971, *apud*

CEBALLOS, 2011, p. 4). Há informação, por meio de um documento do Arquivo Histórico Ultramarino citado por Guedes, de que antes da instituição do arraial de Piranhas, uma consulta realizada pelo Conselho Ultramarino em setembro de 1699, ordenava uma entrada de combate ao “Tapuia” rebelado no dito sertão e um estabelecimento de um arraial. Assim, índios partiram para aqueles sertões com o capitão mor Teodósio de Oliveira Ledo (GUEDES, 2006, p. 137).

Na produção historiográfica paraibana, autores como Sousa, Seixas, Joffily, Mariz, e Medeiros apregoam com louvor, Oliveira Ledo como sendo o principal conquistador da região do Alto Sertão paraibano e instituidor do arraial de Piranhas, atual cidade de Pombal, no estado da Paraíba. O referido arraial, também nomeado nos documentos cartoriais da época de “Nossa Senhora do Bom Sucesso”, foi o primeiro povoado da região, a partir dele se estendeu a conquista por todo o Sertão de Piranhas (CEBALLOS, 2011, p. 4).

A expansão da colonização do sertão originou, deste modo, diversos combates. Vale destacar que “os povos indígenas do sertão nordestino estiveram envolvidos neste processo de alianças” (MEDEIROS, s/d). Então, feitas as considerações acima acerca da conquista do sertão, é importante destacar um ponto de grande relevância em tal processo, e que contribui grandemente para o entendimento da elite que ali se constituiu. Trata-se da nomeada Guerra dos Bárbaros.

A Guerra dos Bárbaros conhecida também como a Guerra do Açú (em virtude da ribeira do rio que acolheu parte considerável das batalhas) se estendeu de 1651 a 1704. De acordo com Pedro Puntoni, foi o mais relevante do alongado período de guerras impelidas contra os povos do sertão nordestino. Conforme o autor, a Guerra dos Bárbaros, iniciada no que se costuma chamar de Guerra no Recôncavo Baiano (1651-1679), assinalou o destino da América Portuguesa e dos povos indígenas que se posicionaram contra a sua expansão. Para Puntoni a Guerra dos Bárbaros esteve mais aproximada de uma sequência heterogênea de combates resultantes de várias circunstâncias geradas no decurso da segunda metade do século XVII, no cenário das mudanças “do desenvolvimento do mundo colonial, do que de um movimento unificado de resistência”. A Guerra dos Bárbaros foi um dos eventos mais violentos da nossa história e um dos mais longos (PUNTONI, 2002, p.13).

Desde o século XVI, o movimento de ocupação do sertão norte do Brasil colocou em confronto o colonizador com os povos indígenas que habitavam estas regiões destinadas à criação de gado (PUNTONI, 2002, p. 43). Depois da expulsão dos holandeses (1654) e da acentuação do movimento de expansão da pecuária, os conflitos, até então limitados, tornaram-se cada vez mais repetidos, de modo que, num curto período de tempo um estado de

guerra geral emergiria às vistas das autoridades coloniais, sendo nomeada a época “Guerra dos Bárbaros”. As denominadas “guerras do Açu” a despeito de serem comumente tomadas como a Guerra dos Bárbaros como um todo pela bibliografia, são, na realidade, o caso particular dos embates desta região (vale do rio Açu) no atual Rio Grande do Norte (PUNTONI, 2002, p. 44).

A região do Açu (que foi o palco da guerra) era notabilizada pela grandeza dos campos, neles, muito gado podia ser criado. Os nativos, que em maior número pertenciam à nação dos janduís, opuseram-se à presença e a agressão dos moradores já nos anos iniciais da década de 1670. Alguns motins isolados de grupos indígenas antecederam ao movimento que posteriormente assumiu dimensões bem maiores e seria alcunhado, à época, de “Guerra do Açu”, que foi um dos mais sanguinolentos conflitos e crueldades praticados ao longo da guerra dos Bárbaros (PUNTONI, 2002, p. 124).

O trecho abaixo esclarece alguns dos motivos que estiveram na origem dos conflitos em questão:

A forma específica da atividade econômica que embasara a ocupação, a pecuária extensiva de bovinos, implicou um acréscimo das possibilidades de conflitos por duas razões. De um lado, a extrema avidez de espaço resultante de modo específico de criação dos rebanhos no contexto ecológico de carência, tal como o do sertão semi-árido, implicava o levantamento dos indígenas, moradores seculares, que não podiam tolerar a intrusão e a consequente destruição de suas fontes de subsistência (PUNTONI, 2002, p. 44).

Além da situação descrita há pouco, a facilidade de captura do gado (criado solto nos campos) e, portanto, o interesse que despertou nos povos indígenas, que observavam nos animais soltos a probabilidade de satisfazer suas necessidades alimentares, fazia com que os povos indígenas fossem tidos pelos colonizadores como agudo contratempo à economia local. Vale destacar também, que no sertão setentrional às guerras aos índios não se trataram de guerras de conquista e sujeição de novos trabalhadores hábeis ao manejo do gado, eram intencionalmente, guerras de aniquilamento (PUNTONI, 2002, p.45-46).

E aqui se deve destacar um fato relevante: os rios – que foram importantíssimos para a constituição do povoamento como já se viu – também constituíram o cenário dos conflitos entre os povos indígenas e os conquistadores (GUEDES, 2006, p. 131). Sobre esta questão Kalina Vanderlei Paiva da Silva escreveu da seguinte maneira:

Os rios, por sua vez, demarcam os espaços dos conflitos. O rio Açu e o Jaguaribe, principalmente, mas também o Piancó, o Seridó e o São Francisco, delimitam os sertões que carregam os mesmos nomes e onde os

tarairiús e cariris se firmam para combater curraleiros e Coroa. O que se costuma chamar de guerra do Açu, na verdade, abarca todo esse vasto espaço (SILVA, 2003, p.233).

Além dos rios citados pela autora como espaços da Guerra do Açu, outros como o Piranhas, o Patu, o Sabugi e o Espinharas devem também ser enfatizados para o caso dos conflitos ocorridos no sertão da Paraíba (GUEDES, 2006, p. 131).

É importante salientar que os integrantes das tropas envolvidas nos conflitos no sertão da Paraíba receberam sesmarias por serviços prestados no combate aos “Tapuia” rebelados, e compuseram, juntamente com escravos e índios, os “agentes produtores do espaço” no sertão, assim como a própria sociedade sertaneja que se delineou em meio a sua conquista colonial (GUEDES, 2006, p. 136).

Foi este espaço, constituído a partir dessas relações ou ações entre indivíduos, o *locus* da formação dos patrimônios que serão analisados mais adiante. Esse movimento possibilitou a constituição de um segmento social detentor de riquezas e poder que aqui é nomeado de elite. Assim, passada a guerra, a “paz” com os bárbaros fora estabelecida na segunda metade do século XVIII e a colonização era evidente, é tanto que as terras já haviam sido distribuídas, inclusive já se verificava a formação de uma incipiente “rede urbana”²².

2.4 EM BUSCA DE “SOBRAS DE TERRAS” NO SERTÃO

De acordo com Fernandes e Amorim, os grandes assenhorados no final do século XVIII têm sua justificativa na necessidade de assegurar o apoio à empresa colonial e a garantia da posse da terra. Mas entre esse momento e o da efetiva inserção no processo de acumulação capitalista ocorre a introdução de componentes diferentes da conquista, incluindo a ocupação real, ou seja, tornar a área economicamente produtiva, segundo os interesses do capital mercantil (FERNANDES & AMORIM, 1999, p. 30).

Regina Célia Gonçalves, se referindo à conquista do Rio Paraíba e constituição da Capitania Real da Paraíba, mostrou que estes dois últimos processos encontram-se inseridos no conjunto de formas utilizadas pela metrópole na tentativa de assegurar a manutenção da posse de suas terras no continente americano. A mesma autora afirmou que a distribuição de terras para os colonos apresenta-se como uma das faces da política de mercês e privilégios que caracterizou o sistema político em Portugal durante os séculos XVII e XVIII. Ela destacou “que no ultramar, os privilégios atribuídos pelo rei não eram concedidos apenas aos

²² Ver o estudo de Maria Simone Morais Soares (2012).

nobres, mas a todos aqueles que houvessem prestado algum tipo de serviço à Coroa” (GONÇALVES, 2007, p. 150-160). Prevalendo essa realidade, tanto os que fizessem parte da nobreza de origem quanto os demais súditos do rei podiam visualizar em sua inserção no Império a possibilidade de enriquecimento. Estes aspectos são privilegiados neste trabalho.

Para Ricupero, no empreendimento de colonização do Brasil, a Coroa utilizou a iniciativa particular e nela se apoiou, sempre buscando o seu controle. Se, na perspectiva do Estado contemporâneo essa situação pode ser vista como fragilidade, à época tal política constituiu hábil estratégia. Nesse sentido, a Coroa utilizava recursos humanos e financeiros particulares para viabilizar seus projetos cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos (RICUPERO, 2009, p. 13).

Ricupero informou também que, entre as concessões possíveis, a terra ocupava o papel central. O pesquisador, fazendo referência a Daisy Abreu, mostrou que os pedidos de sesmarias apontam a relação entre a concessão das terras e serviços, já prestados ou futuros: a participação na conquista da região, o combate aos índios e a outros povos europeus ou a realização de obras públicas eram lembrados nos pedidos. Por outro lado, a posse da terra poderia permitir posterior acesso a cargos municipais e a outros postos do funcionalismo (RICUPERO, 2009, p.18-19).

Nesse sentido, o espaço-sertão não esteve desconectado dessa dinâmica, passando a se apresentar também como um lugar que oferecia oportunidades para a efetivação do enriquecimento de muitos atores sociais, se não de enriquecimento, pelo menos como um espaço que permitiria que muitos indivíduos que não tiveram a possibilidade de angariar cabedais em outras conquistas pudessem então, granjear alguns bens.

Abria-se assim, um *horizonte de expectativa*²³ para os sertanejos no que diz respeito à constituição de um patrimônio. E isto se torna evidente, por exemplo, no trabalho de João de Lyra Tavares, pois se entende que os colonos, ao se instalar no sertão da Capitania da Paraíba, estiveram fortemente empenhados em obter um “pedaço de terra”, apresentando argumentos que comprovassem as suas necessidades. Isso informa que o sertão também se apresentava como um lugar que oferecia oportunidades para a efetivação de uma melhora de vida de muitos atores sociais.

Em *Apontamentos para a história territorial da Paraíba*, de João de Lyra Tavares, percebe-se que no espaço-sertão, na temporalidade analisada aqui, embora não esteja

²³ Para Koselleck (2006, p. 306-311) todas as histórias foram compostas pelas expectativas das pessoas que agem ou que padecem. Segundo o autor, expectativa é uma categoria que entrelaça passado e futuro. Quando se fala em horizonte significa dizer aquela linha por trás da qual se alarga no futuro um novo espaço de experiência, no entanto, é um espaço que ainda não pode ser observado.

acontecendo um movimento de distribuição de sesmarias é possível notar uma apropriação de “terras devolutas” e de “sobras de terras”.

No que diz respeito ao uso do solo, Fernandes e Amorim percebem que no período de 1696 a 1745, entre 55 sesmarias registradas, 48 tem como finalidade à criação de gado; seis ao gado/ lavoura; uma à lavoura, demonstrando, portanto a grande preeminência da pecuária. Porém, a partir de 1750, algumas transformações começam a marcar o cenário do interior paraibano, com o ingresso de novas formas de uso do solo. Entre 1750 e 1810, das 95 sesmarias registradas, 50 são destinadas à criação de gado e 41 ao gado/ lavoura. Talvez isto estivesse relacionado ao avanço da cultura algodoeira (FERNANDES & AMORIM, 1999, p. 30).

Na segunda metade do século XVIII, no sertão do Rio Piranhas percebe-se um movimento em que muitos indivíduos mostram-se preocupados em adquirir um “pedaço de terra”. É importante destacar que essas terras deveriam estar localizadas nas proximidades dos rios, favorecendo o bom andamento das atividades econômicas nelas desenvolvidas. Neste sentido, as ribeiras foram importantes durante toda a história da conquista.

Assim, no dia 2 de março de 1781 o

Capitão-mór Christovão da Rocha Pitta, diz que possui um sítio denominado Sant’ Anna na ribeira das Piranhas, que herdou do seu tio Simão da Fonsêca Pita, nas ilhargas da compreensão do qual tem sobras devolutas, que pretende por sesmaria, entrando nestes o riacho Sant’ Anna que desagua no rio Piranhas, com tres leguas de comprimento pelo riacho acima, pegando das extremas do dito seu tio e meia legua para cada uma das bandas do mesmo riacho. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Melo e Castro (TAVARES, 1982, p. 394).

Por meio desses requerimentos de “sobras de terras” observa-se uma inquietação constante em assegurar a propriedade da terra, garantidoras não só de áreas contínuas, mas da eliminação de posseiros que venham a contestar a propriedade do “sesmeiro” e, principalmente do acesso às fontes de água (FERNANDES & AMORIM, 1999, p. 31).

A obtenção dessas terras foi o ponto de partida para a formação de um grupo social que, paulatinamente, foi se tornando detentor do poder e da riqueza no Oeste da Capitania paraibana, durante a segunda metade do século XVIII. Entende-se, é claro, que tal processo não se deu de uma hora para outra: é evidente que tal grupo se constituiu e participou de forma ativa deste “fazer-se”²⁴, na medida em que empreendia uma luta em prol da manutenção de seus interesses.

²⁴ Ver: THOMPSON (1987, p. 9).

Evidentemente, as terras apresentavam-se como um importante elemento dentro do quadro das riquezas no sertão do Rio Piranhas, visto que eram extremamente necessárias para criação de gado. Dessa maneira, ainda conforme Fernandes e Amorim, no final do século XVIII estão estabelecidas as bases produtivas demarcadoras das regiões que assinalam o espaço paraibano, quais sejam: a açucareira e a algodoeiro-pecuária.

Se pode perceber, assim, que a terra e o gado constituíam fonte de riqueza e projeção social no espaço sertão, concedendo *status* e poder às famílias, (PESSOA, 2003, p 181) mas é preciso acrescentar também que, embora o sertão se apresentasse como um lugar privilegiado para o desenvolvimento da pecuária, na segunda metade do século XVIII, é possível que, em decorrência do desenvolvimento da cultura algodoeira “as sobras de terra” estivessem sendo requeridas também com a finalidade de se desenvolver este tipo de cultura.

Note-se agora os argumentos apresentados pelos colonos na forma de requerer essas terras. Eram justificativas diferenciadas daquelas apresentadas pelos colonos estabelecidos nas áreas litorâneas, visto o sertão apresentar uma natureza propícia ao desenvolvimento de outros tipos de atividades econômicas.

Assim, nos requerimentos de sesmarias encontram-se sempre referências a terras que teriam a finalidade de criar gado, ou “para recreação de seus gados”. Vale destacar, que no sertão, “a pecuária ligou-se a todo um complexo produtivo que envolvia o algodão e as produções locais [...]” (PESSOA, 2003, p. 182). Veja-se o texto abaixo:

Manoel Pereira de Azevedo e Pedro Ferreira, dizem que descobriram terras devolutas com capacidade para *criar gados* (grifo nosso) e querem por sesmarias três léguas de comprimento e uma de largo, no sertão das Piranhas, confrontando de uma parte a ponta da serra d’água dos Pintos até a serra de João Valle, a contestar com as terras do dito, e servindo de extrema naquelles lados e rumos que pede demarcação se descobriu o lugar ou Saco chamado Sinêta, cujas águas em o mesmo lugar do Saco ficará incluída dentro desta data, cuja irá correndo ao longo do riacho Timbaúba, descendo por ele abaixo até contestar com o sítio da Aldeia, ficando incluídos poços e águas que pertencerem. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Mello e Castro. (TAVARES, 1982, p.383).

Quando se analisa o conteúdo desses requerimentos de “sobras de terras” percebe-se que apesar de nem sempre aparecer o local de residência dos indivíduos que pediram terras, muitos dos indivíduos presentes nos requerimentos de “sobras de terras devolutas” eram moradores na região de Piranhas. Se nota também que inúmeras pessoas moravam no sertão do Cariri de Fora, na cidade da Paraíba, na ribeira do rio Paraíba, ribeira do Mamanguape, no

sertão do Gurinhém, no sertão de Curimataú e em localidades mais afastadas como Pernambuco e Bahia (TAVARES, 1982).

Destaca-se também o fato de muitas das sobras de “terras devolutas” que foram requeridas entre 1750 e 1799 estarem localizadas na região de Piranhas²⁵. Isto vem mostrar como aquelas terras apresentavam importância no contexto econômico de então. Algumas terras estavam localizadas ainda na ribeira do Gurinhém, na ribeira do Paraíba, ribeira do Mamanguape, no sertão do Cariri de Fora, na serra da Borborema, na ribeira do Curimataú e outras localidades. As terras requeridas geralmente eram de três léguas de comprimento e uma de largo (TAVARES, 1982).

Os requerentes geralmente afirmavam que a finalidade das terras era para a criação de gado (*vacum* e *cavalar*) ou para o cultivo de lavouras ou ainda para as duas atividades ao mesmo tempo. Quanto aos argumentos, declaravam, por exemplo, a perda da antiga sesmária, assim, pretendia-se nova data, a necessidade de mais terras além das que possuíam, alegavam a perda dos títulos, afirmavam existência de dúvida nas confrontações das terras. Francisco de Arruda Câmara chamou a atenção para o fato de ser contador dos dízimos de gados daqueles sertões e necessitar de mais terras, entre outros argumentos.

Aqueles que requeriam as terras comumente mostravam que tinham empregado recursos no empreendimento de descoberta, como forma de obter mais facilmente a aprovação de sua petição, como fica evidente no requerimento de Francisco de Araújo Carvalho Gondim datado de 1752, morador em Pernambuco que, “com dispêndio de sua fazenda”, descobriu no sertão das Piranhas terras para criação de seus gados (*vacum* e *cavalar*) e lavouras.

Era comum ainda colocar em evidência o fato de se ter empregado grande esforço, chegando ao ponto de por em risco a própria vida na tentativa de alcançar a aprovação da petição. Este foi o caso de Francisco Curvello de Medina e Cosme Pereira que, em 1753, descobriram “com risco de suas vidas” no mesmo sertão terras devolutas e desaproveitadas nas proximidades de um olho d’água.

Se for feita uma leitura atenta dessas fontes compreender-se-á que as ações destes atores sociais resultariam em arranjos variados, que beneficiaram um grupo social empenhado na constituição de um patrimônio no sertão do Rio Piranhas. Luis Peixoto Viegas (a quem será feita referência mais adiante, no capítulo 3) fez questão de declarar em seu inventário que seus bens foram adquiridos por meio dos seus próprios esforços, entende-se que prevalecia um empenho por parte desses indivíduos em adquirir riquezas.

²⁵ Piranhas abrangia vários riachos, quais sejam: rio do Peixe, Espinharas, Sabugi, Seridó e Riacho dos Porcos, ver: SEIXAS, 2004, p. 146.

Como foi visto anteriormente, na segunda metade do século XVIII a conquista do sertão já era uma realidade, por isso as terras, em sua maioria, já haviam sido distribuídas. Assim, inúmeras pessoas que já possuíam terras procedem com requerimentos, tendo em vista alcançar a posse das “sobras de terras”²⁶. O objetivo dessas iniciativas, acredita-se, era a ampliação do patrimônio.

Com essa intenção agiu Thomé de Sousa Noronha. Em 1754 ele já era senhor e possuidor de um sítio chamado Aguiar, na ribeira do Piancó e nas proximidades de seu sítio existia algumas “sobras de terras”. O suplicante afirma em seu requerimento que necessitava das ditas sobras para criar seus gados e plantar suas lavouras.

De modo semelhante agiu o Padre Antonio Saraiva da Silva em 1757. Sendo morador na ribeira das Piranhas possuía um sítio de terras na ribeira do Panema que extrema com as Piranhas. Mas o dito sítio não tinha a capacidade necessária (ou seja, suas terras eram insuficientes) para criar seus gados comodamente, por esta razão pedia “por sesmaria, para logradouro do dito sítio, as sobras que se achassem” (TAVARES, 1982, p. 253). Quanto à condição social dos requerentes, pertenciam a variados segmentos: eram tenentes, capitães-mores, padres sargentos mores, alferes, capitães, coronéis, ajudantes, etc.

Participantes do processo de conquista do sertão, esses indivíduos, tiveram como recompensa cargos públicos, mas ao tempo em que ocupavam tais cargos encontravam-se envolvidos em outras atividades: eram proprietários de terras, nas quais desenvolviam a criação de gado e o cultivo de lavouras.

Assim, esse novo espaço da conquista ia sendo legitimado e apropriado pelos súditos do rei. E nesse movimento, a Coroa utilizava recursos humanos e financeiros particulares para viabilizar seus projetos, cedendo em troca desse apoio, por exemplo, terras e rendas. Nesse jogo, aqueles atores sociais que participaram do processo de conquista conseguiram, ao longo de sua existência, amealhar bens, estes (como se verá no 3º capítulo) se encontravam, já na segunda metade do século XVIII, arrolados em inventários, prontos para serem transferidos para seus herdeiros.

Estes personagens, que adentraram os sertões, lutaram ferrenhamente contra o *gentio bravo*, receberam o seu prêmio, transferiam esse mesmo prêmio a outras gerações, e estas perpetuariam seus nomes no controle do poder naqueles sertões e dariam continuidade à Cultura Política predominante no período.

²⁶ Destaque-se a necessidade de pensar de modo crítico a questão das “sobras de terras”, uma vez que tal nomeação pode levar a compreensão de que, tratava-se de pequenas extensões de terras. Em muitos casos, tinha-se a presença de grandes extensões.

3 PATRIMÔNIOS MATERIAIS E PODER NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS

3.1 PENSANDO A CULTURA MATERIAL

Ao longo do tempo, distintas vertentes do pensamento arqueológico versaram sobre o caráter da cultura material. Entre elas está uma que a compreende como um reflexo passivo da cultura, sendo esta última avaliada “como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhadas por um determinado grupo”. Nesse sentido, a cultura material foi, até a década de 1980, apreendida de modo impreciso, como uma dimensão não problemática, ou seja, como “um reflexo passivo do comportamento humano” (LIMA, 2011, p. 12). Sendo assim, os artefatos, por serem inertes, trariam significações que lhes seriam intrínsecas, e neste caso caberia ao pesquisador unicamente o trabalho de extrair deles a poeira do tempo para que essas significações despontassem. O passado seria então, neste sentido, passível de ser “reconstruído”.

Foi na atmosfera efervescente do pós-guerra que surgiram descontentamentos com a perspectiva anterior. Os descontentes partiram para uma crítica devastadora a este paradigma, rejeitando-o. É aí então que se manifesta uma vertente que entende a cultura material como resposta adaptativa. De acordo com esse ponto de vista, a cultura material seria resultante de uma adequação “não biológica ao meio, realizada fora do corpo (extrassomática) e, portanto, cultural, sendo entendida como uma resposta às pressões de diversas naturezas sofridas pelos grupos humanos” (LIMA, 2011, p.15).

Nessa compreensão (determinista) a cultura material foi pensada enquanto um produto inativo da acomodação humana ao ambiente externo, sendo examinada, nomeadamente, em suas feições tecnológicas e econômicas, “à luz de rigorosos tratamentos estatísticos”. Dimensões como significados simbólicos, crenças, motivações, etc. (ou seja, dimensões ideacionais) foram consideradas fechadas à investigação científica (LIMA, 2011, p.15).

Um profundo desconforto com a inabilidade de esclarecer por que se verifica a mudança fez com que alguns desgostosos volvessem seus olhos para a teoria evolutiva darwiniana (DUNNELL, 1971, *apud* LIMA, 2011, p. 16). Então, no início da década de 1970, a cultura material também foi pensada enquanto parte do fenótipo humano. Essa concepção, como foi dito, fixava o olhar na teoria evolutiva darwiniana abrangendo pontos centrais como a variação, a hereditariedade e a seleção.

A cultura material, notada como uma dimensão não problemática (que foi mostrada no início desse texto) pelas distintas perspectivas teóricas da Arqueologia até a década de 1980

foi a que sofreu a mais radical modificação desde então. Isso aconteceu em virtude da infiltração do pensamento pós-estruturalista na disciplina²⁷. Assim, surgiu uma nova forma de pensar a cultura material: ela seria pensada como um texto, texto esse em que se pesquisariam as dimensões cognitivas e ideacionais do passado e deslocando o estudo da cultura material, agora, para um papel como protagonista (LIMA, 2011, p. 18). E tratando-se a cultura material como um texto, ela poderia fazer perceber como “na transmissão e recepção do significado cultural, os símbolos são agentes ativos” (LIMA, 2011, p. 19).

Nesse movimento, sob a inspiração de uma variedade de perspectivas teóricas, “esvaziaram-se algumas das principais bandeiras da arqueologia positivista”. Essa maneira de pensar não nega o sistema e a função adaptativa, mas compreende que “ambos são controlados pelas ideias dos indivíduos, fundadas não em modelos universais, mas no particularismo de suas culturas”. Essa visão considera que “os indivíduos trabalham constantemente na criação e recriação da ordenação social” (LIMA, 2011, p. 18).

Ainda de acordo com esse entendimento, a cultura material não tem significados intrínsecos, os artefatos não falam por si mesmos. São os arqueólogos que lhes atribuem significados (LEONE, 1981, *apud* LIMA, 2011, p. 19).

Desse modo, não há ‘reconstruções’, mas construções do passado, intensamente influenciadas por agendas políticas contemporâneas. Esses significados não são provenientes unicamente da sua produção, mas também de sua utilização e de seu discernimento pelos outros (HODDER, 1995, *apud* LIMA, 2011, p. 19).

As formas materiais não reproduzem meramente diferenciações sociais, opiniões ou sistemas simbólicos. Muito pelo contrário, elas são o meio essencial por meio do qual esses valores, ideias e distinções sociais são invariavelmente refletidos e validados (TILLEY, 2008, *apud* LIMA, 2011, p. 19), de forma que todo um contexto de relações sociais se estabelece tendo como ponto de partida a cultura material (LIMA, 2011, p. 19).

A necessidade de incorporar os aspectos simbólicos e cognitivos ao estudo da cultura material ampliou as probabilidades de análise, alargando o caminho para a pesquisa de um campo até então praticamente não explorado pela Arqueologia: “a dimensão sensorial das coisas materiais” (LIMA, 2011, p. 20). A cultura material é uma construção social, mas instituída nas qualidades físicas dos materiais, a partir de uma intrincada trama de

²⁷ Estruturalistas e pós-estruturalistas compreendem a cultura como um sistema simbólico e nesta perspectiva elaboraram estratégias de análise de artefatos culturais como textos que carregam sentidos. A realidade é considerada como uma construção social subjetiva. Mas esses dois pensamentos diferem na medida em que os estruturalistas afirmam a independência e a superioridade do significante em relação ao significado, e os pós-estruturalistas concebem significante e significado em mútua relação (Cf. PEREIRA, 2011, p. 421).

possibilidades que essas propriedades ofertam à criatividade humana, que delas se apodera para a imputação de toda sorte de significados, que vão se modificando no decurso da história de vida dos objetos, uma vez que não são estáticos (LIMA, 2011, p. 20).

Apesar de terem se estabelecido historicamente como antagônicas, essas dessemelhantes perspectivas podem se complementar. Essas contribuições permitiram, a um leque estimável de pesquisadores de todas as inclinações, a incorporação de muitas apreciações procedentes e abalizadas, bem como o abrandamento de posturas antes inabalavelmente arraigadas, tornando viável a emergência de fecundas conciliações para a compreensão da cultura material (LIMA, 2011, p. 21).

De acordo com Lima uma coisa não pode ser negada:

A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais (LIMA, 2011, p. 21).

Partindo dessa ideia, a cultura material é importante para a investigação daquilo que aqui tem sido chamado de “distinção das elites”, pois ela demarca as fronteiras sociais, oferecendo-nos uma visão dos “índices de civilidade” no sertão²⁸.

Os inventários encontrados no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, na Cidade de Pombal, favorecem a pesquisa, permitindo uma aproximação do cotidiano das famílias sertanejas que viveram no período colonial. Mediante a análise destes legados, houve a possibilidade de perceber suas ocupações, o interior de suas casas, seus utensílios, seus objetos de uso pessoal, vestimentas, as ferramentas de trabalho. É possível perceber, então, que estas pessoas pertenciam a diversificados segmentos sociais: proprietários de terras, sargentos mores, capitães-mores, alferes, tenentes, ajudantes, escrivães, etc.

Nesse sentido, é de extrema importância “mergulhar” em tais fontes e perceber essas vozes dispersas na escrita, buscando uma compreensão das vivências e do cotidiano de algumas famílias sertanejas.

²⁸ Em *O processo civilizador* Norbert Elias faz uma abordagem bastante interessante acerca da evolução dos costumes ou comportamentos, formulando uma relevante teoria acerca do desenvolvimento social e psíquico da civilização.

3.2 TERRAS E GADOS: ELEMENTOS PRINCIPAIS DO PATRIMÔNIO DE JOSÉ ALVES BARRETO

José Alves Barreto²⁹ teve seus bens inventariados no ano de 1785, tendo como inventariante seu filho. Veja-se um fragmento de seu inventário:

Declarou o Inventariante possuir o defunto seo pai hum espadeiro de prata com o peso de noventa oitavas e meia visto e avaliado pelos Avaliadores cada oitava [ilegível] que emportão em noventa mil e cincoenta reis com que Se Sae [...] Declarou o Inventariante possuir o defunto seo pai huma espingarda velha vista e avaliada pelos Avaliadores em quatro mil reis com que Se Sai [...] Declarou o Inventariante possuir o defunto seo pai huma canastra em bom uso vista e avaliada pelos avaliadores em mil e seiscentos reis com que Se Sae [...] Declarou mais o Inventariante possuir o defunto seo pai um escravo chamado Pedro do gentio de Angola velho visto e avaliado pelos Avaliadores em quarenta mil reis com que Se Sae [...] Declarou o inventariante possuir o defunto seo pai tres bois mancos Avaliados pelos avaliadores em seis mil reis cada [hum] que emportam em desoito mil reis com que Se Sae [...] Declarou o inventariante possuir o defunto seo pai oito cavalos mancos entre elles dois velhos avaliados pelos Avaliadores em sete mil reis cada hum que emportão em cincoenta e seis mil reis com que Se Sae [...] Declarou o inventariante possuir o defunto seo pai secenta ovelhas entre grandes e pequenas avaliadas pelos Avaliadores cada cabeça a duzentos reis que emportão em doze mil reis com que Se Sae [...] Declarou o inventariante possuir o defunto seo pai da parte do Nascente no Riacho Santa Gertrudes Sociedade em meia legoa de terra com seos Tios João Pereira dos Santos de Vasconcelos e o sargento Mor Salvador [?] dos Santos de Vasconcelos em que cada hum toca quatrocentas braças [...] ³⁰

O sujeito em questão tratava-se de um proprietário rural, e embora não se possa perceber a descrição de todos os seus bens no longo fragmento acima, possuía uma casa de taipa no sítio em que morava, um quarto de léguas de terras de criar gados no Riacho Santa Gertrudes, sociedade em meia légua de terra com seus tios João Pereira dos Santos de Vasconcelos e o sargento mor Salvador [?] dos Santos de Vasconcelos. Era, portanto, proprietário de poucas terras, avaliadas em 235\$000.

Barreto possuía ainda 03 escravos, seus preços somados totalizaram a quantia de 100\$000, gado *vacum*, *cavalar* e *muar*, estes últimos somaram 521\$000, alguns móveis e utensílios domésticos, objetos de uso pessoal, uma considerável quantidade de instrumentos de trabalho ligados à agricultura e até armas. Nota-se também que muitas eram suas dívidas ativas. O defunto deixou em dinheiro oitenta mil réis, dessa quantia satisfez o ofício

²⁹ As informações acerca de José Alves Barreto e de outros inventariados são fragmentadas em razão do estado de conservação das fontes, não nos permitindo, portanto, um aprofundamento de suas origens/ procedências.

³⁰ Fragmento retirado do inventário de José Alves Barreto. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

paroquial, as missas e enterramento, tudo importando trinta e quatro mil e cento e sessenta réis. Alguns de seus bens estão descritos nas tabelas a seguir:

Tabela 01 - Imóveis pertencentes a José Alves Barreto

IMÓVEIS		
DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR
01 casa de taipa	No sítio em que mora	13\$000
01 quarto de légua [?] de terras de criar gados	Riacho Santa Gertrudes	150\$000
Sociedade em meia légua de terra com seus tios João Pereira dos Santos de Vasconcelos e o sargento mor Salvador dos Santos de Vasconcelos em que cada um toca quatrocentas braças	Na parte do nascente no Riacho Santa Gertrudes	85\$000
VALOR TOTAL		248\$000 ³¹

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

O inventariado possuía uma casa de taipa no sítio em que morava, avaliada em 13\$000, e talvez por localizar-se no sítio apresentasse um preço reduzido (cf. MACÊDO, 2007, p. 156). Isso faz sentido se compararmos com o preço das casas localizadas na vila. A casa do Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos, localizada na vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso, por exemplo, foi avaliada em 50\$000.

As casas de taipa tinham um processo de construção razoavelmente rápido, pois ela necessita unicamente de uma trama de varas, sempre que possível, retilíneas, que, trançadas, são atadas com cipós ou cordões de sola, a madeira de lei era utilizada apenas para esteios, vigas e traves (LIMA, *apud* MACÊDO, 2007, p. 154). Constituída a grade da casa, o construtor da habitação, fazendo uso das mãos barreira as paredes, rebocando-a aos sopapos (MACÊDO, 2007, p. 154).

Essas casas eram térreas, pois não suportavam de modo seguro, pavimentos elevados, uma vez que suas paredes eram erigidas com materiais não muito resistentes, “cuja vigas eram troncos e galhos da caatinga” (MACÊDO, 2007, p. 156). No interior dela os móveis domésticos eram poucos, como se verá adiante. Macêdo também notou, para o sertão de

³¹ Este “valor total” que apresentamos corresponde à soma dos bens que foram possíveis de serem identificados, pois, em muitos momentos não foi possível identificar alguns desses mesmos bens em virtude do estado de conservação do documento, que aparecia rasurado, ilegível, com furos, rasgões e outras dificuldades.

Seridó, que os móveis eram reduzidos. Veja-se uma casa de taipa³² representada na figura abaixo:

Figura 7 - Casa de taipa



Fonte: Acervo da autora
Foto da autora

Na medida em que se considera a questão do significado da sociabilidade no cotidiano setecentista, deve-se apreciar também o significado que o ambiente da casa e da rua assumia no Império Português (PEREIRA, 2011, p. 334). Certamente, no sertão do Rio Piranhas era no ambiente da casa que se davam as interações sociais, as relações familiares, a religiosidade, etc. A interação social se dava também nas ocasiões em que eram realizadas missas e outros eventos religiosos. Na figura abaixo se tem uma visão da parte interna de uma casa de taipa.

³² As figuras 7, 11, 12 e 13 (casa de taipa, espingarda, sela e cangalha) tratam-se de fotografias atuais, produzidas e editadas por mim, fez-se uso das mesmas apenas com o intuito de conceder uma aproximação dos objetos utilizados naquela temporalidade.

Figura 8 - Vista interior de uma casa de taipa



Fonte: Museu do Homem do Nordeste (PE). In: MACÊDO (2007, p. 170).

Se nota, pela documentação, que os espólios apontam para indivíduos que não possuíam bens tão sofisticados. Isso fica evidente, por exemplo, quando aparece a descrição da casa de taipa de José Alves Barreto. Ele era um proprietário de terras, visto possuir um quarto de légua de terras e, ainda sociedade em meia légua de terras com seus tios. Sem dúvida essas terras eram muito mais importantes para lhe conferir um estatuto social elevado do que a posse de outros bens pertencentes ao mobiliário, por exemplo. A partir de tais informações, percebe-se que a terra significava fonte de riqueza e também de proeminência social no espaço sertão, conferindo *status* e poder às famílias (PESSOA, 2003, p 181).

Neste trabalho, não há a preocupação em mostrar, de forma aprofundada, aspectos acerca da escravidão, no entanto, é preciso destacar a presença do elemento escravo no rol dos bens inventariados. Percebe-se a constante presença do escravo no sertão do Rio Piranhas: dentre os 15 inventários analisados, eles (os escravos) só não são listados no inventário de José Gonçalves Ferreira. É interessante notar que, no ato de descrição dos bens, constata-se que alguns adjetivos interferiam em sua avaliação, a exemplo de “velho”, “em bom uso”, “novo”, entre outros (PEREIRA, 2011, p. 333). Esses adjetivos interferiam no valor dos bens, de modo que um objeto velho teria um valor menor e um objeto novo teria um valor maior, por exemplo. Isso pode ser observado na tabela 02.

José Alves Barreto possuía três escravos, um deles era velho, por isso apresentava valor menor, e os outros dois, além de serem velhos eram doentes, o que implicou num valor ainda menor no momento da avaliação. A significativa presença dos escravos³³ nos inventários do sertão do Rio Piranhas vem mostrar que os homens e mulheres que emergem da documentação aqui utilizada são homens e mulheres de “honra”, que pertenciam a um segmento social mais elevado. Observe-se a tabela a seguir, onde podem ser percebidos os escravos de José Alves Barreto:

Tabela 02 - Escravos pertencentes a José Alves Barreto

ESCRAVOS								
NOME	ESTADO CIVIL	SEXO	IDADE	COR	NAÇÃO	HABILIDADE	MOLÉSTIA	VALOR
Pedro	*	*	Velho	*	Do gentio de Angola	*	*	40\$000
Ohemas (criolo)	*	*	Velho e doente [?]	*	*	*	*	30\$000
Anna (cabra)	*	*	Velha e doente	*	*	*	*	30\$000
						VALOR TOTAL = 100\$000		

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

Parece que (observando-se é claro, as peculiaridades³⁴ do sertão colonial), os homens e mulheres em questão seguiam um caminho na busca da “distinção”: “cabedal e governo”. Sobre isto, Souza inspirando-se em Antonil, escreveu da seguinte forma: “Quando acompanhado de riqueza e autoridade [...] o senhor de engenho podia ser comparado ao fidalgo do reino”³⁵ (SOUZA, *apud*, ANTONIL, 2006, p.149).

A sociedade colonial conservava os preceitos estamentais, sob essa ótica, a posição dos indivíduos era marcada, por exemplo, pelos “sinais exteriores indicativos da graduação”, no entanto, as situações específicas relativizavam e elaboravam novamente tais preceitos. Então, a sociedade colonial assentava-se em “múltiplas hierarquias de honra e apreço” (SOUZA, *apud*, SCHWARTZ, 2006, p. 150). É possível que no caso do sertão do Rio

³³ No inventário de José Alves Barreto os escravos não são muitos, mas se verá que em outros eles aparecem em maior quantidade.

³⁴ Diz-se peculiaridades, em virtude de se tratar de elites que eram habituadas a costumes mestiços, que se expressavam tanto na vida cotidiana, quanto em ocasiões críticas, “quando a especificidade americana podia ser um trunfo”. (SOUZA, 2006, p. 150).

³⁵ Entende-se, obviamente, que a autora se referia ao senhor de engenho, mas é possível que a elite sertaneja, que surge do corpus documental analisado, seguisse essa lógica na busca da “distinção”.

Piranhas os “sinais exteriores indicativos da graduação” fossem principalmente as terras e o gado. Em suma, o tipo ideal de pessoa “distinta” era aquela que tivesse a posse desses bens.

Detentores de terras, esses indivíduos possuíam também escravos. Esses personagens possivelmente foram partícipes da conquista das terras que então estavam sob seu poder, e adquiriram certamente sua posse como recompensa pela participação nos embates de conquista. Com o descortinar do tempo foram adquirindo outros bens, cabeças de gado de diferentes tipos e escravos.

O inventariado também possuía muitos animais, especialmente o gado *vacum*. Capistrano de Abreu mostrou como se tornava favorável a criação do gado *vacum* no sertão, visto que a atividade não necessitava ser desenvolvida na proximidade da praia; requeria um pequeno número de pessoas; e fornecia alimentação constante. O autor mostra o papel desempenhado pelo couro na fabricação dos mais variados objetos utilizados pelos sertanejos, nomeando o sertão como a civilização do couro. De acordo com ele,

Pode se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a civilização do couro. De couro eram as portas das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal [...]. (ABREU, 1998, p. 133)

A economia pastoril acabaria por gerar uma forma societária específica, em face da litorânea propriamente dita (PUNTONI, 2002, p. 36). Veja-se abaixo a quantidade e o preço dos animais pertencentes a José Alves Barreto.

Tabela 03 - Animais pertencentes a José Alves Barreto

ANIMAIS		
ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR
<i>Vacum</i>	157	334\$000
<i>Cavalar</i>	38	175\$000
<i>Cabrum</i>	*	*
<i>Muar</i>	60	12\$000
VALOR TOTAL		521\$000

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

Maximiano Lopes Machado nos informa que

o Piancó era o lugar preferido pelos creadores em razão da abundância de pasto para o gado, encostas de serras e boas agoadas para ahi havia affluído gente rica e poderosa da Bahia e outras partes, a qual pedio providências ao governo contra aquelles bandos, representando no sentido de crear-se Villa naquele logar [...]. (MACHADO, 1909, p. 258)

Veja-se a tabela a seguir:

Tabela 04 - Preço do gado *Vacum* e *Cavalar*, nos inventários do sertão do Rio Piranhas

ANO	INVENTARIADO	VACUM	CAVALAR
1783	Luis Peixoto Viegas	1\$600 (cada cabeça)	6\$000/ 7\$000 (cada cabeça)
1783	João Pereira da Silva	*	4\$000/8\$000 (cada cabeça)
1783	Damiana de Sousa	*	*
1783	Luis Peixoto Viegas ("inventário da demência")	1\$600 (cada cabeça)	6\$000/4\$000
1784	José Gonçalves Ferreira	*	5\$000 (cada cabeça)
1785	Antonia Leandra da Conceição	2\$000 (cada cabeça)	6\$000/4\$000 (cada cabeça)
1785	José Alves Barreto	6\$000/ 4\$000/ 2\$000 (cada cabeça)	7\$000/ 4\$000/ 6\$000/ 5\$000/ 3\$000 (cada cabeça)
1786	Joana Monteiro	2\$000 (cada cabeça)	8\$000/ 5\$000 (cada cabeça)
1786	Luzia Barboza	2\$000 (cada cabeça)	12\$000/ 6\$000 (cada cabeça)
1787	Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos	7\$000/ 5\$000/ 2\$000 (cada cabeça)	7\$000/ 6\$000/ 4\$000 (cada cabeça)
1793	Maria Francisca	*	8\$000/ 5\$000 (cada cabeça)
1793	Pedro Pereira de Lucena	*	*
1795	Francisco da Silva Passos	*	*
1796	Manoel Joaquim	*	4\$000/ 8\$000 (cada cabeça)
1799	Izabel Maria	6\$000 (cada cabeça)	25\$000/ 10\$000/ 20\$000/ 8\$000

Fontes: Inventários de 1783, 1784, 1786, 1987, 1793, 1795, 1796, 1799. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Como se nota, o gado *vacum* aparece na maior parte dos inventários analisados. O seu valor variou de 1\$600 a 6\$000. Já o gado *cavalar* só não aparece no inventário de Damiana de Sousa. O seu preço variou de 3\$000 a 7\$000.

Somos informados por Fernandes e Amorim que, no primeiro século de colonização, a criação de gado foi responsável por atender às necessidades dos engenhos, localizando-se, portanto, em suas proximidades, “tornando-se inclusive fator de ocupação de algumas áreas que, posteriormente, serão tomadas pela cana-de-açúcar” (FERNANDES & AMORIM, 1999, p. 22). Contudo, a partir de 1660 a criação de gado é transferida para áreas mais distanciadas, na tentativa de que o gado não devaste os canaviais e para que servisse de alimento durante o inverno, na ocasião em que os engenhos estavam parados. A expansão foi se processando, especialmente depois da invasão holandesa, de forma pausada; e nesse movimento a atividade criatória adquiriu formas próprias de reprodução, diferenciadas daquelas do período em que se estabelecia simplesmente como “atividade complementar dos engenhos” (FERNANDES & AMORIM, 1999, p. 22).

Mais recentemente, tratando acerca dos *empreendimentos* da Casa da Torre, Ângelo Emílio da Silva Pessoa mostrou como “os currais foram o ponto de partida para o exercício de outras práticas econômicas, que se desenrolaram em *negócios*³⁶ de arrendamento de terras, abastecimento de carnes, exploração de salitre, e outros”, que se intensificavam ao sabor das alterações de mercado da grande economia, tendo em vista sempre uma expectativa de alargamento e ampliação desses empreendimentos (PESSOA, 2003, p. 165).

Ainda segundo Pessoa, a pecuária, no contexto da formação econômica do Brasil colonial, caracteriza-se como uma forma de economia complementar às atividades de exportação (açúcar, mineração) e também é distinguida por uma capitalização e rentabilidade inferiores. A referida atividade assume, ainda, uma dimensão expressiva no tocante à produção de animais para transporte e tração, além do provimento da nascente rede urbana e da formação de um mercado interno. É interessante notar que “a produção do couro estabeleceu vínculos entre a pecuária e o mercado internacional, uma vez que o couro servia para acondicionar os rolos de fumo que saíam do Recôncavo Baiano e outras áreas para diversos continentes” (PESSOA, 2003, p. 165).

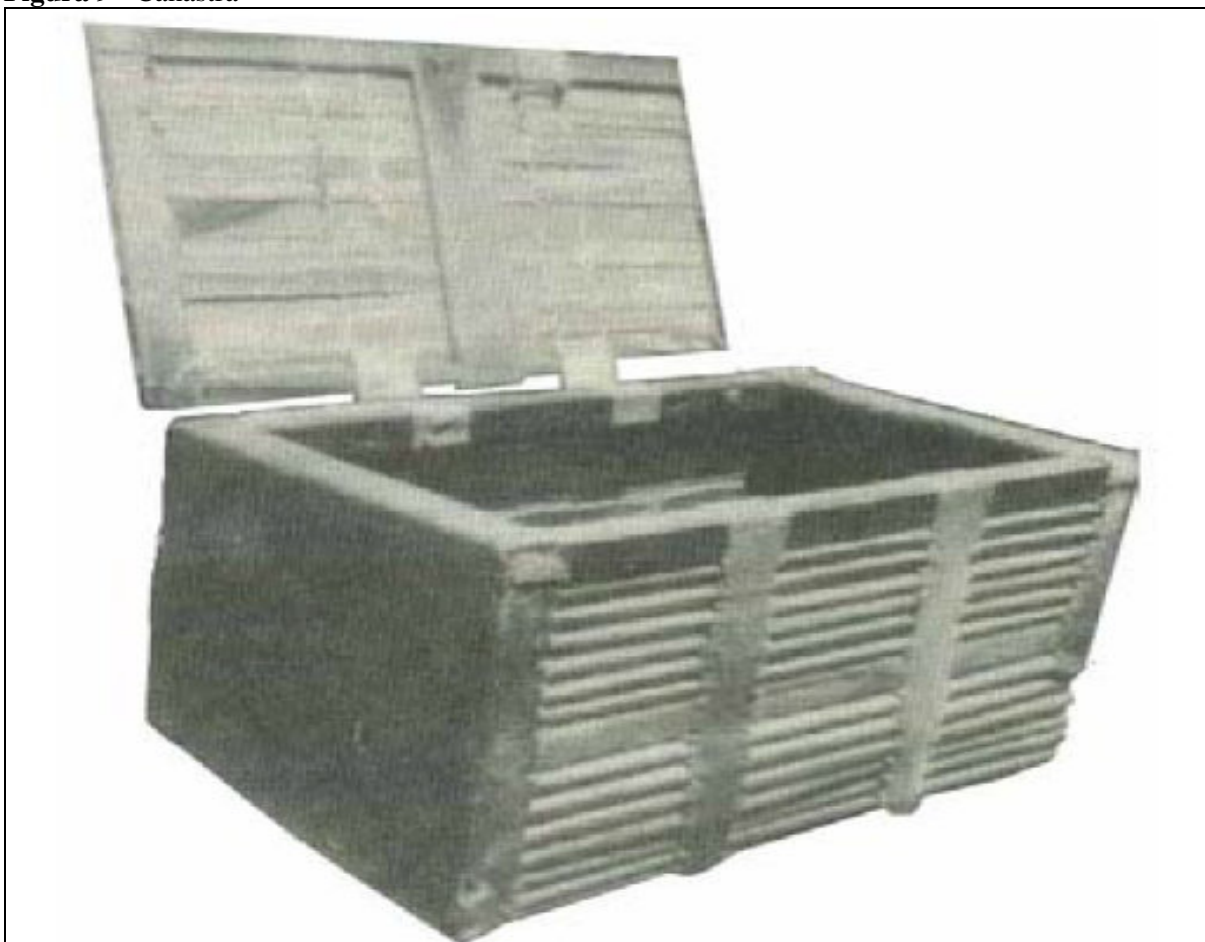
³⁶ Grifo do autor.

Tabela 05 - Móveis domésticos pertencentes a José Alves Barreto

MÓVEIS DOMÉSTICOS		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
01 canastra	Em bom uso	1\$600
01 mesa de cedro	Nova	1\$600
01 caixa de timbaúba [?]	Velha	\$320
VALOR TOTAL		3\$520

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Na tabela anterior se tem uma visão dos móveis domésticos de José Alves Barreto. Entre eles estão uma canastra. Tratava-se de uma caixa larga não muito alta, fabricada com ripas de madeira ou revestida de couro. Macêdo (2007, p. 162), ao investigar os sertões do Seridó, percebeu que os móveis eram facilmente deslocáveis (canastra, bancos) já que os espaços, em casas rurais, geralmente possuíam variadas funções. Esta realidade também é percebida no sertão do Rio Piranhas. Em suma, temos a presença de uma cultura material típica das áreas sertanejas, portanto, as condições eram próprias do contexto material em que as pessoas viviam. José Alves Barreto possuía ainda uma mesa de cedro nova, e uma caixa de timbaúba velha. A presença destes últimos elementos (mesa e caixa) fazem também perceber que o inventariado era integrante da elite ali constituída, uma vez que o cedro e a timbaúba são madeiras nobres oriundas da Mata Atlântica.

Figura 9 - Canastra

Fonte: MEDEIROS FILHO (1983, p. 16), *apud* MACÊDO (2007, p. 173).

Tabela 06 - Utensílios domésticos pertencentes a José Alves Barreto

UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
05 colheres de prata	*	3\$500
[Não identificado] de prata	*	10 tostões = 1\$000
04 pratos rasos	*	\$800
02 tigelas	*	\$200
VALOR TOTAL		5\$500

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

O inventariado possuía ainda cinco colheres de prata: não muitas, portanto. Os pratos também eram reduzidos, um número de quatro. Os pratos eram fabricados de estanho, já que eram mais habituais e de preço mais baixo (MACÊDO, 2007, p. 184). Mas na análise da

documentação constata-se, além de pratos de estanho, a presença de colheres de prata, mas estas não ultrapassaram a quantia de sete num único inventário.

Sobre isto, Macêdo (2007, p. 185) afirmou que os talheres de prata encontrados nos inventários não apresentavam valor utilitário diário. Significavam mais pelo metal de que eram feitos. Esses utensílios, juntamente com as joias eram entesourados, e também se constituíam como moedas fortes no mercado matrimonial, compondo os bens passados em dote.

Isso talvez explique o fato de os utensílios de prata acima mencionados apresentarem um valor mais elevado que os demais. Se o uso dos talheres já era reduzido, prossegue o autor, entre famílias de posse, entre os pobres miseráveis e escravos, certamente que não eram utilizados. Os aparelhos, como os pratos e talheres, por exemplo, ainda não eram usados para exibição diária, em armários envidraçados: eram reservados na maior parte do ano em arcas, para serem expostos em circunstâncias festivas, ou na recepção de visitantes notáveis (MACÊDO, 2007, p. 187).

Figura 10 - Colher e garfo



Fonte: MACÊDO (2007, p. 185)

Em finais do século XVIII o comer com as mãos ainda era corrente, mas, ao ser notada a presença destes utensílios, constata-se que os hábitos coloniais estavam se refinando (BRAUDEL, *apud* PEREIRA, 2011, p. 334).

Pereira (2011, p. 337), por sua vez, notou nos inventários da Sabará do século XVIII uma diversidade de utensílios domésticos, como leiteiras, sopeiras, pratos, chocolateiras, louças provenientes da Índia e da China. De acordo com a autora, tal fato se explica por quê dentre os 171 inventariados da Vila de Sabarabuçu³⁷, 29 indivíduos eram naturais de Portugal e, portanto, a tal diversidade de utensílios domésticos aponta para uma tendência a recriar e interiorizar hábitos e costumes europeus no seio das famílias mineiras, numa tentativa de recriar, mais uma vez, o *modus vivendi* do além-mar.

Se deve ter em mente, ainda, que um pesquisador que se ocupe do exame da vida e da cultura material no século XVIII deve analisar, entretanto, os diversificados aspectos que constituíam a vida privada setecentista (PEREIRA, 2011, p. 334).

A vida privada pode ser vislumbrada no sertão do Rio Piranhas mediante a descrição dos bens de seus atores sociais. No sertão, a realidade evidenciada pelos inventários era a de que poucos eram os objetos e mobiliário que compunham o interior da casa, além de algumas colheres, poucos pratos e tigelas. O mais interessante era, portanto, possuir bens que denotassem *status* e poder, como terras e gados.

Depara-se com a seguinte situação quando são analisados os inventários sertanejos: de um lado, propriedades rurais, escravos, gado, etc. de outro, bens de luxo como sedas, tecidos escarlate, móveis de madeira nobre etc. (é bem verdade que estes últimos aparecem em pequenas quantidades e não muito frequentemente). Portanto, são os primeiros bens que se destacam.

Tabela 07 - Obojetos pessoais pertencentes a José Alves Barreto

OBJETOS DE USO PESSOAL		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
01 par de fivelas lavradas de prata de sapatos	*	1\$500
01 fivela	*	\$675
18 botões de bota de prata	*	1\$150
01 par de meias de seda	Em bom uso	1\$600
01 par de fivelas de prata de sapatos	*	1\$500
VALOR TOTAL		6\$425

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

³⁷ Nome original daquela localidade de Minas Gerais.

Na tabela anterior estão os objetos de uso pessoal de José Alves Barreto. Uma coisa chama a atenção: não existe nenhuma referência específica a sapatos propriamente ditos, e isto em todos os inventários analisados até o presente momento. Os sapatos só são percebidos por meio da referência a outros objetos, como as fivelas, botões e meias de seda. Caso interessante, nenhuma citação aos sapatos em si, mas a presença de meias fabricadas com tecido de luxo, seda. Talvez isso se explique pelo fato de que alguns bens, a exemplo dos bens pessoais, fossem partilhados entre os familiares do defunto muito antes de seu falecimento, além disso, os objetos pessoais como sapatos e botas, raros que eram, talvez se encontrassem tão desgastados que nem ao menos eram colocados no rol dos bens inventariados. Esta realidade também foi constatada por Macêdo (2007, p. 175) para a ribeira do Seridó.

Assim em algumas ocasiões notamos que, para ser “distinto”, era mais importante possuir bens do que mesmo usá-los diariamente, por exemplo. Era importante possuir joias, talheres e sapatos, mas estes objetos não eram rotineiramente utilizados. Nesse contexto, talvez o uso de alpargatas, por serem mais simples, fosse mais comum, é possível que até os escravos fizessem uso das mesmas.

No que diz respeito à presença de bens que denotam fausto, Pereira (2011, p. 343) considerou, para o caso da Sabará setecentista, que a circulação de bens de luxo como vinho português, algodão maltês, seda indiana e outros, não ficara restrita às grandes praças mercantis do litoral.

Desse modo, diversos objetos eram usados no cotidiano por homens e mulheres que não atravessaram o Atlântico, mas que, mesmo assim, podiam ter em suas mesas louças, talheres, guardanapos e outros objetos ou utensílios dos quatro cantos do mundo português. Os produtos do Império chegavam aos domicílios do sertão. Portanto a atividade comercial foi fundamental, nas Minas Gerais do século XVIII, também para a circulação dos bens desembarcados nos portos da América portuguesa (PEREIRA, 2011, p. 343-344).

No caso do sertão paraibano, Paiva (2009, p. 37) fez menção das ligações mantidas pelas vilas sertanejas com as Capitanias do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e a própria Paraíba. A autora percebeu, através da análise dos mapas econômicos e populacionais produzidos entre 1798 e 1805 na Capitania da Paraíba, um afluxo de manufaturas e mercadorias variadas vindas pelos portos dessas capitanias.

Se produtos como tecidos finos, louças etc., afluíam para aí, afirma Paiva, é por que havia um mercado consumidor para os mesmos. Em consequência, as atividades sertanejas deveriam gerar condições para comercializar e consumir esses tipos de bens. A documentação aqui utilizada, os inventários, não descreve a proveniência dos bens arrolados, mas

seguramente aponta as ligações do sertão como outros espaços, como Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

Por isso, aqui, é preciso assinalar esses espaços apenas como os locais (portos) por onde circulavam os bens presentes nos inventários e que, nessa trajetória, chegavam ao sertão paraibano. Mesmo não sabendo a origem de tais bens, não estranhamos a presença desses elementos nos inventários sertanejos, uma vez que o sertão não se encontrava isolado. A presença de vários artigos confirma que a distância geográfica entre o sertão e outras regiões não significou o impedimento para que uma diversidade de bens fizesse parte do cotidiano das famílias sertanejas (Cf. PEREIRA, 2011, 340).

Assim como Paiva, também foram constatadas essas conexões nas fontes do sertão de Piranhas. Em um testamento datado de 1783 são notáveis as ligações do testador com pessoas residentes em Pernambuco, por exemplo. Neste testamento, Luis Peixoto Viegas declarou que queria ser sepultado na Paraíba ou em Pernambuco, o que leva a inferir, com isso, que se o testador tinha esse desejo é por que possuía intensos vínculos com aquela capitania.

Noutro momento, encontra-se a descrição que informa que o mesmo Luis Peixoto Viegas pertencia à ordem de São Francisco do Recife e a ela devia “de anais e mais pensões”, a quantia de 40\$000. Ele mantinha correspondência constantemente, por meio de cartas, com o seu tio, André Peixoto, morador em Pernambuco. O conteúdo dessas cartas tratava de negócios, como dívidas, por exemplo. Provavelmente André Peixoto era um dos representantes/ procuradores de Luis Peixoto Viegas na Capitania de Pernambuco e estava incumbido de tratar de seus negócios e administrar seu patrimônio porventura ali existente.

Tabela 08 - Bens profissionais pertencentes a José Alves Barreto

BENS PROFISSIONAIS, ARMAS, INSTRUMENTOS DE TRABALHO		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
01 espadeiro de prata	*	9\$050
01 par de esporas de prata	*	10\$500
01 tacho de cobre	*	3\$200
[?]	*	\$360
02 machados	Velhos	\$200
03 olhos de enxada	*	\$480
01 espingarda	Velha	4\$000
05 cangalhas	*	2\$000
01 sela	Muito velha	10 tostões
VALOR TOTAL		30\$790

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

As esporas e a sela faziam parte do traje do vaqueiro (Cf. KOSTER, 2003, p. 141). As esporas pertencentes a José Alves Barreto eram fabricadas de prata. Entre seus bens profissionais aparecem também um tacho de cobre, que era utilizado para cozer os queijos de manteiga e doces (MACÊDO, 2006, p. 182). Este autor lembrou que os objetos de metal eram raros na colônia, pois parte considerável do ferro e do cobre era fundido na Europa e, portanto, dispendiosos na origem de seu beneficiamento (MACÊDO, 2006, p. 183).

Como se explica, então, a constante presença de instrumentos fabricados de ferro e cobre, como os machados, enxadas, espingardas e outros bens nos inventários sertanejos, por exemplo? Como eles chegavam ao sertão? Já foi dito aqui que havia comunicação das vilas do sertão com as capitanias de Ceará, Pernambuco e Rio Grande Norte. A partir daí se pode inferir que essas ligações foram responsáveis pela presença desses instrumentos nos sertões da Paraíba no período colonial vindos, através dos portos dessa capitania, e também de outros espaços onde a atividade metalúrgica já tinha alcançado um maior grau de desenvolvimento.

É notável também a presença de metais como o ferro e o cobre em peças inutilizadas, como três olhos de enxada velhos. Macêdo (2006, p. 186) ficou intrigado ao indagar acerca do interesse em se revelar um patrimônio tão pobre e considerou a possibilidade de tais ligas serem refundidas em oficinas coloniais. Assim, se justificava a presença de tais metais “velhos” e “sem uso” no cabedal inventariável, já que o ferro e o cobre eram metais fundidos na Europa e custosos na origem de seu beneficiamento (MACÊDO, 2006, p. 183), como já foi mencionado.

Em meio aos espólios foi possível encontrar também cinco cangalhas e uma sela. Se as esporas também aparecem, podemos inferir que o inventariado fazia sempre uso de animais como meio de transporte, o que faz sentido, se for levado em consideração o fato de que era possuidor de 38 cabeças de gado *cavalar* “de toda sorte”, isto é, onde se incluíam bestas, poldros, cavalos, etc. Um último elemento: a espingarda, de acordo com Koster (2003, p. 130), era um item que fazia parte da indumentária de um homem do interior. Ela também estava presente no patrimônio de José Alves Barreto. Certamente a espingarda apresentava uma função de proteção pessoal. Veja-se nas figuras abaixo, alguns desses elementos, representados através de fotografias atuais.

Figura 11 - Espingarda



Fonte: Acervo da autora
Foto da autora

Figura 12 - Sela



Fonte: Acervo da autora
Foto da autora

Figura 13 - Cangalha



Fonte: Acervo da autora
Foto da autora

Os bens profissionais ligados à agricultura se destacam na maior parte dos casos, isso se ajusta perfeitamente com a realidade vivenciada por aquelas famílias, encontravam-se ligadas a atividade da agricultura e criação de gado e de tais atividades retiravam suas rendas, seu sustento e, por meio delas, adquiriam seu *status*.

Em todos os inventários analisados até o presente momento foram encontrados instrumentos profissionais, principalmente aqueles ligados à agricultura, como enxadas, foices, machados, etc. A menor quantidade desses bens foi encontrada nos de Damiana de Sousa e Antonia Leandra da Conceição. Nos inventários destas duas últimas sobressaem-se os objetos de uso pessoal como brincos, laços de pescoço, cordões, corrente de ouro, anel, pente, fivela, etc. Em resumo, neste tópico, tivemos uma visão dos cabedais de José Alves Barreto, onde se destacam o gado e as terras como itens principais na composição de seu patrimônio.

3.3 VESTIMENTAS DE SEDA, BRINCOS E CORRENTES DE OURO: OS BENS DE DAMIANA DE SOUSA E ANTONIA LEANDRA DA CONCEIÇÃO

Da mesma forma, Damiana de Sousa, casada com Francisco Alves Moreira [?] teve seus bens inventariados no ano de 1783, deixando seis herdeiros, que provavelmente eram

seus filhos: Tereza, Maria, Aurora, Vitória, Maria José e Macimiano. Entre os seus bens estavam 03 escravos, os preços destes somados perfizeram a quantia de 190\$000, 02 cabeças de gado *cavalar*, estas somaram a quantia de 18\$000 e, o que pode surpreender, uma considerável quantidade de objetos de uso pessoal: um laço de pescoço, um laçinho de ouro de pescoço, um par de brincos quebrados, mais dois pares de brincos, outros objetos de ouro que não foi possível identificar.

A inventariada possuía ainda instrumentos de trabalho, como um machado, uma “foice de roçar”, um “enxada velho”, uma “sela com os tubos de ferro”. Não foi encontrado neste inventário específico, referência a bens imóveis e móveis, ou a objetos de uso doméstico. A presença de objetos de uso pessoal é marcante. Vejamos:

Tabela 9 - Objetos de uso pessoal pertencentes a Damiana de Sousa

OBJETOS DE USO PESSOAL		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
[não identificado] de pescoço	*	1\$160
01 laço de pescoço com sua pedrinha branca no meio	*	2\$300
01 laçinho de ouro de pescoço com duas pedrinhas brancas	*	\$200
01 par de brincos quebrados	*	\$700
01 par de brinquinhos	*	\$520
01 par de brinquinhos (outro)	*	\$520
[Não identificado] de ouro	*	\$200
[Não identificado] de ouro	*	\$160
VALOR TOTAL		5\$760

Fonte: Inventário de 1783, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Como se pode perceber, é notável a presença de objetos de uso pessoal no inventário de Damiana de Sousa. Em igual medida, no inventário de Antonia Leandra da Conceição há uma considerável quantidade de objetos de uso pessoal que envolvia o cotidiano feminino na temporalidade analisada, como se pode perceber na tabela 10. De acordo com Pereira (2011, p. 338), a presença de joias no espólio, de objetos em ouro, sobretudo joias, era sinal de que tais bens conferiam a seus detentores prestígio e visibilidade social.

A presença das joias nos inventários sertanejos aponta para esse desejo de demonstrar prestígio no meio social. Damiana de Sousa não era uma mulher comum, pertencia aos segmentos mais elevados da sociedade sertaneja que já estava constituída naquela

temporalidade. Certamente, nos momentos de interação social que se davam nas missas e festas religiosas, ostentava seu “laço de pescoço com sua pedrinha branca no meio” juntamente com outros adornos, isso lhe conferia uma visibilidade social como foi apontado por Pereira (2011).

Vale ressaltar que esses objetos, além de serem importantes no cotidiano dos inventariados quando ainda estavam vivos seriam, após a morte dos mesmos, objeto de disputa no momento da partilha entre os herdeiros, já que eram tão significativos pelo valor que apresentavam e pelo fato de serem tão simbólicos no que diz respeito à “distinção” no meio social. Infere-se, através da tabela apresentada há pouco, que era comum as mulheres mais abastadas ostentarem peças (laço) no pescoço. Os brincos e objetos de ouro também eram adornos importantes no cotidiano dessas mulheres sertanejas. Essas joias e também as peças do vestuário eram guardadas em caixas e canastras, uma vez que por todo o século XVIII e boa parte do XIX, guarda-roupas e armários não eram peças comuns no mobiliário (MACÊDO, 2007, p. 173).

Observe-se mais um exemplo de como se adornavam as mulheres naquela temporalidade: Antonia Leandra da Conceição teve seus bens inventariados no ano de 1785, tendo como inventariante seu esposo, José Lourenço da Câmara. Dona Antonia deixou como herdeira Catharina, da idade de um ano, provavelmente sua filha. Seus itens pessoais deixam bastante clara a maneira como se ataviavam as mulheres de posses naquela época.

A elegante senhora se enfeitava de forma muito luxuosa para a vida no sertão de então, certamente para exibição pública em seus passeios ou quando participava de missas, festas religiosas ou outros eventos semelhantes. A referida senhora, ao deixar o ambiente de sua casa se deslocando para outros locais, tinha a sua disposição uma variedade de artigos. Ela poderia optar entre usar: uma corrente de ouro, dois cordões de ouro, duas flores de ouro de cabeça, uma bota que possuía alguma peça³⁸ de ouro, um anel de ouro com sua pedra de topázio, um pente de ouro³⁹, e também um cordão de pescoço de ouro, entre outros itens.

Era uma variedade de itens, principalmente de ouro, perfazendo um total de oito peças. Para um ambiente considerado obscuro e não civilizado, o uso de tais itens era, sem dúvida, muito luxo. Caso desejasse ostentar suas vestimentas, Antonia tinha a seu dispor uma vestimenta de seda, um capotão⁴⁰ de pano bordado, uma saia e manto, e uma peça⁴¹ de seda encarnada.

³⁸ Não identificada na documentação.

³⁹ Normalmente era utilizado para prender o penteado (cf. MACÊDO, 2007, p. 180).

⁴⁰ Espécie de manto, que cobre do pescoço até o calcanhar (BLUTEAU, 1712/1721, Tomo 1, p. 232).

Quanto à vestimenta das mulheres, Koster (2003, p. 209) verificou um desalinhamento. De acordo com ele, as mulheres destes lugares vestiam, em começos do oitocentos, apenas saia e camisa, sem meia e, quase sempre, estavam descalças, sem sequer um par de chinelos. Ao saírem de casa, o que era raro, adicionavam um grande manto branco, de tecido grosseiro, da terra ou vindo das manufaturas da Europa e o sacudiam sobre a cabeça e as espáduas.

Sabe-se que roupas com tecido do reino eram habituais somente para mulheres de melhores condições, posto que esses tecidos eram custosos, já que o alvará de 5 de janeiro de 1785 proibira a manufatura têxtil na colônia, “abrindo exceção somente para fabricação de tecidos grosseiros de algodão” (MACÊDO, 2007, p. 179). Quanto aos tecidos de cor vermelha⁴² eram típicos dos segmentos mais abastados.

Dáí se depreende que tecidos como lãs, linhos e sedas eram adquiridos apenas pelo segmento da população mais remediada. O trabalho em teares domésticos respondia pela demanda das vestimentas de uso diário dos pobres e escravos, com tecidos de algodão, “ou consumiam-se os tecidos de ganga, originários da Índia, que, mesmo importados, eram baratos e de baixa qualidade” (MACÊDO, 2007, p. 179).

A descrição dos bens há pouco autoriza a afirmação de que Antonia Leandra da Conceição não se enquadrava no círculo de pessoas comuns, como escravizados, forros, autóctones e indivíduos livres pobres. Chega-se a tal conclusão pelo fato de a listagem de objetos pessoais ser considerável e, também, de nela aparecem inúmeros componentes suntuosos. Por muito tempo o sertão foi pensado enquanto um espaço marcado pela simplicidade, pela dureza da vida e pelo não civilizado, contudo nem sempre essa realidade mais rústica aparece nas fontes aqui compulsadas.

⁴¹ Não identificada na documentação.

⁴² Notados como “encadernados” na documentação.

Tabela 10 - Objetos de uso pessoal pertencentes a Antonia Leandra da Conceição

OBJETOS DE USO PESSOAL		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
01 Relicário	*	31\$100
01 corrente de ouro	*	22\$500
02 cordões [?] de ouro	*	7\$700
01 bota de [não identificado] de ouro	*	2\$400
02 flores [?] de ouro de cabeça	*	2\$800
01 anel de ouro com sua pedra de topázio	*	6\$400
01 par de fivelas de liga de [não identificado] de ouro	*	12\$600
01 par de fivelas de sapatos de ouro	*	35\$000
01 pente de ouro	*	2\$100
01 cordão de pescoço de ouro	*	2\$100
01 fivela de pescoço de prata	*	\$600
01 par de fivelas de prata de sapatos	*	1\$500
01 par de fivelas de ligas de calção de prata	*	\$100
02 pares de fivelas de prata de sapatos	*	4\$800
01 vestimenta [?] de seda	*	12\$000
01 saia de [?] e manto	*	3\$200
01 capotão de pano bordado	*	6\$400
01 [não identificado] de seda encarnado	Velho	3\$000
VALOR TOTAL		156\$300

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

Ao analisar os inventários percebe-se que os indivíduos buscavam ostentar seus bens materiais, inclusive aqueles que, visivelmente, denotavam certa sofisticação ou um estilo social elevado. Provavelmente, nos recônditos do sertão paraibano, as sociabilidades eram vivenciadas preferencialmente nas missas e procissões religiosas, incluindo-se aí as cerimônias fúnebres, ocasião em que homens e mulheres se adornavam ostentando, por exemplo, as vestimentas descritas de forma detalhada nos inventários que compõem o corpus documental deste trabalho.

Recentemente, um número elevado de autores tem se preocupado em perceber os instrumentos utilizados pelos diversos grupos sociais para ascender na hierarquia social e, portanto, tornar-se detentor do poder através, por exemplo, das alianças matrimoniais, do

compadrio e das relações de amizade. Norbert Elias, embora analisando um contexto extremamente diferenciado, o da sociedade de corte⁴³ (ELIAS, 2001, p. 11), proporciona uma abordagem bastante interessante para se pensar as ações dos grupos sociais nas mais diversas temporalidades, na medida em que tais grupos buscassem o controle do poder.

Utilizando os conceitos de *configuração*⁴⁴, de interdependência, de equilíbrio das tensões e de evolução social, intimamente relacionados uns aos outros, o cientista social deixa perceber as relações sociais complexas que permeavam o cotidiano do rei e de seus súditos, e que permitiam a ambos afirmarem e consolidarem, cotidianamente, suas posições privilegiadas (ELIAS, 2001, p. 13).

De acordo com Roger Chartier⁴⁵ é importante apreender a problemática global que dá sentido ao livro de Elias e que aponta a corte como figura que ocupa o centro, tanto da constituição do Estado absolutista como também do processo civilizador, processo este que modifica de forma radical “a economia psíquica dos homens do Ocidente entre os séculos XII e XVIII” (CHARTIER, 2001, p. 11).

Ao estudar as “particularidades da figuração da aristocracia de corte”, Norbert Elias mostrou que em sociedades nas quais impera o *ethos* do consumo, o simples ato de assegurar a condição social de uma família bem como uma melhora da aparência e do êxito no meio social, na verdade

dependem da capacidade de tornar os custos domésticos, o consumo, as despesas em geral, dependentes em primeira instância do nível social, do *status* ou prestígio, possuído ou almejado. Alguém que não pode mostrar-se de acordo com o seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seu concorrente numa disputa incessante por *status* e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e *status*. Essa obrigação de gastar de acordo com o seu nível social requer uma disciplina no uso do dinheiro que é diferente da burguesia (ELIAS, 2001, p. 86).

As considerações de Elias servem, portanto, de ponto de partida para se pensar como os patrimônios materiais apresentados pelos inventários foram importantes, apresentando-se como mecanismos através dos quais os colonos buscavam ostentar um nível social elevado, distinguindo-se dos demais indivíduos, daqueles que não possuíam tais bens no sertão do Rio

⁴³ Esta obra de Elias nasceu em um universo intelectual marcado pela sociologia weberiana e de uma concepção de história típica ainda de fins do século XIX.

⁴⁴ Trata-se de uma formação social cujas dimensões podem variar muito, em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependência recíproca e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões.

⁴⁵ Prefaciador da edição brasileira de *Sociedade de Corte*.

Piranhas. Aqui se quer entender de que forma o dinheiro era gasto, em que estes sujeitos procuravam investir seus cabedais. Mostra-se necessário, então, continuar analisando as informações contidas nas fontes, observando o valor conferido aos elementos que compunham as riquezas desses indivíduos na Paraíba setecentista.

3.4 - “INVESTINDO NA MORTE”: OS ANSEIOS DO SARGENTO MOR LUIS PEIXOTO VIEGAS

Ano do Nascimento de nosSo Senhor Jesus Cristo de mil settecentos e oitenta e três, aos nove dias do mes de oitubro do ditto ano nesta nova villa de Pombal de NosSa Senhora do Bom Sucesso capittania da Paraíba do norte, em casas de morada do juis de orphaoz e licenciado Antonio Luiz da Pas, onde Eu escrivão de seu cargo ao diante nomiado vim e sendo ahí appareceu o tenente Felipe Leite Ferreira testamenteiro do defunto [...] o sargento Mor Luis Peixoto Viegas por ele foi apresentado o dito testamento requerendo ao dito juiz procedesSe ao Inventário nos bens que ficaram ao dito defunto para a satisfação dos seus legados e mais disposições⁴⁶.

Este é um trecho do inventário de Luis Peixoto Viegas, um dos atores sociais que ocupava as posições cimeiras na sociedade de então no sertão de Piranhas, em razão de ocupar um cargo muito importante na hierarquia social. O distinto homem era um sargento mor⁴⁷. Veja-se outro fragmento de texto do seu inventário:

Declarou o Inventariante Testamenteiro possuir o ditto defunto hum espadeiro[?] de prata com o peso de oitenta oitavas [?] visto e avaliado pellos avaliadores cada oitava a cem Reis que emporta oito mil e cem Reis digo oito mil e tresentos Reis com que se sae [...] Declarou mais o testamenteiro possuir o ditto defunto dous pares de fivellas de prata hum de sapatos e hum de ligas tudo com o peso de vinte e quatro oitavas e meia avaliadas pellos avaliadores cada oitava a cem Reis que emporta dois mil quatrocentos e cincoenta Reis com que se sae [á margem direita] 2\$450 [...] Declarou o Inventariante Testamenteiro possuir o ditto defunto hum machado [?] em bom uso visto e avaliado pellos avaliadores em seiscentos Reis com que se sae [á margem direita] \$600 [...] Declarou mais o ditto testamenteiro possuir o ditto defunto outro mchado velho visto e avalido pellos avaliadores em quatrocentos reis com que se sae [á margem direita] \$400 [...] Declarou mais o testamenteiro possuir o ditto defunto duas moedas velhas vistas e avaliadas pellos avaliadores cada huma a tresentos e vinte Reis que emportam [?] seiscentos e quarenta Reis com [á margem direita] \$640 que se sae [...] Declarou mais o ditto testamenteiro possuir o ditto

⁴⁶ Fragmento retirado do testamento de Luis Peixoto Viegas. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

⁴⁷ O cargo de sargento-mor foi criado pela Coroa em 10 de dezembro de 1570, e pertencia à companhia das ordenanças. Sua nomeação era realizada pelo governador-geral. Entre as atribuições do sargento-mor estavam: substituir o capitão mor no caso de impedimento ou ausência, por um período máximo de seis meses; visitar e ordenar as companhias de todos os lugares do termo; ser sargento-mor apenas nas vilas ou concelhos onde houver mais de uma companhia de ordenanças (SALGADO, 1985, p. 404).

defunto dois lençóis de pano de linho novos porem servidos vistos e avaliados [pellos avaliadores] cadahum por mil dusesos e oitenta Reis que emportam ambos dois mil quinhentos e secenta Reis com que se sae [à margem esquerda] 2\$560 [...] Declarou mais o ditto testamenteiro possuir o ditto defunto hum lensol de pano de linho muito velho ja [?] que se lhe não deve valor [...] Declarou mais o ditto testamenteiro possuir o ditto defunto hua baeta [?] escarlata de cobertura nova vista e avaliada pellos avaliadores em mil seis centos e oitenta Reis com que se sae [...]⁴⁸

Luis Peixoto Viegas era filho de Jerônimo Pereira e Francisca Peixoto Viegas. Possuía naturalidade portuguesa⁴⁹. Deixava quatro herdeiros, de nome Michaela, Bernardo, Francisca e Rosa. Teve ele seus bens inventariados no ano de 1783. Embora não tenha sido possível descrever todos os seus bens no extenso fragmento acima, entre eles aparecem uma data de terra (sítio) avaliada em 450\$000, 10 escravos que tendo os preços somados alcançaram a quantia de 618\$000, 47 animais, os preços destes últimos somaram 131\$000. Estão presentes móveis e utensílios domésticos, como canastra, forma de ferro, e também objetos de uso pessoal, além de muitos instrumentos de trabalho, como machado, enxada, foice, ferro, cangalha, além de dívidas ativas e passivas.

A consolidação do patrimônio de Viegas deve ter sido proveniente da atividade criatória e da agricultura desenvolvida em suas terras, como também das rendas adquiridas por meio de seu ofício. Como se vê, era um homem de posses: sargento mor, proprietário de terras e senhor de escravos. No que diz respeito a seus objetos de uso pessoal, estão arrolados: duas camisas de pano de linho novo, “com suas silouras”; uma baeta escarlata de cobertura nova; três lençóis de pano de linho; e por fim, dois pares de fivela de prata. No que se refere ao aparelhamento das casas, percebemos que mesmo uma família como a de Luis Peixoto Viegas não tinha acesso a tanto conforto.

Deste inventário surge um “homem de honra”. Não estão disponíveis informações sobre as formas através das quais Viegas adquiriu o posto de Sargento mor, provavelmente por meio do sistema de recompensas que articulava as lógicas sociais no período colonial e onde o rei cedia, em troca da participação no processo de conquista, cargos, terras e rendas. As terras no sertão também foram conseguidas por meio desse mesmo sistema.

Certamente Viegas foi participante da conquista do sertão. Tendo nascido em Portugal, vislumbrou na colônia novos horizontes, novas oportunidades. O sertão, assim, aparecia como uma oportunidade de nobilitação e também de enriquecimento. Viegas não

⁴⁸ Fragmento retirado do inventário de Luis Peixoto Viegas, 1783, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

⁴⁹ Oriundo de São Martinho.

hesitou, atravessou o Atlântico e nos sertões da Capitania da Paraíba conseguiu se distinguir na hierarquia social, mas, num dado momento encontrou-se envolvido por uma atmosfera onde a inquietação com a vida no porvir era frequentemente manifesta, especialmente quando os sujeitos chegavam às vésperas da morte. Desse modo, Luis Peixoto Viegas ditou testamento, onde se nota sua profunda preocupação com a vida na eternidade. Observe-se o relato, atentando para os anseios que invadiam os sentimentos do sargento mor naquele momento:

Em nome da Santíssima trindade Padre Filho Espírito Sancto três peSsoas destinadas e hum só Deos verdadeiro saibam quanto este instrumento ou [...] de testamento virem que no ano do nascimento de noSso Senhor Jesus Cristo de Mil sete Centos, e oitenta e dous aos dous dias do mês de Janeiro [...] Luis Peixoto Viegas estando em meu perfeito juízo e intendimento que noSso Senhor me deu valente, e de pé, temendo-me da morte, e desejando por minha, [...] Caminho da Salvação por não saber o que Deus noSso Senhor que de mim fazer [...] De mim levar para si faço este testamento na forma seguin[te] primeiramente encomendo [?] minha alma a SantiSsima Trindade que a criou e Logo ao Padre Eterno pella morte do seu unigênito filho a quem [...] para morrer na [...] e a meu Senhor Jesus cristo pello [...] Suas divinas Chagas que já quer nesta vida me [...] de dar seu precioso sangue em merecimento [rasurado] trabalhar [?] me faça saber merece na [rasurado] da o [...] de lhes que he glória, e Logo a gloriosa virgem Maria noSsa Senhora madre de Deos e a todos os sanctos da corte Celestial e particularmente a meu Anjo da guarda, e ao sancto do meu no me Sam Luiz e a virgem noSsa Senhora do Rosário a quem tinha especial devoção que irão por mim interceder, e logo a meu Senhor Jesus Cristo [...] ra e quando a minha alma dê- te corpo sair por que com o verdadeiro [...] protesto de viver e morrer na Sancta fé Catholica e crer o que tem e que ensina a Sancta madre Igreja de forma e nesta sancta fé e por saber a minha alma não por meus merecimentos mas pellos da SantiSsima payxão de seu unigênito filho de Deos e Logo ao Senhor⁵⁰.

Além de encomendar sua alma à Santíssima Trindade, ao Pai Eterno e a seu Filho Unigênito, Viegas também fez recomendações acerca de seu sepultamento, declarando que seu corpo deveria ser sepultado na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, “envolto em hábito de Sam Francisco acompanhado do meu Reverendo [Parocho]”.

Ele recomendou ainda que fossem realizadas missas de corpo presente, “três oitavarios SuceSsivos”, isto é, 08 missas solenes, no dia de seu enterro, “com solenidade e canto de órgão, com os sacerdotes que se acharem”. O Sargento declarou que para a realização dos ofícios, incluindo missa, solenidade e canto, deixaria a quantia de 20\$000. Percebe-se ainda

⁵⁰ Fragmento do testamento de Luis Peixoto Viegas 1783, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

recomendações para que fossem realizadas muitas missas, para diversos santos. A tabela a seguir foi elaborada para propiciar uma visão da quantidade de missas.

Tabela 11 - Quantidade de missas e destinatários

QUANTIDADE	DESTINATÁRIO	VALOR
03	Ao seu anjo da guarda	12 vinténs
03	Ao Arcanjo Sam Miguel (Santo do seu nome)	12 vinténs
03	A Senhora Sancta Anna	12 vinténs
03	A Nossa Senhora do Rosário	12 vinténs
02 capelas	Uma oferecida ao Santissimo Sacramento e Outra a virgem Nossa Senhora	*
01 capela	Pela alma de meu defunto	*
01 capela	Pela alma de minha [rasurado]	*

Fonte: Testamento de Luiz Peixoto Viegas, 1783, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

Destarte, os indivíduos acreditavam que uma vida de sofrimentos e lutas cotidianas poderia ser recompensada no porvir com a salvação da alma através, é claro, do perdão que seria concedido por Deus mediante a realização de missas para inúmeros santos ou dos atos de caridade realizados ainda com vida. Percebe-se que o atrativo desempenhado pelo ritual sagrado, num momento que precede a morte, era enorme. Então, aqui destaca-se a relevância atribuída ao cerimonial e a ritualização das ações dos indivíduos diante do prenúncio morte.

Naquele contexto, era importante ser “distinto” tanto na vida quanto na morte. Nesse sentido, a piedade e a caridade também apareciam como sinal de “distinção”. Tinha-se uma preocupação com as missas, esmolas e com o lugar de enterramento. É nesse sentido, que o fausto podia se transformar em caridade. Sendo assim, aquilo que apresentava-se como efêmero era transformado em fortuna espiritual para aquele que doava e consequentemente em bens necessários para os pobres socorridos.

É preciso salientar que, para além desse sentimento e sentido religioso, e também da preocupação com o ritual e com a cerimonialidade presente nas declarações de Luis Peixoto Viegas, e que eram próprias da mentalidade vigente na época, a análise desses relatos revelam as condições materiais do sargento mor, como também uma situação (a solenidade de seu sepultamento) em que os indivíduos estavam preocupados em investir seus cabedais, posto que um valor considerável deveria ser destinado ao pagamento das diversas missas, permitindo captar, na encomenda de tais serviços, aspectos importantíssimos da cultura material do sertão de Piranhas.

3.5 AS MUITAS TERRAS E O GADO DO ALFERES NICOLAU RODRIGUES DOS SANTOS

Analisando o conteúdo destes documentos, percebe-se que um dos maiores legados entre os inventariados do corpus documental foi o do Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos. O alferes era, também, um proprietário rural, pois há notícia por meio de seu inventário de que era possuidor de muitas terras: um sítio de terras com três léguas de comprido e uma de largo no rio Piancó, no valor de 200\$000; uma data de sesmaria de data de sobra de terra, no valor de 100\$000; uma data de sesmaria de terras de três léguas de comprido e uma de largo, no sítio chamado da Conceição, nas cabeceiras do rio Piancó, avaliada em 200\$000; uma data de sesmaria de sobra, no sertão chamado Conceição, cujo valor atingia 100\$000; uma parte de terras no valor de substanciosos 700\$000; e também de um sítio de criar gados chamado Flores, avaliado em 600\$000.

Esses consideráveis valores somados totalizaram a quantia de 1.950\$000. É necessário salientar que as datas de sesmarias iniciais já tinham passado por inúmeras transformações, “fracionadas por vendas ou adjudicadas pelos herdeiros” (MACÊDO, 2007, p. 88). O Alferes possuía também treze escravos, cujos valores somados totalizaram a quantia de 870\$000, bem como 2057 cabeças de gado *vacum* e 72 cabeças de gado *cavalar*, sendo que o valor desses animais somava 5.169\$000.

Quanto à mobília, há notícia de duas caixas, uma mesa e uma canastra. Os objetos de uso pessoal também aparecem: são fivelas, vestimentas, meias de seda, calção e outros itens menores. Aparecem ainda muitos instrumentos de trabalho e armas, como enxadas, foices, facão, machados e espingardas⁵¹. As contas a receber do inventariado eram poucas: havia somente uma pessoa, cuja condição física da documentação não permitiu identificar, e que lhe devia a quantia de 29\$000. O ativo familiar⁵² do alferes Nicolau Rodrigues dos Santos alcançou o significativo valor de 8.129\$450. Este expressivo montante advém do valor significativo proveniente da soma dos animais que ele possuía.

⁵¹ Além dos bens mencionados ao longo do trabalho, muitos outros também aparecem nos inventários analisados, por exemplo: pentes, armação de cama, cama coberta de couro, mesas, bancos, facões, druguetes [?] etc.

⁵² Entende-se por ativo familiar a soma do valor de todos os bens mais as dívidas ativas, ver MACÊDO, 2007, p. 86.

Tabela 12 - Ativos familiares nos inventários do sertão do Rio Piranhas

ANO	INVENTARIADO	ATIVO FAMILIAR
1783	Luis Peixoto Viegas	1.351\$530
1783	João Pereira da Silva	285\$020
1783	Damiana de Sousa	216\$560
1783	Luis Peixoto Viegas (“inventário da demência”)	860\$830
1784	José Gonçalves Ferreira	1.798\$800
1785	Antonia Leandra da Conceição	393\$750
1785	José Alves Barreto	1.052\$29
1786	Joana Monteiro	280\$960
1786	Luzia Barboza	725\$560
1787	Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos	8.129\$450
1793	Maria Francisca	413\$360
1793	Pedro Pereira de Lucena	712\$360
1795	Francisco da Silva Passos	1.162\$121
1796	Manoel Joaquim	350\$640
1799	Izabel Maria	589\$480

Fonte: Inventários de 1783, 1784, 1785, e 1786, 1787, 1793, 1795, 1796 e 1799 Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

No dia 4 de junho de 1783 o Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos

[...] diz que possui um sítio chamado Conceição nas cabeceiras do Piancó entre a serra da Borburema e a serra do Picurú que descobriu em 1776 e tem povoado e obtido água com o benefício do Riacho chamado Conceição que deságua em outro chamado Lagôa Secca, cujas águas deságuam no Piancó, lugar chamado Poço do Cavallo, pegando no mesmo sítio de Maria Soares para sima, procurando o poente, a fazer extrema em as águas que deságuam no Cariry novo, contestando pelo norte com terras do Sargento mor Roberto, pelo sulcom terras da Borborema, e com os primeiros providos, pelo nascente com a terra embargada de Domingos P. Bastos e Manoel da Cruz, cujas terras precisa para seos gados e pedia por sesmaria três léguas acima confrontadas. Foi feita a concessão, no governo de Jerônimo José de Mello Castro.⁵³

Nicolau Rodrigues dos Santos ocupava um cargo importante na hierarquia social, era um alferes⁵⁴, era também um proprietário de terras, pois no mesmo ano de 1783, no dia 6 de

⁵³ TAVARES, 1982, p. 401.

⁵⁴ O cargo de alferes pertencia à companhia de ordenanças, e a eleição se dava através da Câmara. Entre as atribuições dos alferes estavam: “Substituir o capitão de companhia, em caso de impedimento, nos exercícios das ordenanças, assumir o comando da companhia se a ausência do capitão se prolongar por mais de um ano, posto que lhe será atribuído pelo o capitão mor” (SALGADO, 1985, p. 167).

junho, o filho de Nicolau Rodrigues dos Santos chamado de Nicolau Rodrigues dos Santos Junior também procede com um requerimento de terras:

Nicolau Rodrigues dos Santos Junior, diz que no sertão do Piancó descobriu nas cabeceiras do Piancó, em um riacho chamado Lagoa Secca terras devolutas capazes de serem cultivadas e de que precisa para criar gados e fazer plantações, que partem pelo nascente no riacho da Lagoa Secca extrema com terras de Manoel de Souza no rio Piancó; pelo poente com o riacho de Lagoa Secca acima a extremar com terras do pai do suplicante; pelo norte com terras das Cajazeiras do Sargento Roberto; pelo sul com terras devolutas ou os primeiros providos, pede portanto por sesmaria três léguas, conforme as ordens de S.M. Foi feita a concessão, no governo de Jerônimo José de Mello Castro. (TAVARES, 1982, p. 401)

Em outra ocasião, já no mês seguinte, Nicolau Rodrigues dos Santos aparece requerendo terras. Era o dia 8 de julho de 1783 quando o

Alferes Nicoláu Rodrigues dos santos, diz que possui um sítio de terras para criar gados chamado Conceição no sertão do Piancó, nas cabeceiras do rio Piancó, em um riacho por nome Conceição e em outro riacho que se mete nele chamado S. José, dos quaes pede as sobras que se acharem devolutas em um é outro riacho, principiando do Olho d'Água S. José para cima, procurando o sul, a extremar com a Serra Grande e águas do Cariry novo partindo para o norte com terras do sargento mor Roberto e para o nascente com o mesmo sitio do suplicante chamado Conceição, cujas terras sobras do dito sitio lhe são precisas para criação de seos gados e plantações, e para seu justo título pede carta de data de sesmaria em nome de S.M. Foi feita a concessão, no governo de Jerônimo José de Mello Castro. (TAVARES, 1982, p. 401)

É preciso ainda considerar um aspecto: era de fundamental importância manter as riquezas no seio da própria família para que, ao longo do tempo, tais famílias fossem se perpetuando enquanto controladoras do poder econômico e político local e, ao mesmo tempo, continuassem mantendo ligações com o poder metropolitano. Antonia da Mota se referiu a este assunto quando tratou sobre “as redes de poder local na capitania do Maranhão”. Mediante a análise desta autora, se pode entender como aqueles que encabeçavam as famílias procuravam a todo custo, após a morte, manter as riquezas intactas e sob o controle dos herdeiros, como foi o caso de Lourenço Belfort analisado pela autora (MOTA, 2007, p. 26-27).

É por esta razão que, na análise dos inventários e testamentos, quase sempre o inventariante ou testamenteiro era uma pessoa intimamente ligada ao defunto, a exemplo do próprio cônjuge ou de um filho, provavelmente tendo em vista a “conveniente” partilha dos

bens⁵⁵. Até mesmo nos requerimentos de terras se percebe a realidade há pouco descrita, a exemplo do requerimento feito por José Gomes de Sá Cordeiro à rainha D. Maria I, pedindo a confirmação da Carta de sesmaria localizada no largo de terra ocupado pelos índios coremas no sítio Boquerão, datada de 7 de julho de 1779:

Diz o Coronel Joze Gomez de Sá Erdeiro e Testamenteiro do defunto Seu Pay O Cappitã Mor Joze Gomes de Sá que a este fora passado ao Rendeiro [?] Junto [?] pello procurador do [ilegível] da Caza da Torre da Bahia das Sobras de legoa de terra que ocupavam os índios Coremas no sítio do Buqueirão dada pella [ilegível] Caza na forma das ordens de Sua Magestade e por que a este lhe foi derogada [ilegível] pelo decreto passado no anno de 1753 dando por este perferência a os Rendeiros pedirem por Sesmarias as terras que lhe foram arrendadas por esta razão Compete ao [ilegível] como ao presente faz [ilegível] lhe mande confirmar a dita Carta de dote de sesmarias de terra de três legoa que de Clara na dita Carta passada pelo governador da Capitania da Paraíba Jerônimo Joze de Melo e Castro.⁵⁶

Era uma luta intensa e constante em busca das riquezas que se expressava por meio da “escrita”, pois no dia 13 de novembro de 1780, Sebastião Lopes Vidal procede com um requerimento, solicitando à rainha D. Maria I que lhe fosse feita justiça, permitindo seu contrato de arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Piancó, que lhe foram apreendidos judicialmente, junto com dois de seus escravos (como veremos no 4º capítulo)⁵⁷.

Norbert Elias, autor já aqui mencionado, mostrou ainda que durante os séculos XVII e XVIII, na França e na Inglaterra, havia períodos de intensa competição por prestígio e *status* no seio das camadas sociais mais elevadas, e tal competição se expressava por meio da construção de casas suntuosas. O autor considera que predominava um tipo de socialização ditada por uma tradição social que marca o indivíduo com base na “ideia de que seu nível social lhe impõe uma obrigação de prodigalidade” (ELIAS, 2001, p. 86).

Elias admite que “nas sociedades pré-industriais, a riqueza mais respeitada era aquela que não havia sido conquistada pelo esforço, aquela pela qual não era preciso trabalhar, portanto uma riqueza herdada, principalmente as rendas provenientes de uma terra herdada” (ELIAS, 2001, p. 91). O que se quer entender aqui é que tipo de riqueza era mais considerada pelos indivíduos estabelecidos no sertão do Rio Piranhas do final do setecentos.

O sociólogo alemão informou também que no tipo de sociedade que ele estava analisando a posse de um título de nobreza era mais significativa do que a posse de uma

⁵⁵ Isso pode ser percebido no anexo C.

⁵⁶ AHU_ACL_CU_014, Cx. 27, D. 2044.

⁵⁷ AHU_ACL_CU_014, Cx. 27, D. 2080.

riqueza acumulada. Desse modo, pertencer à corte ou ter o privilégio de estar na presença do rei era algo extremamente relevante na escala dos valores sociais (ELIAS, 2001, p. 94).

Naquele contexto, o sentido da vida para um duque estava no fato de ser um duque, para um conde no fato de ser um conde, ou seja, para cada privilegiado, no fato de ser um privilegiado. Em síntese, Norbert Elias mostrou aspectos particulares da figuração da aristocracia de corte, permitindo compreender como ela se caracterizava por uma atitude diferenciada da atitude burguesa. Naquele tipo de sociedade a pressão da competição por *status*, prestígio e questões de poder era forte, o sentido da vida estava expresso no fato de ser um privilegiado. Dentro dessa dinâmica, proteger suas posições e demarcar espaços de atuação era de fundamental importância (ELIAS, 2001, p. 95).

É preciso salientar que naquele tipo de sociedade a etiqueta e o cerimonial apresentavam uma função simbólica fundamental. A primeira conferia existência social aos indivíduos, uma vez que servia para definir o grau de prestígio das pessoas. Nessa organização social cada atitude expressava um sinal de prestígio, os indivíduos estavam preocupados em afirmar sua condição de aristocratas, distinguindo-se dos demais segmentos sociais (ELIAS, 2001, p. 97).

Entende-se que, enquanto na Europa do Antigo Regime, as pessoas buscavam manter o *status*, no Brasil colonial e, portanto, no sertão de então tratava-se de obter esse mesmo *status*, e este esforço, provavelmente se traduzia por meio do acúmulo de determinados bens, e não através da construção de casas suntuosas. Buscava-se a posse de outros elementos materiais que se apresentavam como um meio de “distinção” e ascensão na hierarquia social local.

No sertão do Rio Piranhas é evidente que o sentido da vida não se expressava por meio da realidade descrita por Elias, mas sim pelo fato de existirem possibilidades de se adquirir terras que oferecessem as condições necessárias ao desenvolvimento da atividade criatória e da agricultura. A terra era, então, um elemento relevante dentro do quadro das riquezas dos colonos sertanejos: era ela e somente ela que proporcionava as condições necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da agricultura. Vale lembrar que a posse de terras foi o ponto de partida para o estabelecimento desses mesmos colonos no oeste paraibano, como já foi mostrado anteriormente.

Deve-se destacar aqui que um dos pontos de vista assumido por este trabalho é o de que as relações sociais que se desenvolveram no sertão do Rio Piranhas ancoravam-se numa Cultura Política cujos elementos levavam os indivíduos a se comportar de modo a amealhar um grau de “distinção” elevado entre seus pares.

Neste capítulo foi visto que, de modo semelhante ao que aconteceu em outros espaços, no sertão do rio Piranhas as terras apresentaram-se como um componente importante dentro do quadro das riquezas. Nesse sentido aqueles que habitavam a bacia do Piranhas sentiram-se motivados a buscar um “pedaço de terra”. Essas ações individuais, que resultavam no estabelecimento de “relações horizontais”, estavam obviamente ligadas a uma dinâmica mais geral, que considera o “conjunto de formas utilizadas pela metrópole na tentativa de assegurar a manutenção da posse de suas terras no continente americano” (GONÇALVES, 2007, p. 150).

Foi visto também que os inventários indicam que as terras, gados constituíam a base da economia dos inventariados e, portanto, formavam as suas riquezas: estas não se expressavam por meio de bens de luxo, mas sim de bens rústicos, característicos do meio e das condições que o mesmo proporcionava. Mais que isso, foi possível perceber consideráveis investimentos na tentativa de adquirir posses que, conforme se acreditava então, extrapolavam a simples dimensão do material.

4 A DINÂMICA DAS RELAÇÕES ENTRE OS HOMENS QUE POSSUEM O GOVERNO E PROPRIEDADE DA TERRA

4.1 UMA DISCUSSÃO SOBRE OS NÍVEIS DE AUTONOMIA NA COLÔNIA

Este tópico (de caráter mais descritivo que analítico) se concentrará na apresentação de algumas elaborações que tratam sobre os níveis de autonomia na colônia. Conforme análises de Hespanha, desde os inícios da década de 1980 a historiografia política e institucional da Europa meridional vem sofrendo uma transformação nos seus referenciais. Nesse sentido, categorias como as de “Estado”, “centralização” ou “poder absoluto”, por exemplo, não são mais centrais no esclarecimento dos equilíbrios de poder nas sociedades políticas de Antigo Regime (HESPANHA, 2001, p. 165).

O autor acredita que essas mudanças proporcionaram o surgimento de um conceito novo da monarquia portuguesa, esta se apresenta, atualmente, como uma monarquia corporativa, em que o poder real dividia o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia. O direito legislativo da Coroa era restrito e emoldurado pela doutrina jurídica e também pelas maneiras e práticas jurídicas locais, e as obrigações políticas sucumbiam diante dos deveres morais ou afetivos, oriundos de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes. Por fim, os oficiais régios desfrutavam de um amparo muito alargado, tanto dos seus direitos como de suas atribuições, podendo fazê-los ter validade mesmo em confrontação com o rei e convergindo, por isso, a consumir e desapropriar o poder real (HESPANHA, 2001, p. 166-167). De modo resumido, são esses os pressupostos que orientam o que Hespanha denominou de paradigma corporativo.

Hespanha criticou a ideia de centralização, afirmando que a mesma é desajustada na medida em que é empregada ao Império ultramarino. E, em virtude dessa situação, alguns pontos de vista correntes sobre a História Política e institucional do Império português necessitariam ser revistos de modo intenso, já que a compreensão predominante “é a da centralidade da Coroa, com as suas instituições, o seu direito e os seus oficiais”. O primeiro fenômeno que deve ser enfatizado é a inexistência de um padrão ou estratégias gerais para a expansão portuguesa. Desde logo, faltava então um estatuto padronizado da população colonial. Em igual medida, faltava também um corpo geral de direito (HESPANHA, 2001, p. 167-170).

O historiador português afirmou que são inúmeros os fatores que podem explicar o pluralismo e a incoerência do direito colonial moderno. O primeiro deles emanava do próprio

alinhamento do direito comum europeu, abalizado no preceito da primazia das regras particulares às regras gerais. Além disso, o princípio de que a lei posterior anula a que precede não possuía muita validade, já que os direitos contraídos à sombra do regime precedente podiam ser antagônicos ao novo, e quaisquer deliberações reais que os invalidassem podiam ser revogadas judicialmente. A contradição do sistema jurídico era proveniente também da composição pluralista do Império, no qual cada nação subjugada podia desfrutar da prerrogativa de conservar seu direito, afiançado por acordo ou pela própria doutrina do direito comum, conforme o qual o campo de um aparelho jurídico era caracterizado pela naturalidade (HESPANHA, 2001, p. 172).

Hespanha informou que a contradição do sistema jurídico provém, finalmente, do próprio caráter da alta administração colonial, ainda mais pluralista em seus fundamentos. Se a centralização não pôde ser uma realidade sem um conjunto legal geral, também não pôde ser concretizada sem uma hierarquia rigorosa dos oficiais, mediante a qual o poder real pudesse atingir a periferia. Um novo olhar sobre a autonomia dos poderes na hierarquia política imperial é, portanto, determinante, uma vez que de acordo com a doutrina da época, os governadores desfrutavam de um poder extraordinário. Daí que, a despeito do modo altamente particularizado das disposições regimentais e do compromisso de, para algumas ocorrências, examinarem o rei ou o Conselho Ultramarino, os vice-reis e governadores usufruíam, verdadeiramente, de ampla autonomia (HESPANHA, 2001, p.172-175).

Para o autor, além da justiça, também a graça compunha um predicado real que admitia operar contra o direito. No Brasil, os capitães-donatários e, mais tarde, os governadores das capitanias possuíam também uma vasta autonomia de deliberação. Eram resistentes às dependências recíprocas entre seus desembargadores e as elites coloniais, especificamente a dos senhores de engenho. Daí que os juízes fossem muito mais do que meros técnicos de direito, diligentes aplicadores do direito régio. Repetidas vezes, eles conduziram com eficácia os negócios dos poderosos locais, na apreciação de demandas tão estratégicas como o esclarecimento de cartas de doação, a invalidação de sesmarias, o estabelecimento, sucessão ou desmembramento de propriedade vinculada. É possível, então, compreender a forma como esses órgãos podiam laborar como fatores de periferização da política colonial (HESPANHA, p. 176-181).

Procedendo a uma elaboração onde pode ser percebida uma aguda crítica aos pressupostos de Hespanha, Laura de Mello e Souza fornece elementos importantes para pensar a dinâmica do poder nas sociedades constituídas na América Portuguesa.

De acordo com Souza, se inicialmente as diretrizes metropolitanas precisavam ser abraçadas, a distância desdobrava-lhes as malhas, as circunstâncias particulares as realçavam com tonalidades locais. Nessas zonas de sombra, por outro lado, os negócios metropolitanos se compatibilizavam aos regionais e terminavam produzindo opções específicas. “Os mares se encrespavam e passavam-se meses entre a ordem e a execução” (BURKE, *apud*, SOUZA, p. 11-12). Numa tentativa de apreender a feição da política e administração setecentista do Império português atlântico, Laura de Mello de Souza empreende seu estudo à luz de determinadas circunstâncias particulares, procurando não perder de vista o enquadramento geral (SOUZA, 2006, p. 11-13).

A historiadora paulista adverte que é preciso alcançar os sentidos da administração no Império português, a maneira como se compuseram estruturalmente e, simultaneamente, foram também se organizando ao sabor de situações e performances individuais; circunstâncias e personalidades que satisfaziam as cláusulas e deliberações providas do centro do poder, mas que as criavam novamente na prática habitual, tornando, em alguns momentos, o ponto de chegada tão diverso do ponto de partida que, não raro, escondia-se ou mesmo se desprezava a ideia e o significado original. Na compreensão da mesma, os absolutismos buscaram prosseguir uma prática política oscilante, evitando identificar-se com um grupo social específico e associando a aspereza com certa dose de contemporização. A extensão do Império português, onde vastas distâncias apartavam as diferenciadas conquistas e o centro decisório do sistema, a capital Lisboa, produzindo uma complicação evidente ao poder desempenhado no seu domínio: “Até onde se podia apertar sem que a corda arrebentasse?” (SOUZA, 2006, p. 14-15).

Fazendo referência a Raimundo Faoro, Mello e Souza afirma que o mencionado autor pinçou uma afirmação de Oliveira Viana que corroborasse sua tese da hipertrofia do Estado, além disso,

[...] minimizou o destaque dado pelo autor ao mando local, a ruralização e ao papel dos grandes proprietários locais, esvaziando a complexidade das relações ali evidenciadas entre administração, política e sociedade. Procedimentos como estes acabaram por gerar uma série de distorções fatais na obra de Faoro: Se o autor apela para a onipresença e o peso excessivo do Estado, fornece a cada momento, evidências empíricas que inviabilizam sua tese, indicando os processos de centrifugação presentes na sociedade (SOUZA, 2006, p. 34).

Segundo Mello e Souza, Prado Jr. chama a atenção para a incoerência de se discorrer acerca da administração daquele tempo tomando-se por base a do nosso, uma vez que

Os princípios eram diversos, o público não se distinguia claramente do privado, não havia a unidade e a simetria que se observam, discriminando funções, definindo competências e atribuições. Percebe, portanto, que há uma diferença essencial, mas a vê como caótica, e não como específica: “um amontoado” “um cipoal” um “caos imenso de leis”, uma “confusão inextricável” que sempre atrapalhava e quase nunca esclarecia (SOUZA, 2006, p. 36).

Conforme Souza, existe ainda um aspecto a evocar, qual seja: a persistência com que Prado Jr. censurava o Estado português por não ter tido a capacidade de inventar algo inédito na administração da colônia. Compelidos pelas situações específicas, governadores “arbitrários” puderam, eventualmente, modificar as acomodações metropolitanas, mas nunca de modo sistêmico. A única esfera na qual o Estado português buscou sair do costume foi o do fisco (SOUZA, 2006, p. 38).

Ela considera que num dado momento avivou-se no Brasil o interesse pela história do império português e da administração colonial, e a razão fundamental foi à apreensão de que o Atlântico sul, a partir do século XVII, passou a compor um sistema próprio dentro do império português. Assim vários trabalhos passaram a propagar essa ideia (SOUZA, 2006, p. 41).

Nesse sentido, Boxer vinha sendo presença cada vez mais habitual na bibliografia das teses acerca de irmandades e câmaras municipais e a sua notória teoria do grande valor dessas instituições como cimento do império voltou à baila. Em sentido adverso ao de Prado Jr., ponderara a reprodução de instituições metropolitanas nas colônias como componente positivo e produtivo apto a garantir a vivência do império português por um longo tempo (SOUZA, 2006, p. 42).

Semelhantemente, Russel-Wood também coopera com importantes elementos para se constatar uma faceta essencial, isto é, as lógicas próprias do sistema administrativo do Império. Isso fica manifesto na medida em que se mostra que a duração dos governos era mais ou menos invariável, acontecendo certa flutuação no cotejo entre a Índia e o Brasil; ou que havia qualidades desejáveis num vice-rei, capitão geral ou governador, apropriadas para orientar a preferência para o cargo. Essas qualidades podiam ser: sangue nobre, pertencimento a redes familiares, idade madura, experiência militar. Não é essa aparência sistêmica, nem essa lógica particular, entretanto que, mais movimentada Russel-Wood, mas o desempenho dos agentes locais e sua competência em tornar o sistema mais elástico (SOUZA, 2006, p. 45).

Do ponto de vista de Souza, na medida em que se estuda a dimensão humana, especialmente governadores e agentes, percebe-se uma realidade diversa, que nega a severidade administrativa e revela como as conjunturas particulares conferiam a plasticidade

na explicação das resoluções ou leis metropolitanas. Sem especificá-lo desta maneira, Russell-Wood propõe a existência de um traço vertical que, de Macau a Minas Gerais, admitia aos colonos tornar suas vozes audíveis junto ao centro decisório do poder, isto é, Lisboa, “bem como de um eixo horizontal passível, no plano local, de aproximá-los dos agentes e governantes” (RUSSELL-WOOD, *apud*, SOUZA, 2006, p.46).

Para a mencionada historiadora, a pouca atenção dada à especificidade das dessemelhantes situações imperiais – ou mesmo a negligência quanto aos contextos imperiais “é o calcanhar de Aquiles dos estudos de Antonio Manuel Hespanha”, hoje bastante atuantes entre os historiadores brasileiros. Muito versada nas lógicas internas da administração portuguesa quinhentista e seiscentista, a obra de Hespanha tem sido categórica no sentido de atrair atenção para a relevância de se olhar o passado como “um país estrangeiro”, sem incidir nos atrasos que pontuam a obra de Caio Prado Jr. e, em menor escala, a de Raymundo Faoro (SOUZA, 2006, p. 48).

Nessa acepção, o que presentemente soa como confusão de pertinências ou sobreposição de competências é parte constitutiva e característica do Estado europeu entre os séculos XV e XVIII, do período que, de modo talvez equivocado, se convencionou chamar de Antigo Regime.

Além disso, aquele era um mundo onde os atos sem formalidades significavam tanto ou mais do que os cerimoniais, onde os “poderes senhoriais”, a “autonomia municipal”, os “órgãos periféricos da administração real” eram determinantes. No mundo ibérico, o modelo jurisdicional teria tornado restrita a ação da Coroa, e o traçado polisinodal fez com que cada um tentasse proteger intensamente o seu campo de aptidão, promovendo choques cotidianos e colaborando de maneira decisiva para a impotência da administração central da Coroa (HESPANHA, *apud*, SOUZA, 2006, p. 48-49).

Assim, se possui elementos significativos para a compreensão do estado português e a administração do império em chave renovada, fornecendo a matriz teórica das lógicas de um outro tempo e aproximando mais a política da análise da administração, o ponto de vista de Hespanha apresenta problemas a serem aprimorados. Nuno Gonçalo Monteiro considerou que sua apreciação vale, sobretudo, para o século XVII, não funcionando no mundo complicado do século XVIII, quando o equilíbrio do império e as políticas metropolitanas se modificaram de forma profunda (SOUZA, 2006, p. 49).

A estima ao esquema polisinodal e a *microfísica do poder* levam-no a amortecer demasiadamente a função do Estado e a gerar ardis para si próprio, especialmente no capítulo que escreveu para uma coletânea brasileira, *O Antigo Regime nos Trópicos*. No entendimento

de Souza, há *insights* originais na obra, mas há também certa negligência no que se refere à especificidade do Império português na América, levando-o a generalizar, tendo por base circunstâncias próprias ao Oriente. Nesse sentido, para fortalecer sua arguição de que os “nichos do poder” contam mais do que o poder central, evoca entre outros, o argumento da distância (SOUZA, 2006, p.49-50).

Na compreensão de Souza, as distâncias entre o Centro e as várias partes do Império possuíam escalas diferenciadas e, portanto, não podem ser concebidas em termos absolutos, uma vez que nunca, no caso da América ou da África Ocidental, uma viagem duraria mais do que alguns meses, enquanto as viagens ao Oriente, por sua vez, podiam durar até um ano. Outro problema, provindo tanto da relevância conferida aos “nichos institucionais de onde o poder pode ser construído” como da exagerada fragilidade do poder central, é o pouco caso do fato “de que, ao fim e ao cabo, tudo se fazia em nome do rei e de Portugal”. A autora chama a atenção para a consideração de Rodrigo Bentes Monteiro, quando ele deixou evidente que tudo se tratava do processo de constituição da imagem real na ausência do rei (SOUZA, 2006, p. 50-51).

Desse modo, a autoridade régia era respeitada como componente capaz de manter a ordem na América e, simultaneamente, tinha capacidade de resguardar a integridade territorial da América portuguesa. Do ponto de vista de Souza, Hespanha tem certa razão, na medida em que sustenta que o Império não era centrado, conduzido e drenado unilateralmente pela metrópole. No entanto, o historiador luso não foi capaz de ir fundo na apreciação das particularidades do poder num mundo diferente do nosso, e em razão disso cai em seu próprio ardil. Se, da forma como informou Hespanha, a anatomia do poder era, então, diferente da de hoje, nem por isso havia “ausência do Estado”, mas sim uma situação em que as racionalidades eram outras. Assim, Souza considera que o Estado esteve incontestavelmente presente na colonização e na administração dos domínios ultramarinos e, nesse sentido, o que se deve explorar é a expressão e a lógica de tal presença, pois elas podem, constantemente, enganar o pesquisador. Se aquela era, como afirma o autor, uma sociedade de Antigo Regime, sua própria natureza, plantada na hierarquia e no privilégio, evitaria que fosse diferente (SOUZA, 2006, p. 51).

Portanto, Souza aponta os inúmeros problemas que o emprego indiscriminado das considerações de Hespanha à situação brasileira pode trazer. Em primeiro lugar pelo fato de que o pensamento ao qual se filia – o dos estudos da historiografia constitucional alemã, e uma discussão mais contemporânea, que se volta para a revisão daquilo que se ajustou chamar de Estado Moderno – tem por objeto as manifestações eminentemente europeias do

fenômeno. Um segundo problema sobrevém da valorização excessiva conferida por Hespanha aos textos jurídicos, pois estes são o seu principal material de trabalho, juntamente com a teologia “da civilização antiga, medieval e moderna da Europa ocidental”. As afinidades entre direito e moral apoiam algumas de suas concepções mais peculiares, e é o caminho mediante o qual readquire o exame de Marcel Mauss sobre o dom. Submerso no mundo dos juristas, deixa se atrair por eles e valoriza por demais os limites fixados pelo direito ao poder dos reis (SOUZA, 2006, p. 55).

Ainda segundo a concepção de Souza, o mundo das colônias não deve ser pensado exclusivamente pela ótica da regra, da teoria ou da lei, que em muitos casos constituía-se apenas em letra morta e outras tantas tornavam-se inviáveis diante das circunstâncias difíceis e do movimento das situações especiais. Por fim, algo importante a se considerar é o fato de que a América portuguesa se erigiu com as bases fincadas na escravidão. Desse modo, leis, relações de produção, hierarquia social, conflitualidade e exercício do poder, tiveram, no Brasil, que se adequar com o escravismo. Administrar uma sociedade constituída em sua maioria por brancos não significava a mesma coisa que fazê-lo quando o contingente escravo podia chegar até a mais do que 50% da população. Por todas essas razões é que, de acordo com Souza, as conjecturas teóricas abraçadas por Antonio Manuel Hespanha laboraram bem no estudo do seiscentos português, mas deixam a desejar quando empregados ao contexto do Império setecentista em geral, e das terras brasílicas em particular (SOUZA, 2006, p. 56-57).

Desse modo, Souza nos mostra que na coletânea organizada por Fragoso, Bicalho e Gouveia – *O Antigo Regime nos trópicos* –, a fascinação por um modelo que, como o de Antonio Manuel Hespanha, tornou mínima a abrangência do Estado, une-se a uma atinente renúncia da problemática da escravidão enquanto peça constitutiva da sociedade luso-americana no século XVIII. O poder local, as redes clientelares, os arranjos informais, os “bandos” a capacidade de negociação direta com a Corte invalidam amarrações que, por muito tempo, se confiou nutrirem a composição do mundo colonial – entre elas, o escravismo, ou seja, o sistema complexo que articulava as relações sociais naquela formação histórica (SOUZA, 2006, p. 58).

Segundo a já aludida historiadora, a preocupação com a pesquisa documental e o uso de fundos arquivísticos até o momento pouco frequentados talvez componha, aliás, o ponto alto do livro. A mesma ênfase não pode ser dada à sua feição mais conceitual que, apesar disso, se mostra ousada, os próprios autores conceberam o livro como sendo resultado de uma perspectiva historiográfica nova. (SOUZA, 2006, p. 59).

Ela salienta a importância de se buscar entender as hipóteses que orientam o Antigo Regime nos trópicos, por que elas tem se traduzido também em outras explicações sobre política e administração implicando em algumas confusões que é preciso dirimir ou, pelo menos, questionar. Alimentados novamente pela perspectiva analítica de Antonio Manuel Hespanha, esses pressupostos retomam, aliás, inclinação que já vinha se delineando entre nós, de acordo com a qual a função do Estado e a incompatibilidade dos negócios de colonos e reinóis surgiam reduzidos. Nos anos 1990, portanto, foi se esquematizando tendência contrária à que predominara nos vinte anos anteriores, e na qual a função do Estado foi, em certos aspectos, hipertrofiada (SOUZA, 2006, p. 61-62).

Politizando a abordagem no polo das relações horizontais, como a diligência dos bandos em controlar as Câmaras e a governação, ou ainda a agilidade com que operavam junto aos agentes metropolitanos do poder, alinhavando interesses comuns ou os complementando, essa perspectiva deu-lhe uma conotação política diferenciada no que diz respeito às relações verticais, desdobrando as relações de dominação que se constatavam de cima para baixo e realçando a competência de habitantes da colônia em comunicarem-se diretamente com a metrópole. Neste ponto, tal perspectiva se infunde no reequacionamento das apreciações sobre o escravismo, que passam a aquilatar os artifícios dos escravos e sua competência de negociação (SOUZA, 2006, p. 62).

De acordo com a análise de Souza, a categoria de Antigo Regime é excepcional por que exprime um mundo onde a política prevalecia sobre a economia, mas há consequências mais profundas. Mesmo que atendendo julgamentos, se limite o alcance do conceito de Antigo Sistema Colonial ao século XVIII ou, quando muito ao período posterior à Restauração de 1640; ou ainda que se reflita na sua significação plural – Sistemas Coloniais exprimiria melhor relações tão diferentes quanto às instituídas, através dos séculos, entre a França a Holanda a Inglaterra e suas respectivas possessões – é expressivo que tal conceito venha sendo obscurecido pelo de Antigo Regime, cunhado para nomear a ordem imediatamente anterior à Revolução Francesa. O Antigo Regime foi determinado e circunscrito a partir de circunstâncias históricas específicas. Num momento inicial se referia aos modos de vida e de governo franceses aniquilado pela revolução, passando pouco a pouco, a caracterizar um acontecimento europeu (SOUZA, 2006, p. 63-64).

Souza não propõe uma renúncia ao conceito de Antigo Regime, mas acredita que, ao utilizá-lo, é preciso ter lucidez quanto às consequências subjacentes a esta escolha, especialmente quanto à relação que algumas das sociedades assim classificadas constituíram com domínios externos à órbita europeia. O que houve nos trópicos foi, indiscutivelmente,

uma expressão muito particular da sociedade de Antigo Regime europeia, que se associou, com escravismo, análise que os autores de o Antigo Regime nos trópicos procuraram programaticamente fugir. O capitalismo comercial, caracterizado pela produção em grande escala de gêneros coloniais, com a existência de uma situação colonial que, em muitos aspectos e contextos, contrapunha-se à reinol e que, durante o século XVIII, teve ainda de se ver com mecanismos de controle econômico nem sempre válido e eficiente, mas que agregavam, rotulavam e deliberavam as relações entre um e outro lado do Atlântico (o exclusivo comercial). Em resumo, a compreensão da sociedade de Antigo Regime nos trópicos é favorecida quando considerada nas relações com o antigo sistema colonial (SOUZA, 2006, p. 67).

De modo contrário do que se tem afirmado com alguma frequência, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* não versa apenas sobre questões econômicas, mas busca especificar o “conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização”. Na verdade a obra se constitui em uma história da política econômica da metrópole portuguesa referente ao Brasil, e dá grande destaque às particularidades da Ilustração em Portugal, apontando como a significação do movimento na Europa podia se modificar uma vez que em solo colonial. Não trata diretamente de assuntos administrativos, mas fornece uma perspectiva analítica potencialmente preciosa para se apreender às relações antagônicas entre a metrópole e sua colônia americana, sensível, por um lado, à especificidade do mundo que se edificou nos trópicos e, por outro, à sua inextricável conexão com a metrópole e, muito além dela, com a África e a Europa (SOUZA, 2006, p. 68).

A singularidade da América portuguesa não residiu na absorção pura e simples do mundo do Antigo Regime, mas na sua recriação cruel, sustentada pelo tráfico, pelo trabalho escravo de negros africanos, pelo ingresso, na velha sociedade, de um novo componente, estrutural e não institucional qual seja: o escravismo. Submissa à monarquia portuguesa, que entre a Restauração e o período pombalino tornou-se grandemente centralizadora, tendo assim que criar novamente suas relações com as possessões ultramarinas, as terras brasílicas unificaram o mundo do Antigo Regime mediante o antigo sistema colonial. Ter visão dos dois lados do sistema (a metrópole e, no caso, as colônias americanas) através de perspectiva em que a homologia tende a predominar, enquanto a singularidade acaba circunscrevendo-se ao caráter tropical parece impróprio, contestável e ameaçador. A concepção de um Antigo Regime nos trópicos suaviza os antagonismos e privilegia olhares europeus, até mesmo no campo da historiografia (SOUZA, 2006, p. 68-69).

Em artigo intitulado “Depois do Leviatã”, Antonio Manuel de Hespanha faz uma avaliação das duas últimas décadas da historiografia institucional da época moderna, averiguando até que ponto prevalece hoje os pontos de vista inovadores nos anos 70 sobre uma matriz pluralista e compósita das unidades políticas europeias. O texto procura responder às críticas feitas por Laura de Mello e Souza analisadas há pouco. O autor contraria posturas recentes da aludida historiadora, defendendo que essa matriz política, identificada inicialmente para a Europa, pode ser desdobrada ao exame político das sociedades coloniais, concedendo valor, da forma como o vem fazendo amplamente a última historiografia do mundo colonial ibérico, à “vitalidade política das periferias, bem como a equivocidade e multi-direcionalidade das relações entre a metrópole e as colônias” (HESPANHA, 2007, p. 55).

No texto mencionado, Hespanha apresenta novamente as características do que ele nomeou de paradigma corporativo. Neste modelo predominava a legalização da constituição da *polis* na natureza e na tradição; o pluralismo político e, logo, normativo; o arrefecimento das funções da Coroa a uma administração apática, que se confinasse a fazer justiça, conservando os direitos contraídos; e, em decorrência disto, a centralidade de um direito, garante desses direitos, decalcado das inúmeras leis que o mundo admitia,

A lei divina, a lei da natureza externa das sociedades, mas também da lei interna das almas dos homens, tanto a natureza das instituições, como a geometria da lama dos homens, a tradição feita lei, o exemplo que fez fama, o estilo processual que amolda a prática dos tribunais, tudo isto posto em ordem, para os casos notáveis, por esse saber prático dos juriconsultos a que se chamava *prudencia*, *prudencia iuris*, jurisprudência, que estes, nos seus pesados livros e nas suas sopesadas decisões, deviam ensinar (HESPANHA, 2007, p. 56).

Na visão de Hespanha, esta persistência na função conformadora do direito já fora realçada por Abraão Gurevic, no momento em que se aludiu à sociedade medieval como uma sociedade constituída sobre o direito. Atualmente, quando se discorre acerca da centralidade do direito, compreendemos que se fala no “primado da lei”, na concepção de que o mundo é um grande código e que, para apreender o mundo, basta simplesmente reconhecer os códigos (HESPANHA, 2007, p. 57).

Conforme a análise de Hespanha, uma das características do direito comum era a sua assombrosa elasticidade manifestada no fato de o direito local de sobrepor ao direito geral e de, na prática, as particularidades de cada caso (e não as regras abstratas) determinarem a solução jurídica. Isso significava dizer que a centralidade do direito se revelava, de fato, na

centralidade dos poderes normativos locais, por mais distante que andassem daquilo que estava colocado nas leis formais do reino. Finalmente, esta mesma plasticidade do direito produzia uma possibilidade de neutralizar um comando, uma ordem, uma norma oficial, durante anos a fio, incluindo apelações e agravos, recursos eclesiásticos e também recursos civis, solicitações ao rei, aos inumeráveis embargos e medidas cautelares. Porém, estes pontos de vista bastante particulares, mesmo apenas para as periferias meridionais da Europa, tiveram que se defrontar com uma atmosfera desconfiada e até opositora, porquê agitavam muitas compreensões instituídas, algumas delas subsidiárias de entendimentos mais vastos dos historiadores, que tinham a ver com suas posturas políticas, ideológicas, existenciais, no mundo que vivíamos; outras, pura e unicamente herdeiras da historiografia liberal que, para assinalar mais a ruptura da Revolução, carregava de tonalidades “sombriamente monocêntricas e opressoras qualquer das sociedades anteriores” (HESPANHA, 2007, p. 57).

Hespanha acredita também que, na penalidade, o direito das monarquias corporativas não era assim tão pouco interventivo. Desenvolve o pressuposto de que, numa atmosfera ainda mais pluralista de que a do reino, alongado por forças centrífugas ainda mais pujantes, distendido pelas distâncias, que não eram somente de atravessar mares, mas também de prevalecer sobre os sertões, onde essa mesma lonjura parecia fazer estender a sombra do rei na sombra, parasitariamente engordada por seus funcionários. A centralidade “do império” invalidava-se num entrelaçado de relações conflitantes entre uma abundância de polos, nos quais a coroa ocupava lugares e hierarquias diversas, muitas vezes medíocres e que, em contrapeso, tanto se levantavam poderes locais altaneiros, como as tais sombras dos “funcionários” régios se estendiam em dimensões independentes, cobrindo e dando validade prática a toda sorte de empreendimentos e audácias, que os regimentos recusavam e as cartas régias mal podiam coonestar (HESPANHA, 2007, p. 58).

Hespanha está convicto de que o paradigma corporativo de governo não apenas se adequava impecavelmente ao que as fontes da época nos comunicavam, como era imprescindível para remover algumas aberrações muito propagadas “na história colonial brasileira, na sua narrativa das relações entre a metrópole e a colônia e na das origens e eclosão do movimento independentista” (HESPANHA, 2007, p. 60)

Para ele a leitura das fontes, oficiais ou particulares, jurídicas ou literárias, era esmagadoramente sólida na representação comunicada. Apresentava-se, desse modo, uma sociedade que se acostumara a viver sobre si, onde bandos e partidos elaboravam a lei, nesse sentido,

ao mesmo tempo que sofriam mal a lei do rei ou a lei da igreja, que usavam da chicana judicial, para enrodilharem as situações inconvenientes, quando não as deslindavam de formas mais brutalmente expeditas, em que as autoridades nem eram normalmente obedecidas nem sustentadamente reverenciadas, em que estas mesmas participavam no estilo local de vida, usurpando-se mutuamente as jurisdições, parasitando com pouca subtileza a jurisdição real que representavam, envolvendo-se em querelas judiciais intermináveis, cruzando agentes nas viagens à corte, onde buscavam favores nos diversos lugares a que se reportava a administração ultramarina, ligando-se de muitos modos a interesses locais. (HESPANHA, 2007, p. 61)

Seguindo concepções semelhantes às defendidas por Hespanha, Fragoso e Florentino, em *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. (1790-1840)*, procedendo a uma análise da situação econômica brasileira num recorte temporal que abrange a última década do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, defendem a ideia do predomínio de níveis de autonomia na colônia. Eles acreditam que o caráter arcaico da formação colonial brasileira não permite a estrutura econômica ser compreendida por si mesma, isto é, sem levar em consideração os aspectos não econômicos que informam o seu funcionamento, e disto procede a hipótese que orienta todo o pensamento: “a de que a reprodução do sistema econômico imbricava-se organicamente com a contínua reiteração de uma hierarquia fortemente excludente” (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 12).

Ainda segundo Fragoso e Florentino, a historiografia lusa recente vem colocando em dúvida a possibilidade de entender o projeto ultramarino português tendo como ponto de partida os clássicos quadros da historiografia do moderno sistema colonial. Conforme os autores, ao que tudo parece a apropriação do excedente produzido em além mar convinha ao nítido intento de perpetuar uma economia e sociedade cujos modelos acoplavam-se ao Antigo Regime. Surge então, uma relevante brecha para se apreender o funcionamento da Colônia, uma vez que, a estrutura social portuguesa urdiria contra a cristalização do capital comercial metropolitano ao menos no nível demandado para o cumprimento das tarefas inerentes aos grandes mercadores de outros centros europeus modernos. Os autores perceberam uma dinâmica na qual o mercado consecutivamente traçava uma hierarquia excludente de natureza arcaico (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 13).

Os autores consideram que na elaboração de Caio Prado Jr. o sistema exportador associaria, no caso brasileiro, três variáveis que assinalariam todo o período colonial. Tais variáveis eram: a grande propriedade, o monocultivo e o trabalho escravo. Em segundo lugar, em decorrência da maldição agroexportadora, surgiriam os limites estruturais para a formação de um mercado interno de peso na colônia. Predominando essa situação,

a colônia se veria polarizada social e politicamente entre os agentes que dariam vida a plantation – os senhores e seus escravos. Por fim à combinação de todos estes elementos convergiria para a afirmação da incapacidade estrutural da Colônia em gerar circuitos internos de acumulação: eis aqui o resultado previsível de uma situação dependente (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 16-17).

Tomando por base estes arcabouços, era forçoso também Furtado persistir na transferência de sobretrabalho para a metrópole como o alicerce da estrutura colonial. A esta conclusão se chegou, por exemplo, através do exame de dados acerca da empresa açucareira. Furtado avaliava ser esta vantajosa o suficientemente “para autofinanciar a duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos, o que, contudo, só por vezes ocorreu” (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 16-17).

Fragosos e Florentino acreditam que a compreensão da composição da economia colonial de Antigo Regime passa necessariamente pelo entendimento da economia e sociedade lusitana do Antigo Regime. Afinal de contas a Colônia deriva da expansão metropolitana, e a estruturação de seu sistema produtivo obedeceu às instabilidades do projeto português de colonização. Eles afirmam que ao tempo em que o olhar é lançado sobre o século XVIII, perceber-se-á o vasto domínio de estruturas agrárias tradicionais, conformando em princípio, o característico cenário de Antigo Regime. Assim, o arcaísmo desta estrutura é tão radical que chega a ser diferente até mesmo dos modelos clássicos que assinalaram as sociedades do Antigo Regime. Os autores defendem que

A colonização ultramarina transformou-se em condição de possibilidade para a existência desta estrutura. Como resposta feudal à grande crise por que passava a economia e sociedade portuguesas, a Expansão Marítima e a ulterior colonização modificaram a antiga sociedade lusitana para preservá-la no tempo. Eis aqui o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole. O surgimento e a manutenção de uma estrutura parasitária consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo. (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 26)

Do ponto de vista dos autores, predomina uma realidade na qual preponderaram valores não capitalistas, para quem ascender na hierarquia social necessariamente incluía tornar-se membro da aristocracia. No entendimento dos mesmos, o arcaísmo é um verdadeiro projeto social, e sua viabilização estar sujeita no fundamental da apropriação das rendas coloniais, estando às tentativas de modernização assentadas na manufatura, corridas no século XVII e XVIII, somente emergiriam em meio a ocasiões nas quais a reprodução deste tipo de

projeto se via ameaçado, assim, uma vez passado o risco, o ideal arcaico voltou com vigor completo (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 27).

Fragoso e Florentino consideram ainda que a atividade mercantil lusitana tinha por objetivo final “a permanência temporal de uma sociedade arcaica”, fator pelo qual ela não chega a adotar o papel revolucionário que exerceu em outros países. Dito de outra maneira, a estrutura de produção colonial produziu os seus mercados de homens e alimentos, o que por sua vez, tornou viável o surgimento de circuitos internos de acumulação que iam além das trocas com a Europa. Finalmente, os autores afirmam que o ponto de vista adotado pelo trabalho que realizaram “é o de que, para além das frações dominantes coloniais, a consecução do projeto colonizador, mais do que criar um sistema monocultor e exportador, visava reproduzir em continuidade uma hierarquia altamente diferenciada” (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 27-28).

Procedendo a uma elaboração acerca do “mercado colonial e do grau de autonomia” na colônia, Mariuti, Nogueroi e Daniele Neto apresentam críticas a algumas das proposições delineadas recentemente por João Luís Fragoso e Manolo Florentino. Os autores colocam em dúvida

Os movimentos internacionais dos preços do açúcar e do café indicando a introversão dos ritmos de crescimento econômico, a extensão ao período colonial das análises feitas pelos autores com base em documentos datados entre 1790 e 1840, a crítica ao que eles chamam de “modelos tradicionais” da historiografia brasileira e o significado das relações de troca existentes entre as economias do que hoje chamamos Regiões Sul e Sudeste do Brasil. (MARIUTI; NOGUEROI; DANIELE NETO, 2001, p. 369).

Eles afirmam que qualquer estudo que tenha como objeto as sociedades edificadas nas Américas como resultado da expansão marítima europeia, cedo ou tarde, topa em um complexo problema, visto terem sido as colônias formadas como um complemento da economia metropolitana. Sendo assim, o seu completo sentido só pode ser desvendado se aludidas ao sistema maior de que fazem parte. No entanto, a implantação das colônias envolveu o desenvolvimento de uma estrutura interna dotada de uma lógica intrínseca, que não pode ser circunscrita de modo exclusivo a sua conexão com a metrópole⁵⁸. Surge, então, um embaraço que se expressa no fato de que sem levar em consideração o conjunto isto é, a evidência da Europa Ocidental como centro ativo, a colonização do novo mundo é inexplicável. No entanto, ao mesmo tempo existem especificidades entre as várias colônias e

⁵⁸ Nesta discussão os autores fizeram referência aos pressupostos de Ciro Cardoso *in* Lapa (1980).

entre as relações de cada uma com as suas respectivas metrópoles que só um estudo especial poderia desvendar. Os autores em questão afirmam que

As principais interpretações sobre o período colonial contemplam estas duas dimensões do problema, embora atribuam pesos diferenciados a cada um dos extremos. Derivados desta ordem de questões, surgiram ultimamente novos estudos sobre o peso efetivo desempenhado pelo mercado interno na colônia. Trata-se de um mero apêndice das grandes unidades exportadoras que, lhe confere uma certa autonomia e lhe possibilita a ocorrência de acumulações endógenas? Esta indagação é a tônica da perspectiva formulada por Fragoso e Florentino, a qual pretendemos discutir neste artigo. (MARIUTI; NOGUERÓI; DANIELE NETO, 2001, p. 370).

Os autores entendem que um dos pontos mais consideráveis da interpretação de Fragoso e de Florentino é o destaque que eles conferem ao “ideal arcaizante”, presente tanto na metrópole quanto na colônia e que, associado com as formas de produção não capitalistas lutam contra a dinâmica do mercado e asseguram uma certa acumulação interna (MARIUTI; NOGUERÓI; DANIELE NETO, 2001, p. 373-374).

Mariuti, Nogueroi e Daniele Neto apontam alguns problemas na análise de Fragoso e Florentino que se manifestam, por exemplo, na análise confusa dos dados. Eles consideram importante divergir da interpretação feita pelos autores, dos modelos chamados por eles de tradicionais, no que diz respeito à correspondência entre preços e quantidades exportadas. Os autores afirmam que mesmo correndo o risco de incorrer em anacronismos, uma vez que não conhecem trabalhos acerca da racionalidade empresarial dos escravistas produtores de cana e café, entendem que o proeminente na fixação das quantidades ofertadas dos produtos em questão era:

a média de preços de períodos anteriores e as expectativas quanto ao futuro. Desta forma, as variações anuais teriam menos efeito sobre as quantidades ofertadas do que a percepção de quedas prolongadas e irreversíveis. Entendemos que Florentino e Fragoso supuseram uma correlação muito próxima entre as variáveis, decorrendo daí a suposição equivocada de incompatibilidade entre os dados e os ditos modelos. Nós, por outro lado, entendemos que era necessário um período de tempo maior para que a oferta se ressentisse de uma variação negativa de preços (MARIUTI; NOGUERÓI; DANIELE NETO, 2001, p. 376-377).

Pode-se, então, perceber que na compreensão dos referidos autores, Fragoso e Florentino não podem, tomando como ponto de partida os dados quantitativos empregados, afirmar que o país desfrutava de autonomia em seus ritmos. Assim, os três autores buscam reforçar os argumentos apresentados contra a autonomia dos ritmos da economia nacional em

face das externas. Por fim, os autores concluem que são “tentados a questionar a suposta autonomia mencionada” (MARIUTI; NOGUERÓI; DANIELE NETO, 2001, p. 380-381).

Este trabalho também pretende descortinar um espaço que está inserido no contexto da América portuguesa. Nesse sentido, determinadas características demonstradas nas elaborações apresentadas acima são, igualmente, elementos desta dissertação. É preciso concordar com Hespanha quando ele defende que existiram “relações horizontais” na colônia, no entanto, não se deve desprezar a ideia de se conectar às situações específicas desta pesquisa a um movimento mais geral, da forma que elabora Souza. Também se deve compreender e aceitar a ideia defendida por Mariuti, Nogueiró e Daniele Neto, de que o estudo das sociedades edificadas nas Américas como resultado da expansão marítima europeia deve levar em consideração o sistema maior de que faziam parte.

Aqui se procura pensar as relações sociais no sertão do Rio Piranhas como geradoras de mecanismos favoreceram a acumulação de bens materiais. Como já foi dito, fica bastante claro o cuidado ou preocupação dos atores sociais com a constituição dos patrimônios materiais. Pretende-se mostrar a importância do estudo das relações sociais para a compreensão dos mecanismos utilizados pelos colonos, os mesmos estabelecidos no sertão do Rio Piranhas na busca de “distinção” e, portanto, de ascensão na hierarquia social e ainda como proporcionadoras de uma visibilidade de um conjunto de elementos (relações de amizade, fidelidade, honra, etc.) que marcaram a Cultura Política do período analisado.

4.2 AS RELAÇÕES SOCIAIS NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS

Neste momento do trabalho são analisadas procurações e nelas é possível perceber o movimento de indivíduos que, quando interessados em zelar seu patrimônio, expediam procurações concedendo direitos a outros para que cuidassem e administrassem seus bens, tanto no espaço em que viviam como em outros espaços. Inventários também são apreciados mais uma vez. Além disso, documentos do Arquivo Histórico Ultramarino foram incorporados a análise, mesmo que num diálogo sucinto. Voltando o olhar para a documentação que constitui o corpus documental desta pesquisa, percebe-se indivíduos demarcando espaços de sobrevivência, se localizando, se situando, ocupando posições, defendendo-as ou lutando por elas (SILVEIRA, 2007, p. 33). As ações desses sujeitos, possivelmente, teriam como resultado a geração de estratificações sociais e a acumulação de riquezas.

Ao trabalhar o tema das redes de sociabilidade entre os séculos XVIII e XIX, Maria Fernanda Martins afirma que a prática relacional não se refere simplesmente a aspectos econômicos, posto que ela conecta-se “[...] à necessidade de estabelecer alianças vantajosas do ponto de vista material ou de manutenção dos bens e propriedades da família [...]” (MARTINS, 2007, p. 409).

Interessa aqui observar estes últimos aspectos e também como eles se encontram intimamente relacionados com a análise que esta pesquisa pretende realizar, uma vez que se percebe na documentação indivíduos expressando, através de procurações, suas preocupações no estabelecimento de compromissos que resultariam em vantagens materiais, na medida em que demonstravam um intenso cuidado com seus bens e propriedades.

Nas décadas mais recentes, as sociedades consideradas de Antigo Regime têm sido um tema muito frequentado pela historiografia, e nessas produções a suposta centralização típica do absolutismo vem sendo cada vez mais contestada (como foi visto no tópico anterior). Antonio Manuel Hespanha (s./d.), em suas elaborações assinala que dentro do paradigma corporativo em Portugal estabeleceram-se relações de amizade e cumplicidades entre magistrados responsáveis pela administração que, apesar de terem concorrido para o enfraquecimento do poder local, não contribuíram para o fortalecimento do poder da Coroa.

Nesse sentido, Maria de Fátima Gouvêa (2004, p. 97) afirma que, na medida em que são desmistificadas as ideias de absolutismo, centralização do Estado e concentração de poderes na pessoa do rei, torna-se possível perceber singularidades e mecanismos específicos que orientavam as práticas sociais, políticas e econômicas.

Ao tratar acerca da nobreza da terra do Rio de Janeiro, João Fragoso (2007, p. 69), por exemplo, chama a atenção para a formação de teias de alianças entre as famílias da fidalguia, objetivando a hegemonia política ou sua simples manutenção no poder. Essas abordagens dão visibilidade a aspectos importantes, permitindo analisar a dinâmica interna da Colônia no período estudado. No entanto, não se pode fazer uso das mesmas sem um senso crítico, pois se existiram “relações horizontais” no período colonial existiram também “relações verticais”.

No que se refere ao sertão do Rio Piranhas, é importante apreender as relações sociais e até que ponto elas funcionaram como um mecanismo através do qual os colonos buscaram a manutenção de seus interesses e sua afirmação enquanto detentores de poder e cabedal e como geradoras de elementos constitutivos de uma Cultura Política.

O patrimônio dessas famílias, além do acúmulo de possessões, envolveu o estabelecimento de diversificados laços de poder entre os componentes das famílias e as autoridades em várias instâncias. Pode-se imaginar, então, que o patrimônio possui uma

dimensão econômica, em virtude de envolver a propriedade de uma extensa gama de bens, além de uma dimensão política, “por implicar no exercício e na manutenção de um poder que buscava se refazer geração após geração” (PESSOA, 2003, p. 165). E aí, quando se começa a se observar o momento da partilha nos inventários, nota-se a preocupação em perpetuar o desenvolvimento dessas riquezas no seio da própria família ou mesmo daqueles que fizessem parte do círculo de amizade.

Deve-se concordar, portanto, com Pessoa, quando ele diz que nas sociedades sertanejas as relações de favor nasciam como elemento integrante mesmo do sistema de dependência e dominação que se instituía, uma vez que

[...] as relações de cunho pessoal vivenciadas entre os patrões e/ou administradores e seus vaqueiros e entre os vaqueiros e seus fábricas estavam ligados a uma produção de meios de subsistência voltada para o atendimento das necessidades da grande exploração agrícola, permitindo que ela se concentrasse na produção voltada diretamente para o mercado. (PESSOA, 2003, 182).

Voltando a analisar o testamento de Luís Peixoto Viegas, ao qual já se fez referência, tem-se uma visão do modo como se davam as relações sociais no sertão do Rio Piranhas. Foi testamenteiro do sargento mor o tenente Felipe Leite Ferreira, que também foi inventariante⁵⁹: é justamente aí onde podem ser percebidas as relações de amizade entre aqueles que ocupavam postos importantes nos órgãos administrativos. No que diz respeito às testemunhas que presenciaram o testamento, estavam presentes o alferes Nicolau Rodrigues dos Santos, o licenciado Felipe Bento de Santiago, José Caetano, José Rodrigues da Silva e o tabelião João Antonio Pereira.

O referido Nicolau Rodrigues dos Santos devia ao sargento mor Luis Peixoto Viegas a quantia de 15\$160 (inventário de 1783), já no “inventário da demência” (1783) está a informação de que Nicolau Rodrigues dos Santos devia ao sargento mor Luis Peixoto Viegas 4\$000. Não é possível identificar a razão desta mudança, o que leva a pensar que talvez parte da dívida tenha sido paga. Remontando à primeira metade do século XVIII, se verá Luís Peixoto Viegas aparecendo na condição de testemunha de diversos documentos, a exemplo da procuração de “[...] Vital Vieira”, da escritura de venda “que faz Felipe Delgado de Figueiredo”, da escritura de venda “que faz João Pereira de Mendonça”, do “papel de liberdade lançado em nota a requerimento de Hellena preta forra que foi de José de Sousa

⁵⁹ Cf. o anexo C .

Lima” e em vários outros documentos⁶⁰. Através do exame de suas dívidas ativas e passivas se pode ter uma visão da rede de dependência em que Luís Peixoto Viegas estava inserido.

4.3 CONECTANDO-SE COM OUTROS ESPAÇOS

É preciso que se destaque que o estabelecimento de relações de amizade com indivíduos (até mesmo de segmentos sociais subalternos), conectando-se com outros espaços, foi constante e de fundamental importância para a constituição de um grupo social interessado na acumulação de riquezas e na “distinção” e ascensão no meio social no sertão da Paraíba e, de forma mais específica, no sertão do Rio Piranhas. Já que a “nobreza principal da terra” não granjeou da monarquia um conjunto de prerrogativas estamentais, que avalizasse um modo de vida mediante o “qual fosse identificada sua posição de mando na hierarquia social” (FRAGOSO, 2007, p. 47).

Era preciso lançar mão de outros artifícios, era necessário “inventar o cotidiano”, fazer e refazer alianças, estabelecer pactos mútuos e cumpri-los, caso contrário verificar-se-iam alterações no modo como se compunham as redes relacionais, com a formação de novos grupos e/ ou arranjos sociais.

Só para se ter uma ideia, no “[...] anno do Nascimento de NoSo Senhor Jesus Christo de mil sete centos e noventa e quatro aos quatro dias do mês de dezembro do dito anno”, na Vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Francisco Pereira de Sá e Agostinho de Araújo, encontravam se na condição de outorgantes de uma procuração, na qual estabeleceram como seus legítimos procuradores na Cidade da parahyba do Norte: [?] Bezerra, Augusto Correia [?], Pedro Jose de Vasconcelos, Manoel da Silva; na cidade da Bahia de todos os santos: capitão mor Christovão da Rocha Pita, Francisco Pereira de Negreiros, Jose de Vasconcelos, Antonio Jose de [?]⁶¹ e outros que não foi possível identificar.

Os outorgados estavam com a responsabilidade de “cobrar e arrecadar [...] toda a sua fazenda e bens dívidas que se lhes deva Legítimas heranças ou Legados q[eu] lhe pertencer”. Como testemunhas, estavam: Manoel Antonio do Rego [?] e Antonio Bazílio. O tabelião e o juiz ordinário eram respectivamente Antonio do Rego Faria e Pedro Soares Barbosa.

⁶⁰ Fizemos referência ao Livro de Notas de 1744. Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis Coronel João Queiroga, Pombal – PB.

⁶¹ Procuração Bastante que faz Francisco Pereira de Sá e Agostinho de Araújo, 1794. Cartório de 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis Coronel João Queiroga, Pombal, PB.

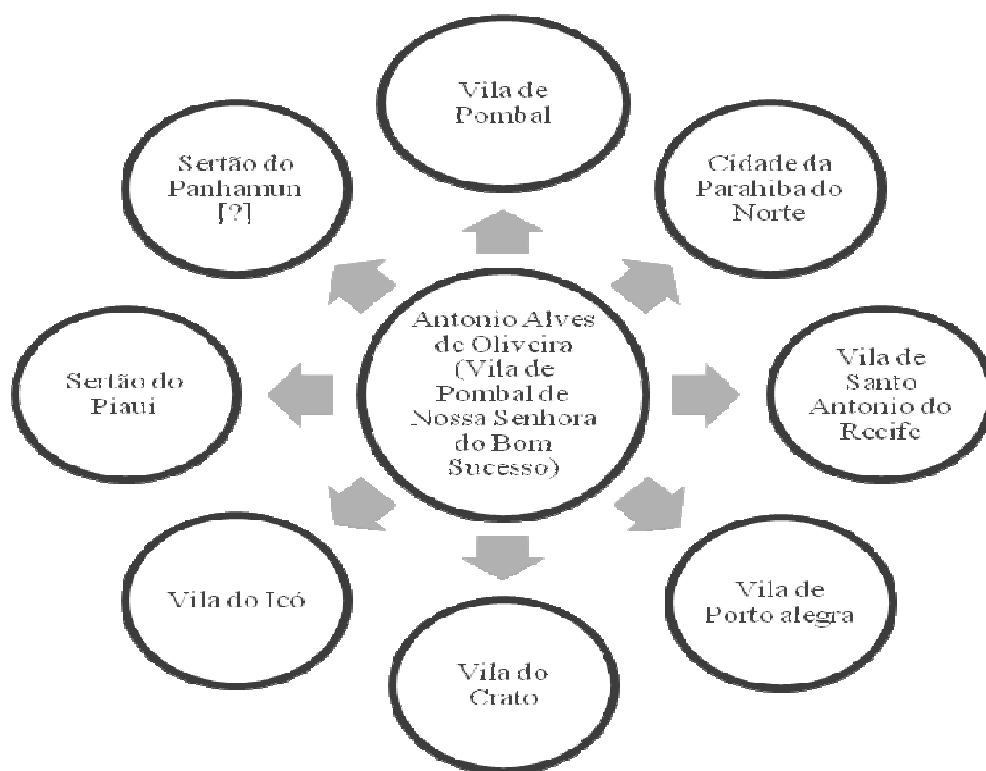
O que mais nos chama a atenção no documento são as ligações estabelecidas pelos dois moradores da Vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso com o capitão mor Christóvão da Rocha Pita. O referido capitão residia na Bahia de todos os Santos e no ano de 1780 requereu sobras de terras nas ilhargas ao pé da serra do riacho das Piranhas e do estreito obedecendo ao parâmetro três léguas de comprimento por uma de largo.

No mesmo ano, Christovão da Rocha Pita, requereu também, um sítio de terras na Ribeira das Piranhas (três léguas de comprimento e uma de largo). No ano de 1781 apareceu novamente requerendo terras devolutas na Ribeira das Piranhas (três léguas de comprimento). Em resumo, os outorgantes ligavam-se a Bahia ao necessitarem dos “favores” de Cristovão da Rocha Pitta, e este conectava-se aos sertão de Piranhas porque possuía propriedades naquele espaço. Certamente obrigações recíprocas eram a tônica dessas relações.

De modo semelhante, no dia 18 de janeiro de 1794, na vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Antonio Alves de Oliveira expediu procuração a procuradores nas seguintes localidades: vila de Pombal, (capitão Jose Ferreira de Sousa, seus filhos [?] Antonio Alves de Oliveira, Francisco Alves de Oliveira, Jose de Oliveira Maciel); cidade da Paraíba do Norte, (Antonio Basto, Miguel Arcangelo); vila de S. Antônio do Recife, (Manoel Alves de Sá, Reverendo Jose Pereira Lobato, João Afonso); vila de Porto Alegre (Francisco [?] Dias, Matheus Frazão, Antonio de Albuquerque); vila do Crato, (capitão mor Jose de Olanda, capitão mor Francisco Dias); vila do Ico [?], (capitão mor Luis de Lovor [?], general Bernardo Duarte Brandão); sertão do Panhamum [?], (tenente coronel Eufrásio Alves [?] Feitosa); sertão do Piauí, (tenente Antonio Pereira da Silva, reverendo Ignácio da Cunha, ajudante Antonio do Rego Castelo [?] Franco, capitão mor João Nunes Gerardes Pereira, capitão mor Luis Carlos de Abreu⁶²).

⁶² Procuração Bastante que faz Antonio Alves de Oliveira, 1795. Cartório de 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis Coronel João Queiroga, Pombal, PB.

Figura 14 - Diagrama vínculos de Antonio Alves de Oliveira com outros espaços



Na procuração acima, são claras as ligações de um indivíduo que habitava no sertão, com pessoas em lugares distanciados como a vila de Santo Antonio do Recife, a vila de Porto Alegre, a vila do Crato, a vila do Icó, sertão do Piaui, tais conexões dão sinais de que o sertão do Rio Piranhas ou as áreas interioranas não se encontravam desconectados de uma dinâmica mais geral. Uma diversidade de pessoas se encontram envolvidas nos negócios de Antonio Alves de Oliveira, surpreende o fato de muitos de seus procuradores ocuparem funções de capitão, tenente, ajudante e até padre.

Em sua monografia intitulada *Capitania da Paraíba: população e circuitos mercantis na virada para o século XIX*, Yamê Paiva apontou as ligações das paróquias do sertão com os portos de Aracati, Açú, Mossoró, Goiana e Recife. Para ela, existia uma conexão comercial entre os sertões das Capitanias do Norte, que se torna evidente mediante a observação dos circuitos mercantis. A historiadora admite que muito mais do que proporcionar uma visão da Capitania, a documentação por ela pesquisada permite volver o olhar para o sertão. Ela acredita que os mapas de exportação e importação viabilizam a apreensão da movimentação da economia sertaneja. A autora concluiu que se exportava gado, couros miúdos, atoados, sola, algodão e tabaco em corda e importava-se, basicamente, vinho, tecidos diversos, chapéus

e sal. Dessa forma, o sertão nos é apresentado não como um espaço agressivo e marcado pela apatia, “mas, em termos econômicos, bastante dinâmico, pulsante e gerador de um mercado interno através da circulação de produtos produzidos e consumidos” (PAIVA, 2009, p. 68-69).

Embora a temporalidade enfocada por Paiva abranja apenas os dois últimos anos do período analisado nesta dissertação, suas considerações são muito preciosas para fazer pensar no movimento de pessoas no sertão, possibilitando a percepção de suas conexões com outros espaços, além de muitos outros aspectos que podem ser também apreendidos. Estas informações são, portanto, relevantes para a discussão que se faz aqui, pois corroboram com a realidade evidente nas procurações, em que aparecem estas intensas ligações do sertão com espaços mais distanciados.

Deve-se considerar ainda que Manoel da Silva, morador no Rio do Peixe, encontrando-se na Vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, expediu procuração a pessoas que residiam na vila de Pombal, (tenente Manoel da Silva, capitão João Gomes de Sá); e a outras pessoas⁶³, na cidade da Paraíba do Norte. Essas pessoas ficaram na incumbência de “cobrar e arrecadar suas fazendas, bens e dívidas que se lhes dava suas legítimas heranças ou legados que lhe pertença por qualquer via ou título”⁶⁴.

Não foi possível encontrar muitas informações sobre esses indivíduos. Mas pode-se inferir que eram senhores de terras, agricultores envolvidos também em atividades comerciais, que responsabilizavam outras pessoas (procuradores) em localidades várias, isto é, nas ribeiras próximas e outros espaços mais distantes, para cuidar de seus negócios. Além disso, muitos dentre esses indivíduos ocupavam cargos públicos. Constituiu-se então uma rede de amizade que envolvia variados interesses comuns entre essas pessoas.

Desse modo, se percebe como essas ligações foram muito importantes para o desenvolvimento de relações de amizade, solidariedade, fidelidade e honra entre os colonos estabelecidos no alto sertão paraibano durante o período de expansão daquela fronteira e fixação da população nas novas terras. Essas ligações são indicativas de que o espaço-sertão comunicava-se comercialmente com outras áreas por vias diferenciadas.

Enfim, infere-se que as comunicações realizadas pelos sertanejos com outros espaços evidenciam um cuidado com a manutenção da base material constitutiva da riqueza desses atores sociais. Através do estudo dessas relações sociais e de poder exercitadas no sertão

⁶³ Não identificadas na documentação.

⁶⁴ Procuração Bastante que faz Manoel da Silva, 1795. Cartório de 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis Coronel João Queiroga, Pombal, PB.

paraibano na primeira metade do século XVIII, portanto, há a possibilidade de apreender a ação de sujeitos que detinham uma Cultura Política assentada na ideia de luta pela sobrevivência, acumulação de riqueza e ascensão social. Desse modo, conclui-se que aqueles atores sociais incorporavam a Cultura Política de seu tempo, tendo em vista alcançar seus interesses particulares.

4.4 VÍNCULOS DE AMIZADE E RECIPROCIDADE

As dívidas ativas e passivas dos inventariados também são elucidativas das relações estabelecidas entre os habitantes do sertão do Rio Piranhas. A seguir se poderá ver as ligações entre o sargento mor Luís Peixoto Viegas e diversas pessoas que possivelmente compunham a sua rede de amizade, nos permitindo apreender a dinâmica das relações sociais no sertão do Rio Piranhas no recorte temporal aqui analisado. O sargento mor conectava-se tanto com pessoas que ocupavam postos importantes na hierarquia social, a exemplo de outros sargentos mores, coronéis, alferes, capitães e ajudantes, quanto com segmentos sociais subalternos, e isso pode ser exemplificado quando se percebe suas relações com o seu escravo Domingos, explicitada mais claramente nas tabelas a seguir, que organizam as informações compulsadas na documentação:

Tabela 13 - Dívidas ativas de Luís Peixoto Viegas

DAS DÍVIDAS		
ATIVAS		
DEVEDOR	NATUREZA	VALOR
Sargento mor João da Silva de Almeida	*	27\$000
Coronel [?] de Sá	*	110\$000
VALOR TOTAL		137\$000

Fonte: Inventário de Luiz Peixoto Viegas, 1783, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Tabela 14 - Dívidas passivas de Luís Peixoto Viegas

DAS DÍVIDAS		
PASSIVAS		
CREDORES	NATUREZA	VALOR
João Nunes Geraldes Pereira	De assistência na doença do dito defunto	15\$860
Antônio Gonçalo de Mello	Dinheiros de farinhas e medicamentos	15\$800
Domingos (seu escravo)	*	50\$000
Leandra de Sá mulher de José Rodrigues	Por tratar do defunto na enfermidade	5\$000
Um portador [?] que mandou a Paraíba	*	4\$600
Ao reverendo Pároco	De funeral	38\$000
A Irmandade das Almas	De anais e missas	3\$200
A sua ordem [?] de Sam Francisco do Recife	De anais e mais peçons	40\$000
A Irmandade do santíssimo Sacramento da Vila	De anais	8\$000
(Não identificado)	De custo do “inventário da demência”	3\$410
Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos	*	15\$160
Ajudante Francisco da Costa Barbosa	*	50\$000
VALOR TOTAL		249\$030

Fonte: Inventário de Luiz Peixoto Viegas, 1783, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

A título de exemplo, lembre-se que foi o escravo Domingos quem ficou na condição de inventariante de Luís Peixoto Viegas, na ocasião em que o sargento se encontrava demente. O crioulo forro ficou nessa função em virtude de ser “vaqueiro do dito e por morar em sua companhia e saber de todos os seus bens e negócios” (Cf. o anexo F).

É interessante notar que Luís Peixoto Viegas deixou muitas contas a pagar. No item “dívidas passivas”, aparecem 12 pessoas de vários segmentos sociais: essas contas variavam de grandes quantias a poucos réis, totalizando um valor de 249\$030. Já no item “dívidas ativas” aparecem apenas duas pessoas, um sargento e um coronel.

Dessa forma, as contas a receber chegaram a um total de apenas 137\$000. Como já foi dito, as dívidas ativas e passivas dão conta das relações sociais e também econômicas do sargento mor. Vale destacar que ele também desempenhava atividades agrícolas, visto possuir terras e aparecerem muitos instrumentos de trabalho ligados ao meio rural em seu inventário.

Veja-se mais um exemplo desses vínculos de amizade e reciprocidade: entre os devedores do alferes Nicolau Rodrigues dos Santos estava o ajudante Francisco da Costa Barbosa. O referido ajudante, no ano de 1785 apareceu como tutor dos órfãos de Antonia

Leandra da Conceição. No ano de 1786 ocupava o cargo de Juiz no inventário de Luzia Barboza. Já em 1793 foi avaliador do inventário de Maria Francisca. Em 1795 esteve na condição de escrivão no inventário de Francisco da Silva Passos. Apareceu também na função de Juiz do inventário de Manoel Joaquim no ano de 1796. Tem-se aqui, portanto, um indivíduo ocupando diversos postos e conectando-se com uma variedade considerável de pessoas. Parece que essa multiplicidade de funções desempenhadas pelo ajudante é indício de que a não diferenciação entre os âmbitos público e privado era algo presente naquela sociedade.

Caso parecido foi o do Licenciado João Antunes Ferreira, pois ele estava como escrivão em 1783, no inventário de Luís Peixoto Viegas; era curador nos inventários de João Pereira da Silva (1783), Damiana de Sousa (1783), José Gonçalves Ferreira (1784), José Alves Barreto (1785) e Joana Monteiro (1786). Fora, portanto, investido de autoridade para administrar os bens e dirigir os menores órfãos que não dispunham do pátrio poder, representando-os ou assistindo-os nos atos da vida civil.

No centro dessas ligações certamente estavam os interesses que envolviam poder e riqueza. Além de escrivão e curador, o licenciado foi ainda avaliador no inventário de Luís Peixoto Viegas (“inventário da demência”, 1783). Ocupou a mesma função nos inventários de João Pereira da Silva (1783), Damiana de Sousa (1783), José Gonçalves Ferreira (1785) e Joana Monteiro (1786)⁶⁵.

De modo semelhante, as dívidas ativas e passivas de José Alves Barreto oferecem uma visão da rede de dependência em que ele se encontrava inserido. O referido senhor possuía muitos créditos a receber, onze pessoas deviam a ele, totalizando a quantia de 143\$480, como se pode notar na tabela a seguir. E aí se percebe uma teia de relações construída entre José Alves Barreto e seus devedores, entre os quais estavam seus parentes, incluindo seus tios e até filhos. Aqui se deve destacar a ligação de José Alves Barreto com um morador “nas partes do Rio S. Francisco”, evidenciando, assim, que os sertões não se encontravam desconectados da dinâmica de um contexto maior.

⁶⁵ Cf. o anexo C.

Tabela 15 - Dívidas ativas de José Alves Barreto

DAS DÍVIDAS		
ATIVAS		
DEVEDOR	NATUREZA	VALOR
Jose de Sousa Barreto	*	20\$400
Jose Dias Pacheco (morador para as partes do Rio de São Francisco)	*	40\$000
Os herdeiros do defunto Antonio dos Santos de Vasconcelos	*	22\$000
Seu filho [?] Fidelis Domiciano	*	7\$300
Seu tio o sargento mor Silva dos Santos	*	3\$000
Seu tio o Sargento mor Silva dos Santos	*	13\$334
Seu Filho Francisco Ferreira	*	4\$000
Francisco Lopes de Vasconcelos	*	5\$500
Francisco Lopes de Vasconcelos (outra dívida)	*	1\$280
Domingos Dias Antunes	*	Uma garrota no valor de 1\$280
[Não identificado]	*	27\$000
VALOR TOTAL		143\$480

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

No que diz respeito às contas a pagar, José Alves Barreto possuía poucas dívidas. Devia a três pessoas apenas. Entre elas estavam seu genro, o tenente João Pereira dos Santos e Manoel Pereira dos Santos, morador na Ribeira das Espinharas.

Tabela 16 - Dívidas passivas de José Alves Barreto

DAS DÍVIDAS		
PASSIVAS		
Tenente João Pereira dos Santos (seu genro)		6\$600
Manoel Correa dos Santos (morador na Ribeira das Espinharas)		2\$080
Antonio Fernandes		02 bois - 8\$000
Antonio Fernandes		01 garrota - 1\$500
VALOR TOTAL		18\$180

Fonte: Inventário de 1785, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

A sucessão e a herança, lema maior de documentos deste caráter, tornam manifesto o modo como às pessoas se posicionavam em uma rede de relações que ultrapassava a família

nuclear (pai, mãe e filhos), pois considerava-se os indivíduos que eram parentes biológicos ou mesmo rituais do inventariado, considerava-se ainda aqueles por quem ele tinha afeição e queria proteger, fazendo uso de alguma parte de seu patrimônio (MACÊDO, 2007, p.84).

No caso dos segmentos sociais subalternos, verifica-se que as relações afetuosas também aconteciam, pois o sargento mor Luís Peixoto Viegas, antes de sua morte, demonstra toda sua “clemência” por alguns de seus escravos, chegando a declarar que deixava seu escravo Lourenço forro. Uma das razões de tal “benevolência” fora a companhia que o dito escravo lhe fizera em vida. O escravo Dominginhos (ou Domingos) também foi “agraciado” por seu senhor, uma vez que ficaria na incumbência de realizar quatro capelas de missas dentro de quatro anos, em favor da alma do citado sargento e, após esse procedimento, receberia sua carta de alforria passada pelo testamenteiro de Viegas. Os vínculos entre o sargento e o escravo Domingos eram tão fortes que o último esteve na condição de inventariante do primeiro quando da elaboração do “inventário da demência” em 1783.

Contudo, é necessário pensar as relações afetuosas entre o inventariado/ testador e o escravo Domingos (ou Dominginhos) descritas, de modo crítico. Sem desconsiderar a existência do afeto, verifica-se a presença de um cálculo econômico da possibilidade da alforria, uma vez que, provavelmente a liberdade de Domingos seria financiada por ele mesmo, já que estaria incumbido de realizar “quatro capelas de missas”, isto é, quatro lotes de 50 missas a partir do dia do falecimento do sargento, isso num período de quatro anos.

Nota-se a presença de relações permeadas por negociações, pactos ou alianças que resultariam em benefícios para ambos os lados. E um exemplo de que tais relações iam além da família nuclear pode ser apreendido através do quadro presente no anexo C. Pode-se perceber uma gama variada de pessoas envolvidas na elaboração do inventário, sendo que muitas delas ocupavam cargos importantes. Eram juízes, escrivães, tabeliães, além de avaliadores, partidores, tutores, e curadores. É interessante observar que estas pessoas estabeleciam intensos vínculos de amizade entre si.

Note-se que o alferes Nicolau Rodrigues dos Santos teve seus bens inventariados no ano de 1787. No ano de 1783 aparece como testemunha do inventário do sargento mor Luís Peixoto Viegas. É notável também a ligação deste último com o tenente Felipe Leite Ferreira, que foi testamenteiro e inventariante do mesmo no inventário de 1783, além de também aparecer, na condição de seu curador, em razão de se encontrar em estado de demência (“inventário da demência”, 1783).

As ações desses indivíduos no sertão do Rio Piranhas apontam para o predomínio de um conjunto de elementos que faziam parte da Cultura Política de então. Destarte, se deve

considerar que foram as relações de amizade, fidelidade e honra que se apresentaram como elementos formadores da Cultura Política no sertão. Esta mesma Cultura Política convergiu a favor da criação “de uma visão comum da vida em sociedade, de uma leitura coletiva em termos gerais tanto do passado quanto do futuro” (GOUVÊA & SANTOS, 2007, 93).

O sertão não se tratava, nesta temporalidade, de um lugar desabitado, mas de um lugar onde muitas pessoas estavam estabelecendo seus contatos, pessoas que viviam em constante movimento, interagindo no meio social, estabelecendo relações de amizade com pessoas próximas ou mesmo que estivessem, porventura, distanciadas.

4.5 DISPUTAS E RIVALIDADES NO SERTÃO

Evidentemente, as relações no sertão não foram apenas amistosas, e as disputas e rivalidades entre os magistrados também foram uma constante no sertão do Rio Piranhas, originando uma situação instável entre os mesmos. No cerne dessas questões estavam interesses variados, e todos eles apontam para um objetivo maior: a busca por cabedal. Ao que tudo indica, no sertão verifica-se que o enlace entre riqueza e poder também foi característico (SCHWARTZ, 2011, p. 147-161). Muitos foram os conflitos entre os magistrados e responsáveis pela administração da capitania.

Veja-se um exemplo: no dia 13 de novembro de 1780, Sebastião Lopes Vidal procede com um requerimento demandando à rainha D. Maria I que lhe fosse feita justiça, admitindo seu contrato de arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Piancó, que lhe foram sequestrados, junto com dois de seus escravos, tratava-se de uma pena de acusação, pois o indivíduo fora responsabilizado de crime de morte pelo governador da Paraíba, Jerônimo José de Mello e Castro. Veja-se o relato:

Diz Sebastião Lopes Vidal, q. Rematando o Contrato dos Reais Dízimos da Ribeira do Piancó e Vila do Pombal na capitania de Pernambuco, em nome de Jose Pereira Lima, e quantia de 1.933\$500 por três anos, q havião de principiar em 1º de Janeiro de 1778 e findar em o último de Dezembro de 1780, assignou o Suplicante a fiança que foi escrita e aprovada em junho, [ilegível], pagando logo 111\$020 de propinas do [ilegível] com q ficou solida a dita Rematação e propios do suplicante os interesses dele porem como no Governador [?] e Capitam General duravao os desejos de destruir o Suplicante sucedendo pasado algum tempo acharce morto em uma estrada Gaspar de Almeida Gadelha mandou logo o mesmo Governador ordenar ao ouvidor da Paraíba para prender o Suplicante e proceder a Devaça em q. foi fácil pronunciar ao Suplicante fazendo dele arrebatada e injusta Remessa [...]

Seja servida mandar declarar, que a Rematação do sup^licante tenha seu devido efeito [...]⁶⁶

São conhecidos também os conflitos em que se envolveu Francisco de Arruda Câmara, capitão mor da vila de Pombal. Há informação de que no dia 28 de abril de 1786, o governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro procedeu com um ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, no qual informava sobre as tiranias do referido capitão mor e suas agressões contra Antonio Pereira Nunes⁶⁷.

De modo semelhante, o mesmo governador da Paraíba, no dia 4 de junho de 1786, elaborou um ofício destinado ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando da violência praticada pelo capitão mor da vila de Pombal, Francisco de Arruda Câmara, sem que o governador e capitão general de Pernambuco José César de Meneses, tome alguma providência; e queixando-se dos crescentes descaminhos realizados na Fazenda Real⁶⁸.

Enfim, tais exemplos deixam clara a dinâmica das relações sociais no sertão, marcadas por vínculos de amizade e de conflitos. Como se mostrou ao longo deste trabalho, estes componentes foram importantes na constituição de uma Cultura Política de Antigo Regime que vigorou no sertão.

⁶⁶ AHU_ACL_CU_014, Cx. 27, D. 2080.

⁶⁷ AHU_ACL_CU_014, Cx. 29, D. 2151.

⁶⁸ AHU_ACL_CU_014, Cx. 29, D. 2154.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, finalmente é preciso considerar que é possível chegar a algumas conclusões significativas. Em primeiro lugar, é possível afirmar que as fontes documentais existentes em arquivos cartoriais e judiciários da cidade de Pombal, no sertão do estado da Paraíba, são potencialmente preciosas para o estudo dos patrimônios materiais das famílias sertanejas na segunda metade do século XVIII, momento em que a nomeada Guerra dos Bárbaros já tinha terminado e a “paz” com os “bárbaros” fora estabelecida. Nesse sentido, a colonização do sertão era uma realidade, a sociedade sertaneja estava delineada e já era possível perceber os patrimônios constituídos.

Além disso, esses documentos eram muito importantes no âmbito do estudo sobre a Cultura Política de Antigo Regime, pois estavam inseridos num circuito político e burocrático que provavelmente permitia a intervenção dos que possuíam o governo e a propriedade da terra (capitães-mores, alferes, sargentos mores, coronéis etc.) em favor de seus interesses particulares. Provavelmente, as diversas etapas presentes ao longo da elaboração de um inventário, por exemplo, permitia a ação dos magistrados no sentido de manipular as informações que compunham o documento, de modo a obterem vantagens.

Foi possível compreender que a constituição de um segmento social detentor do poder e da riqueza, que emerge nos inventários, resultou do processo de conquista do sertão (que envolveu a “Guerra dos Bárbaros”), marcado por uma dinâmica cuja lógica se baseava no sistema de mercês e privilégios, sistema este que assinalou o sistema político em Portugal durante os séculos XVII e XVIII (GONÇALVES, 2007, p. 150). Nesse sentido, em troca do apoio no empreendimento de colonização, a Coroa fez uso de recursos humanos e financeiros e favoreceu os seus súditos cedendo cargos, terras, rendas e outras benesses (RICUPERO, 2009, p. 13). Os colonizadores envolvidos nos conflitos foram recompensados com sesmarias por seus serviços no combate aos povos indígenas.

Outra constatação que emerge do corpus documental se expressa no fato de que os legados apresentados nos inventários apontam para o predomínio de famílias vivendo sem muitos luxos, mas cuja Cultura Política baseada nas relações de amizade, disputas, solidariedade, reciprocidade e honra proporcionava às mesmas o desejo de ascender na hierarquia social, acumulando bens que seriam transmitidos a seus herdeiros.

Assim, é possível acreditar que alguns elementos que faziam parte da cultura material desses indivíduos eram responsáveis por proporcionar aos mesmos uma condição de “distinção”. Possuir algumas cabeças de gado, terras, onde se desenvolvia a criação de

animais e o cultivo de víveres permitia a essas famílias apresentarem-se de modo “distinto” dos demais, que não dispunham desses meios. Assim, a base fundamental da constituição dos patrimônios sertanejos naquele momento eram esses bens.

Destaque-se que além de indicar a feição da mentalidade religiosa, marcada por medos, anseios e preocupações. O momento da morte, caracterizado pelo ritual e pela cerimonialidade, revela também os investimentos que eram realizados pelas pessoas nessa ocasião, com a realização de missas e solenidade no momento do sepultamento. Destarte, a ocasião que precede a morte possibilita também compreender as condições materiais dessas famílias.

Ficaram evidentes as conexões entre os habitantes do sertão do Rio Piranhas com outros indivíduos e, portanto, com outras praças em espaços próximos e distantes, revelando uma dinâmica que envolvia negócios entre essas pessoas. Tal dinâmica entre esses indivíduos (componentes da elite) permitia o estabelecimento de relações amistosas com outros integrantes dessa mesma elite, e também com segmentos sociais subalternos, a exemplo dos escravos.

Essa prática era fundamental, uma vez que dava legitimidade às ações desse grupo em virtude de ter a cumplicidade daqueles que faziam parte do seu círculo de amizade e de seus esquemas de poder. No entanto, é possível que o não cumprimento das obrigações que deveriam se recíprocas fosse responsável por alterações na forma como se compunham as redes relacionais, fazendo despontar um clima caracterizado por disputas e rivalidades.

Por fim, a pesquisa possibilitou a compreensão de que relações amistosas e também rivalidades caracterizavam as ações dos detentores do poder, ou seja, esses componentes também tiveram importância fulcral na configuração da Cultura Política predominante no período em questão.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

a) Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB

INVENTÁRIO de Damiana de Sousa, 1783.

INVENTÁRIO de Luis Peixoto Viegas, 1783.

INVENTÁRIO de Luis Peixoto Viegas, 1783. (“Inventário da Demência”).

TESTAMENTO de Luis Peixoto Viegas, 1783.

INVENTÁRIO de João Pereira da Silva, 1783.

INVENTÁRIO de Jose Gonçalves Ferreira, 1784.

TESTAMENTO de Jose Gonçalves Ferreira, 1781.

INVENTÁRIO de Jose Alves Barreto, 1785.

INVENTÁRIO de Antonia Leandra da Conceição, 1785.

INVENTÁRIO de Joana Monteiro, 1786.

INVENTÁRIO de Luzia Barbosa, 1786.

INVENTÁRIO de Nicolau Rodrigues dos Santos, 1787.

INVENTÁRIO de Maria Francisca, 1793.

INVENTÁRIO de Pedro Pereira de Lucena, 1793.

INVENTÁRIO de Francisco da Silva Passos, 1795.

INVENTÁRIO de Manoel Joaquim, 1796.

INVENTÁRIO Izabel Maria, 1799.

b) Cartório De 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis Coronel João Queiroga, Pombal – PB

➤ LIVRO DE NOTAS 1794

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz Francisco Pereira de Sá e Agostinho de Araújo, 1794.

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz D. Tereza de Jesus Maria, 1794.

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz D. Anna Luzia da Ressurreição, 1794.

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz Joanna Dias, 1795.

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz José Bernardo dos Santos e Antonio Francisco de Sá, 1794.

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz Antonio Alves de Oliveira, 1795.

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz Manoel de Silva, 1795.

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz João de Freitas da Costa, 1795.

c) Arquivo Histórico Ultramarino

AHU_ACL_CU_014, Cx. 29, D. 2151

AHU_ACL_CU_014, Cx. 29, D. 2154.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 27, D. 2044.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 27, D. 2080.

FONTES IMPRESSAS

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial e os Caminhos do Povoamento do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba – Tomo I*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

_____. *História da Paraíba* - Vol. II. 3. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ANTONIL, João Andreoni. *Cultura e Opulência do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989.

GANDAVO, Pêro de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Disponível em: <www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/oliteraria/379.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2012.

MACHADO, Maximiano Lopes. *Historia da Província da Parahyba*. Cidade da Parahyba: Imprensa Official, 1912.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros/eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 08 set. 2012

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba* - Vol. 1. 2. ed. facsimilar João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

_____. *Datas e notas para a História da Paraíba* - Vol. 2. 2. ed. facsimilar João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Paraíba* – Vol. I. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

_____. *Apontamentos para a história territorial da Paraíba* – Vol. II. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

LIVROS

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore. Bauru: EDUSC, 2006.

BOXER, Charles. *O império marítimo português(1415-1825)*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CADIOU, François *et al.* *Como se faz a História: historiografia, método e pesquisa*. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: as artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Disponível em: <www.fcrondonia.com.br/livros/CERTEAUMichel.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013.

CYMBALISTA, Renato. *Sangue, ossos e terras: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2011.

CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DUBY, Georges. *Para uma História das mentalidades*. Tradução de Amélia Joaquim. Lisboa: Terramar, 1999.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERNANDES, Irene Rodrigues & AMORIM, Laura Helena Baracuhy. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1999.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. *Capitania Real da Paraíba: bases históricas da sua formação econômica (1574-1799)*. João Pessoa: NDIHR-UFPB, 1991.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro *et al* (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 12.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Relações de força: História, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na capitania da Parayba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.

- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, região & globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *Às vésperas do Leviathan: Instituições e poder político – Portugal, século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. 2. ed. facsimilar. Brasília: Thesaurus, 1977.
- KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luis da Câmara Cascudo. 12. ed. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEAL, José. *Itinerário histórico da Paraíba*. 2. ed. João Pessoa: FUNCEP; A União, 1985.
- MACHADO, Maximiano Lopes. *Historia da Provincia da Parahyba*. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial, 1912.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – Vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Presença. s/d.
- MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 3. ed. João Pessoa: A União/ SEC, 1994.
- MEDEIROS, Maria do Céu & SÁ, Ariane Norma de Menezes. *O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1999.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- NOVAIS, Fernando A. (dir.) & SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Vol. 1 - cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na Crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007.
- PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- PRADO, J. F. de Almeida. *A conquista da Paraíba (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530 – c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal superior da Bahia e seus desembargadores (1609-1751)*. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SEIXAS, Wilson. *O velho arraial de Piranhas (Pombal)*. 2. ed. rev. e ampl. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: editora da UNESP, 2005.

SILVEIRA, Marco Antonio. *Universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentista (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa* – Vol. 1: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Tradução de Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. revisada. Brasília: Editora da UnB, 2008.

ARTIGOS, CAPÍTULOS DE LIVROS E TEXTOS DE ANAIS

AMADO Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995, p. 145-151. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 06 mar. 2012.

BARROS, Jose D' Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educare Et Educare*. Revista de Educação. Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, n. 7, 2009, p. 147-162. Disponível em: < e-revista.unioeste.br/index.php/educareeteducare/article/.../2550 >. Acesso em: 21 mai. 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e História da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: SIRINELLE, Jean-Françoise; RIOUX, Jean Pierre (Orgs) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa. 1998.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CAVALCANTI, Irenilda R. B. R. M. Rede social e estratégias de ascensão: cartas de Martinho de Mendonça para a corte de D. João V. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). *Espelhos deformantes: fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 273-294.

CEBALLOS, Rodrigo. Veredas sertanejas da Parahiba do Norte: a formação das redes sociais, políticas e econômicas no Arraial de Piranhas (século XVIII). In: XXVI Simpósio Nacional de História Anpuh: 50 anos. 2011, São Paulo. *Anais*. São Paulo: 2011, USP, p. 1-10. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/>. Acesso em: 04 jan. 2013.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7-25.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a Cultura Política do Antigo Regime. In: *Almanak Braziliense* nº 2, nov. 2005 p. 21-34. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/almanack_02_1322177644.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2012.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos, e dos ditos: História e Cultura Histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 16, jan./ jun. 2006, p. 83-102.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e Cultura Histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 89-110.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português (1688-1735). *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 8, Jan./Jun. 2004.

_____. & SANTOS, Marília Nogueira dos. Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 89-110.

HELLER, Reginaldo Jonas. Um encontro marcado: o uso de testamentos, inventários e cartas no estudo da identidade das relações entre judeus e negros no Caribe nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). *Espelhos deformantes: fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 295-312.

HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 165-167.

_____. Depois do Leviatã. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, IEB – USP, n. 5, 2007, p. 55-66.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.133-161.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* Belém. V. 6. p. 11-23, 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1.pdf>. Acesso em: 06 out. 2012.

MACHADO, Maximiano Lopes. História da Parahyba do Norte. *Revista do IHGP*, João Pessoa, n. 01.

MARIUTI, Eduardo B.; NOGUERÓI, Luiz Paulo F.; DANIELE NETO, Mário. *Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino* In: Estudos Econômicos, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 369.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos – América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 403-434.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. *Bárbaras Guerras: povos indígenas nos conflitos e alianças pela conquista do sertão nordestino colonial*. Disponível em: < www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RPMedeiros.pdf >. Acesso em: 12 nov. 2012.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Aparente e essencial: sobre a representação do poder na Época Moderna. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 519-538.

OLIVEIRA Ricardo de. Ficção, ciência, história e a invenção da brasilidade sertaneja. *Ipotesi*. Disponível em: <www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/Ficção-ciência-história1.pdf>. Acesso em: 05/07/2012.

PEREIRA, Ana Luiza Castro. Lençóis de linho, pratos da Índia e brincos de Filigrana: vida cotidiana numa vila mineira setecentista. *Est. Hist.* Rio de Janeiro, v. 24, nº 48, p. 331-350, jul/dez 2011. Disponível em: < bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/.../2344 >. Acesso em: 21 fev. 2012.

PEREIRA, Talita Vidal. As contribuições do paradigma pós-estruturalista para analisar as políticas curriculares. *Espaço do Currículo*. v. 3. nº 1. p. 419-430, mar/set, 2010. Disponível em: <www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/download/9102/4790>. Acesso em: 10 outub. 2012.

SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a história do sertão da Paraíba. *Revista do IHGP*, João Pessoa, n. 21.

SILVA, Janice Correa da & SILVA FILHO, Osmar Luiz da. O avesso do Silêncio: as fontes documentais do Alto Sertão paraibano nos setecentos. In: Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Diálogos interdisciplinares. I, 2009, Campina Grande. *Anais*. Campina Grande: UFCG, 2009, p. 1-8. CD – ROM.

SILVA, Janice Correa da & SILVA FILHO, Osmar Luiz da. O avesso do Silêncio: os lugares da escrita no Alto Sertão Paraibano. In: VI congresso de Iniciação Científica da UFCG: Ciências e Sociedade no século XI: O Papel da Iniciação Científica. *Anais*. Campina Grande: UFCG, 2009, p. 1-7. CD – ROM.

SILVA, Kalina Vanderlei. O imaginário barroco mestiço: cerimônias públicas nas vilas açucareiras do Nordeste do Brasil (séculos XVII-XVIII). *Portuguese Studies Review*, Peterborough, Ontario, Canada, Trent University, vol. 14, n. 1, 2007, p. 187-203.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Cultura histórica em representações sobre territorialidades. *Saeculum-Revista de História*, n. 16, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, jan./jun. 2007.

SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a formação do Estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Viana. Conpendi. *Anais*. Disponível em: <www.conpedi.org.br/manaus/.../Daniel%20Barile%20da%20Silveira...>. Acesso em: 02 set. 2012.

SOARES, Maria Simone Moraes & MOURA FILHA, Maria Berthilde. Historiografia e documentação: considerações sobre o sertão de Piranhas da capitania da Paraíba Setecentista. In: 2º Seminário Íbero-Americano: Arquitetura e Documentação. *Anais*. Belo Horizonte, 2011, CD – ROM.

SOUSA, Avanete Pereira de. Manifestações locais da crise do Antigo Sistema Colonial? (o exemplo das câmaras municipais da Capitania da Bahia). In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 301-317.

STANCZYK FILHO, Milton. Instrumentos de pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários *post-mortem*. In: V Jornada Setecentista, Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. *Anais*. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/...>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

TESES E DISSERTAÇÕES

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.prg.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/images/...pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

CARLOS, Érika Simone de Almeida. *O fim do monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 08 mai. 2012.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006. Disponível em: <www.geociencias.ufpb.br/posgrad/.../paulo_henrique_guedes.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2012.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó* (Séc. XVIII). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador 1760-1808*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação, fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Parahyba* (1647-1755). Tese (doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. *Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009. Disponível em: <<http://www.prpg.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/images/...pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

MOTA, Antonia da Silva. *A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp133695.pdf>> . Acesso em: 20 set. 2012.

PAIVA, Yamê Galdino de. *Capitania da Paraíba: população e circuitos mercantis na virada para o século XIX*. Monografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

_____. *Vivendo à sombra das leis: Antonio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. (1787-1802)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2012_mest_yame_paiva.pdf. Acesso em: 29 nov. 2012.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. “*As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila – Família e propriedade no Nordeste colonial*”. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/>> . Acesso em: 20 jan. 2012.

SILVA, Kalina Wanderley Pinto da. *Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/teses/...pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

SOUZA, George Félix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tesis (Doctorado en Fundamentos de la Investigación Histórica). Universidad de Salamanca. Salamanca, 2007. Disponível em: <http://www.cebusal.es/images/tesis/indice_george.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2003.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Crítico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo (sic), Rethorico, Rústico, Romano, Symbolico, Synonymico, Syllabico, Theologico, Terapteutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, AUTORIZADO COM EXEMPLOS DOS MELHORES ESCRITORES PORTUGUEZES, E LATINOS; E OFFERECIDO A EL REY DE PORTUGUAL, D. JOÃO V, PELO PADRE D. RAPHAEL BLUTEAU CLERIGO REGULAR, DOUTOR NA SAGRADA Theologia, Prêgador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & Calificador no sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa*. Coimbra: No Collegio das Artes da

Companhia de JESU Anno de 1712. Com todas as licenças necessárias. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/capela/>>. Acesso em 08 out. 2011.

NUNES, E. Borges. *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. 3. ed. Lisboa: FL, 1981.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita *et al.* *Paleografia e fontes do período colonial*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP, 1986.

Anexo A - Ficha de coleta de dados dos inventários

Natureza do Documento					
Inventário (X)	Testamento ()	Auto de Justificação de Contas ()	Leilão/Arrematação ()	Outro ()	

Cartório/Fórum		Livro/Caixa/Março			
Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB					
Guarda	Suporte	Início do Inventário	Término do Inventário	Com Testamento	Data do Testamento
		1787		Não	
Observações:					

Do indivíduo						
INVENTARIADO/TESTADOR: Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos						
SEXO	COR	IDADE	LIVRE	ESCRAVO	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
Masculino			X			
PROFISSÃO/QUALIDADE		RESIDÊNCIA	FILIAÇÃO			FALECIDO
Alferes			Pai :			Sim
			Mãe:			

1ª NÚPCIAS			
CONJUGE ?			
IDADE	COR	PROFISSÃO/QUALIDADE	FILIAÇÃO ?
2ª NÚPCIAS			
CONJUGE ?			
IDADE	COR	PROFISSÃO/QUALIDADE	FILIAÇÃO ?
		?	

DOS HERDEIROS

HERDEIROS	RELAÇÃO C/ O INVENTARIADO	CONJUGE	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO/ QUALIDADE	DOTES E DOAÇÕES	
				VALOR TOTAL		

DOS BENS

IMÓVEIS		
DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR
01 morada de casas de taipas	Na vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso	50\$000
01 sítio de terras com três léguas de comprido e uma de largo	No rio Piancó	200\$000
01 data de sesmaria de data de sobra da terra [...]	*	100\$000
01 data de sesmaria de terras três léguas de comprido e uma de largo	No sítio chamado da conceição nas cabeceiras do rio Piancó	200\$000
01 data de sesmaria de sobra	No sertão chamado Conceição	100\$000
01 parte de terras	*	700\$000
01 sitio de criar gados chamado Flores	*	600\$000
VALOR TOTAL		1.950\$000

ESCRAVOS								
Nome	Estado civil	Sexo	Idade	Cor	Nação	Habilidade	Moléstia	VALOR
Catharina	*	*	*	*	Do gentio de Angola	*	*	60\$000
Constancia	*	*	05 anos [?]	*	*	*	*	20\$000
Severina	*	*	07 anos	Mulata	*	*	*	60\$000
Francisco	*	*	13 anos	Crioulo	*	*	*	70\$000
Anna	*	*	13 anos	Mulata	*	*	*	100\$000
Damázia	*	*	30 anos	Mulata	*	A qual sabe cozer	*	80\$000
Antonio Jose	*	*	*	Negro	Do gentio de Angola	*	Doente gravemente [?]	80\$000
Pedro	*	*	25 anos	Preto	Do gentio de Angola	*	*	100\$000
Antonio	*	*	50 anos	*	Do gentio de Angola	*	*	50\$000
José	*	*	20 anos	Crioulo	*	*	*	100\$000
Damiana	*	*	03 [?] anos	Crioula	*	*	*	30\$000
Joanna	*	*	12 anos	Crioula	*	*	*	60\$000
Thomazia [?]	*	*	30 anos	Crioula	*	*	*	60\$000
VALOR TOTAL						870\$000		

ANIMAIS		
ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR
<i>Vacum</i>	2057	4.799\$000
<i>Cavalar</i>	72	370\$000
<i>Cabrum</i>	*	*
<i>Muar</i>	*	*
VALOR TOTAL		5.169\$000

MÓVEIS DOMÉSTICOS		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
01 caixa pequena com sua fechadura	*	2\$000
01 mesa	Velha	3\$000
01 caixa com fechadura	*	2\$000
01 canastra	Velha	\$640
01 [?]	Velho	6\$000
VALOR TOTAL		13\$640

UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
07 colheres de prata	*	4\$900
VALOR TOTAL		4\$900

OBJETOS DE USO PESSOAL		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
01 fivela de prata de pescoço	*	(não identificado)
01 vestido novo e 01 calção	*	25\$000
01 vestido de drugueta cor de rosa com meios quartos dos mesmos outros, meios quartos de vestias pertencentes ao mesmo vestido	Já usado	6\$000
01 par de meias de seda	Velho	\$640
(não identificado)	*	23\$000 [?]
01 par de fivelas de prata de meia cana	*	2\$200
VALOR TOTAL		56\$840

BENS PROFISSIONAIS, ARMAS, INSTRUMENTOS DE TRABALHO		
DESCRIÇÃO	ESTADO	VALOR
01 espadim de prata	*	5\$950
01 espora de prata com sua fivela da mesma	*	1\$950
01 ferro	*	4\$800

01 ferro de cobre	*	1\$490
01 foice grande	*	\$320
01 foice	*	\$240
01 facão	*	\$400 [?]
02 machados	Velhos	\$480
01 machadinho	*	\$120
03 machadinhos iguais	Novos	1\$920
06 enxadas	Velhas	\$960
01 enxada	Em bom uso	\$640
01 enxada	*	\$640
04 dedos [?] novos	*	2\$560
01 espingarda	Velha	4\$000
01 espingarda	*	3\$000
01 sela com meia pregaria com seus estribos de ferro	Velha	6\$000
03 cangalhas	Velhas	\$600
	VALOR TOTAL	36\$070

DAS DÍVIDAS		
ATIVAS		
DEVEDOR	NATUREZA	VALOR
Dona Maria (moradora no rio da Paraíba)	*	27\$000
(não identificado)	*	29\$000 [?]
	VALOR TOTAL	29\$000

DAS DÍVIDAS		
PASSIVAS		
CREDORES	NATUREZA	VALOR
*	*	*
	VALOR TOTAL	*

PARTILHA			
Nome dos beneficiados	Relação c/ o inventariado	Profissão/qualidade	Valor
Reposição da devoção	*	*	31\$480
Meação [?]	*	*	4091\$021
Sufrágios	*	*	72\$000
Herdeira Antonia Roza	*	*	700\$754
Herdeiro Nicolau Reis [?]	*	*	700\$754
Herdeiro Jose Pereira	*	*	700\$754
Herdeiro João Reis [?]	*	*	700\$754
Francisca [?]	*	*	700\$754
Herdeiro Jose	*	*	700\$754
Observações:			

Anexo B - Requerimentos de Terras Transcritos na Obra de João de Lyra Tavares

ANO	REQUERENTE	LOCAL	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO	OUTRAS INFORMAÇÕES
1750	Tenente Francisco Xavier das Chagas, morador no sertão do Piancó	Entre as terras chamadas de Santa Luzia, um saco com capacidade para nele se criarem gados, pelo meio do qual corre o rio das Piranhas e dentro da compreensão do dito sítio há no dito rio três poços e da parte do nascente tem um olho d'água		Terra para nela criar seus gados e plantar suas lavouras	Pretende alcançar data de sesmarias, principiando no olho d'água da parte do nascente a que chamam olho d'água da Pedra, atravessando o rio e buscando o outro olho d'água do poente chamado Mucambo. Foi feita a concessão, no governo de Antonio Borges da Fonseca.
1751	Simão da Fonseca Pita, morador na Bahia	Sítio de terras devolutas e desapropriadas no sertão das Piranhas, no riacho chamado do Baião		Para ciar seu gado <i>vacum</i> e <i>cavalar</i>	Foi feita a concessão, no governo de Antonio Borges da Fonseca.
1752	Capitão José Pereira da Costa	Sobras de terras no sertão das Piranhas nas proximidades de um olho d'água e de sua fazenda Bom Sucesso	Para se livrar de contendas	Para criar gados	Foi feita a concessão, no governo de Antonio Borges da Fonseca.
1753	Roza Maria	Data de sesmaria do sítio da Lagoa Bona-Boiji, (já possuía a terra a algum tempo mas estava sem documentos por onde conste do seu título)			Foi feita a concessão, no governo de Antonio Borges da Fonseca.
1754	Capitão-mor Manoel Cavalcante de Albuquerque e José Pinheiro de Almeida	Terras devolutas e desaproveitadas no rio Gurinhém		Para criar gados	Foi feita a concessão no governo de Luiz Antonio Lemos de Brito.
1755	Capitão Luiz da Costa Cabeceira	Sobras desaproveitadas nas proximidades de suas terras no Cariry	Para evitar contendas	Para criar gados	Foi feita a concessão no governo de Luiz Antonio Lemos de Brito.
1757	Rvdº Doutor Francisco Chavier de Viveiros e Oliveira	Sobras de terras devolutas no sítio da Vargem do Ovo de Piancó		Para lavouras e gados	Foi feita a concessão no governo de Luiz Antonio Lemos de Brito.
1758	Manoel Lourenço de Oliveira	Terras no Riacho Pimentel Sertão do Pahó		Para criar gado	Foi feita a concessão no governo de José Henrique de Carvalho
1759	Simão da Fonseca Pita, morador na cidade da Bahia	Terras incultas e desaproveitadas no sertão das Piranhas, nas proximidades do riacho Baijão	Descobriu a custo de sua fazenda	Para cultivar e criar gado <i>vacum</i> e <i>cavalar</i>	Foi feita a concessão no governo de José Henrique de Carvalho
1760	Gonçalo Ferreira da Costa	Terras incultas e devolutas nas proximidades de olhos d'água no sertão do Cariry		Para situar seus gados	Foi feita a concessão no governo de José Henrique de Carvalho
1761	Felippe de Santiago, morador em Piancó	Terra devoluta e desapropriada na ribeira do Piranhas		Para criar gados	Foi feita a concessão no governo de Francisco Xavier de Miranda Henriques
1762	Manoel Tavares Bahia	Sobras de terras na ribeira do Sabogy		Para criar gados	Foi feita a concessão no governo de Francisco Xavier de Miranda Henriques
1763	Thomaz de Araújo Pereira	Sobras de terras em Quintoraré		Para criar gados	Foi feita a concessão no governo de Francisco Xavier de Miranda Henriques
1764	Manoel Pereira de Carvalho cirurgião-mor de Infantaria	Sobras devolutas no sertão de Quinturaré		Para criar gados	Foi feita a concessão no governo de Francisco Xavier de Miranda Henriques

1765	Antonio de Araújo Frasão	Terras devolutas na serra da Borburema		Para plantar lavouras	Foi feita a concessão no governo de Francisco Xavier de Miranda Henriques
1766	Manoel Barbosa Reis, morador no sertão do Piancó	Quer o justo título de seu sítio de terras no sertão de Piancó		Terras de criar gado	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1767	Luiz Gomes de Albuquerque	Sobras de terras devolutas no sertão do rio do Peixe		Para criar gado	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1768	Francisco de Mello Leite	Sobras de terras			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1769	Padre José de Souza da Cunha e Lourenço Vieira Ferreira, moradores nas Piranhas	Terras no sertão das Piranhas		Para plantar	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1770	Victorino de Lucena Barros e Ignacio Paes de Souza, moradores no Piancó	Terras devolutas no sertão do Piancó e riacho chamado Minador		Para criar gados	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1771	Christovão da Rocha Pitta	Confirmação de título de terra no sertão de Piranhas		Terra de criar gados	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1773	D. Margarida Branca Ferreira	Quer justo título do sítio de criar gado no sertão do Cariry		Terra de criar gado	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1774	Antonio da Fonsêca e Araújo	Terras no sertão de Piancó nas proximidades do riacho da Onça		Para gados e lavouras	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1775	João Pereira	Terras devolutas em Pombal, sertão do Piancó		Para refúgio de seus gados	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1776	Antonio Alves de Lucena, morador no Piancó	Sobras de terras chamadas Cachoeira		Para criar gado	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1777	Manoel de Arruda Câmara filho de Francisco de Arruda Camara	Sobras de terras devolutas no Piancó			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1778	Francisco de Arruda Camara Junior, filho do capitão-mor Francisco de Arruda	Sobras devolutas na ribeira do Piancó		Para criar gado	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1779	Tenente João de Andrade de Medina e mariano de Souza	Terras devolutas no sertão do Piancó (três léguas de comprido e uma de largo)			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1780	Cristóvão da Rocha Pitta (morador na cidade da Bahia)	Sobras de terras nas ilhargas ao pé da serra do riacho das Piranhas e do estreito (três léguas de comprido e uma de largo)			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1781	Capitão Manoel Vieira de Mello	Um sítio na ribeira das Piranhas (três léguas de comprido e uma de largo)		Para gados	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro

1783	Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos	Terras nas cabeceiras do Piancó (três léguas)		Para seos gados	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1784	Sargento mor (morador no Piancó)	Terras devolutas no sertão do Piancó (três léguas)		Para crear e plantar	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1785	Theodosio Freire de Amorim	Terras devolutas entre o rio das Piranhas e uma serra de Francisco de Arruda Camara (três léguas)		Para crear e plantar	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1786	Antonio Gonçalves de Mello Junior	Terras devolutas no sertão Pombal (três léguas)		Para crear gados e plantar	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1787	Padre Manoel Ferreira da Casta e Antônio José de Miranda	Terras devolutas no sertão das Piranhas (três léguas de comprido e uma de largo)		Para criação de seos gados e culturas de lavouras	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1788	Francisco da Silva a Passos (morador na ribeira do Piancó)	Terras devolutas nas cabeceiras do riacho Conceição (três léguas)		Para culturas de lavoura	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1789	Ajudante Vicente Borges (morador no Recife)	Nova data de uma sorte de terras na ribeira das Piranhas termo da Villa do Príncipe	Por que não sabe onde para a data		Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1790	João Tavarez Muntz	Terras devolutas na ribeira do Piranhas de cima		Para seos gados	Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1791	Domingos Fernandes Carneiro e Antonio Rabello da Costa	Terras entre as ribeiras do Patú e Piranhas (três léguas de comprido e uma de largo)			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1792	Sebastião de Araújo e Silva, Joaquim de Amorim Ramos e José de Araújo e Silva	Terras de sobras nas cabeceiras do Piancó (três léguas de comprido e uma de largo)			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1794	José de Medeiros Soares	Terras devolutas entre as cabeceiras do Piancó pertencentes ao rio do Peixe (três léguas de comprido e uma de Largo)			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro
1795	Capitão mor Ignacio Bizerra Jacome	Sobras devolutas dos providos de Curimataú (três léguas de comprido e uma de largo)			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro.
1796	Antonio de Souza Rego (morador nas cabeceiras do rio Peixe, Villa de Pombal, no sítio do riacho Sipó)	Terras devolutas nas vizinhanças de seu termo (três léguas de comprido e uma de largo)			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro.
1797	Padre Pedro de Almeida de Azevedo Coutinho diz que Luiz Vaz de Carvalho, Manoel da Silveira Rosa e Antonio José da Silva	Terras pelo rio Parahyba acima para validar seu título (três léguas)			Foi feita a concessão no governo de Jeronymo Jose de Mello e Castro.

Anexo C - Pessoas envolvidas na elaboração de um inventário

INVENTARIADO	ANO	INVENTARIANTE	JUIZ	ESCRIVÃO	TUTOR/ CURADOR	TESTEMUNHAS	TABELIÃO	AVALIADORES	PARTIDORES
Sargento mor Luis Peixoto Viegas	1783	Tenente Felipe Leite Ferreira (testamenteiro e inventariante)	Licenciado Antonio Luiz da Pas	João Antunes Ferreira	Capitão Ignácio Francisco Xavier Pereira de Barros	Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos, Felipe Bento de Santiago, Jose Caetano, Jose Rodrigues da Silva.	João Antonio Pereira	Antonio Cordeiro [?], M[anue]l Car[neiro] de Mello	*
Sargento mor Luis Peixoto Viegas	1783	Domingos Peixoto (crioulo forro vaqueiro do dito e por morar em sua companhia e saber de todos os seus bens negócios)	Licenciado Antonio Luiz da Pas	Antonio Gonsalves de Mello	Tenente Felipe Ferreira (curador do demente Luis Peixoto Viegas)	*	*	O Licenciado João Antunes Ferrera e Manoel Carneiro de Mello	*
João Pereira da Silva	1783	Anna Pereira Barrera (inventariante meeira)	Licenciado Antonio Luiz da Pas	Antonio Gonsalves de Mello	Licenciado João Antunes Ferreira (curador)/João Paz Barreto (tutor)	*	*	Manoel Carneiro de Mello, licenciado João Antunes Ferreira	*
Damiana de Sousa	1783	Francisco Alves (inventariante meeiro)	Licenciado Antonio Luis de Pas	Antonio Gonsalves de Mello	Licenciado João Antunes Ferreira (curador)/ Pedro Pereira de Lucena (Tutor)	*	*	Manoel Carneiro de Mello João Antunes Ferreira	*
José Gonçalves Ferreira	1784	Capitão Manoel Ferreira da Fonseca Testamenteiro Inventariante	Licenciado Antonio Luis de Pas	Antonio Gonsalves de Mello	João Antunes Ferreira (curador)	*	*	João Antunes Ferreira e Manoel Carneiro de Mello	*
Antonia Leandra da Conceição	1785				Francisco da Costa Barbosa	*	*	*	*
Jose Alves Barreto	1785	Joam Phelipe de Oliveira (filho do defunto)	Licenciado Antonio Luis de Pas	Antonio Antunes dos Santos	João Antunes Ferreira (curador dos órfãos)	*	*	*	*
Joana Monteiro	1786	Alexandre Alves da Silva (esposo)	Licenciado Antonio Luis de Pas	Antonio Antunes dos Santos	Licenciado João Antunes Ferreira	*	*	João Antunes Ferreira; Francisco de Barros Passos	*
Luzia Barboza	1786	Francisca de Barros Passos	O juiz de órfãos o ajudante Francisco da Costa Barboza	João Antunes Ferreira	Domingos Pires de Oliveira	*	*	*	*
Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos	1787	Dona Anna Leite Ferreira (inventariante meeira)	Athanazio Nunes de Souza/Juiz ordinário e dos órfãos capitão Francisco Xavier de Sá Cavalcante	Antonio Antunes dos Santos	Antonio Rodrigues dos Santos (tutor do órfão Jose seu irmão)	Miguel Gomes Aranha, Manoel Ferreira da Nóbrega	*	*	Licenciado Antonio Luis da Pas, Jose de Barros de Albuquerque

Maria Francisca	1793	Felipe Borges Ferreira (esposado da inventariada)	Capitão Antonio José Ferreira da Nóbrega	Antonio Jose Soutto de Mello Barrozo	Tenente Felipe Borges Ferreira	*	*	João Antunes Ferreira; Francisco da Costa Barbosa	João Antunes Ferreira; Francisco da Costa Barbosa
Pedro Pereira de Lucena	1793	Antonio Pereira (filho do defunto)	Athanazio Nunes de Souza	Antonio Jose Soutto de Mello Barrozo	Bras Pereira de Sousa (irmão do inventariado)	*	*	*	*
Francisco da Silva Passos	1795	*	*	Francisco da Costa Barbosa	*	*	*	*	*
Manoel Joaquim	1796	Maria Pereira do Sacramento (esposa)	Ajudante Francisco da Costa Barbosa	Antonio José Soutto de Mello Barrozo	José [Maria] da Silva (curador)	*	*	*	*
Izabel Maria	1799	Luiz da Silva Pereira (esposado)	Manoel José de Faria	Policarpo Venâncio Borges	Euzebio Pereira da Silva (tutor dos seus netos)	*	*	Francisco da Costa Barbosa Junior; João Antunes Ferreira	José Rodrigues Seixas, Francisco da Costa [Barbosa] Junior

Anexo D - Roteiro da escrita de inventário (Inventário de Joana Monteiro)

- Abertura inicial
- Herdeiros
- Abertura propriamente dita
- Certidão
- Termo de avaliadores
- Certidão
- Descrição de bens
 - Título de dinheiro
 - Título de ouro
 - Título de prata
 - Título de cobre
 - Título de ferro
 - Título dos bens móveis
 - Título dos escravos
 - Título do gado *cavalar*
 - Título dos bens de raiz
 - Título das dívidas ativas
 - Dívidas passivas
- Termo de conclusão
- Termo de data
- Auto de partilha
- Termo de conclusão
- Termo de data
- Custos/autos de conclusão
- Para o Juiz
- Certidão
- Termo de entrega de bens

Anexo E - Transcrição integral do Inventário de João Pereira da Silva

Fórum promotor Francisco Nelson da Nóbrega
 Documento: Inventario
 Assunto: Bens de João Pereira da Silva
 Data: 1783
 Local: Vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso
 Descrição: Documento fotografado

[fl. 1.]

1 Auto de Inventario que mandou
 2 fazer o Juis de orfans Antonio Luis
 3 da Paz dos bens que ficaram por
 4 falecimento do defunto João Pe
 5 rere da Silva
 6 Inventariante Meeiro [?] [á margem direita] de Meto
 7 Anna Perera Barreira [?] [á margem direita] [rubrica]
 8 Erdeiros
 9 Maria de idade de 13 _____ Annos
 10 Pedro de idade de 12 _____ Annos
 11 Narciza de idade de 9 _____ Annos
 12 João de idade de 8 _____ Annos
 13 Quiteria de idade de 6 _____ Annos
 14 Leandra de idade de 5 morta [?] __ Annos
 15 Jiza de idade do Anno e Mes ____
 16 Pas dimo [?]
 17 [ilegível] do Espírito [?] Santo Como administra
 18 de sua Mulher Ana Perera
 19 Anno do Nascimento de nosso Senhor
 20 Jesus Cristo de mil ceteSentos e oiten
 21 ta e tres aos dois dias do mes de junho
 22 do dito Anno nesta nova villa de Pom
 23 bal de nossa Senhora do Bom Sucesso
 24 Capitania da Paraíba do Norte em
 25 Cazas de morada do Juis de orfans o li
 26 cenciado Antonio Luis da paz onde Eu
 27 Escrivão de seo cargo ao diante no
 28 meado vim e sendo ahi mandou
 29 o dito Juis vir perante si ao Meeiro [?]
 30 Anna Perera Barrera viera o [?] que
 31 farão [?] de seo defunto Marido

[fl. 1v.]

1 Marido João Perera da Silva a quem
 2 o dito juis deferio o Juramento do San
 3 tos Evangelhos em hum Livro deles Sub
 4 cargo do qual lhe encarregou que bem
 5 e verdadeiramente declarou o dado
 6 falecimento do dito seo marido se
 7 morera com testamento Salemore [?] ou
 8 Sem de quantos erderos dexando em
 9 dantes ou decedentes aos bens que a
 10 via em seo cazal pardecidos [?] erd
 11 arem e Sendo por ele Recebido o dito
 12 juramento do [ilegível] dela assim o prome
 13 teo fazer e logo declarou que o defun
 14 to Seo marido falecera devendo [?] pen
 15 zanta a vinte e seis do mes de Abril
 16 deste prezente anno Sem testamento
 17 E que os erderos que avia dexado
 18 era os declarados no resto deste In
 19 ventario todos de Legitimo matri
 20 monio Exceto a Claudianna por ser
 21 filha natural e que prometia dar
 22 o Inventario todos os bens de seo cazal
 23 para se descreverem [?] como protesto de
 24 que a todo o tempo que se lembrou
 25 de mais Alguns de os dar o Inventario
 26 por não Concorrer nas pennas de sub
 27 negados e para constar mandou o di
 28 to Juis fazer este Auto em que so
 29 mente assignou de nome Inteiro Eu
 30 Antonio Gonsalves de Mello Escri
 31 vão de orfans o Escrevi
 32 [rubrica]

[fl.2.]

1 Termo [?] de avaliadores
 2 Aos dois dias do mes de junho de mil cete
 3 Sentos e oitenta e tres Annos nesta nova
 4 villa de Pombal de nossa Senhora do bom
 5 Sucesso capitania da Paraíba do Norte
 6 em cazas de moradas do juis de orfans o li
 7 cenciado Antonio Luis da Paz onde Eu
 8 Escrivão de seo cargo ao diante nomia
 9 do vim e sendo ahi mandou vir peran
 10 te si a Manoel Carneiro de Mello e ao
 11 licenciado João Antunes Ferreira a
 12 os quais deo o Juramento do Santos Evan
 13 gelhos em hu Livro deles Subcargo
 14 do coal lhe emcarregou que bem e verda

15 deiraMente avaliarem os bens deste
 16 Inventario conforme imtendecem
 17 Em Suas Conciencias as em assim
 18 prometera fazer debaixo do jura
 19 mento que Recebido tinha de que
 20 para constar mandou o dito Juis fa
 21 zer este termo em que com eles asig
 22 nou Eu Antonio Gonsalves de Mello
 23 Escrivao o Escrevi
 24 Antonio Luis da Pas João Antunes Ferreira
 25 Manoel Carneiro de Mello

[fl.2v.]

1 Termo [?] de curador
 2 Aos dois dias do mes de Junho de mil
 3 ceteSentos e trinta e tres annos nesta
 4 nova villa de Pombal de nossa Senho
 5 ra do bom Sucesso capitania da Para
 6 iba do norte em cazas de morada do
 7 Juis de orfans o licenciado Antonio
 8 Luis da Paz onde Eu escrivão de seu
 9 Cargo a diante nomeado vim e sem
 10 do ahi mandou o dito Juis vir peran
 11 te si ao licenciado João Antunes
 12 Ferrera a dar Juramentos do San
 13 tos Evangelhos em hu Livro deles Su
 14 bcargo do qual lhe emcarregou que
 15 bem e verdaderamente service de cú
 16 rador a estes orfans requerendo por
 17 eles tudo que faça a bem deles o
 18 que elle prometeo fazer debai
 19 xo do Juramento que Recebido tinha de
 20 que para constar mandou o dit o Juis fa
 21 zer este termo em que com ele assignou
 22 Eu Antonio Gonsalves de Mello Escrivão
 23 o Escrevi
 24 [rubrica] João Antunes Ferreira
 25 Certifico que por manda do ditto Juis de or
 26 fans o licenciado Antonio Luis da Paz
 27 [ilegível] em Sua própria pessoa e [ilegível]
 28 Inventariante Anna Perera Barrera
 29 [ilegível] Marido [?] de [ilegível] de treze annos e o
 30 erdero Pedro da Silva de doze Anno e o er
 31 dero [ilegível] das parte Santo como
 32 administrador de sua mulher Claudiana
 33 Por ordeno curador dos orfans menores o li
 34 cenciado João Antunes Ferreira para avali
 35 ação e partilhas deste Inventario de quantas

36 Se dara por entendidas [ilegível] Referindo na ver
 37 dade Pombal 2 de Junho de 1783
 38 D 200 reis Escrevi [?] [rubrica]

[fl. 3.]

1 Descrição dos bens
 2 Título [?] do dinheiro nada
 3 Título de ouro
 4 Declarou o Inventariante possuir o
 5 Seo cazal hu par de cadacos de ouro
 6 Com o pezo [ilegível] ava
 7 liado pellos avaliadores a coatroze tos
 8 tons cada [ilegível] que emporte dois
 9 dis mil e Sem reis com que Se Sae [à margem direita] 2\$100
 10 Título da prata nada
 11 Título do cobre
 12 Declarou mais o Inventariante pó
 13 suir o Seo cazal hum [ilegível]
 14 visto e avaliado pelos avaliadores em
 15 Seisentos e quarenta reis com que Se Sae [à margem direita] \$640
 22 Declarou mais o Inventariante
 23 Título da prata nada
 24 Título do cobre
 25 Declarou mais o Inventariante pó
 26 suir o seo cazal hum [ilegível]
 27 visto e avaliado pelos avaliadores em
 27 SeisSentos e quarenta reis com que Se Sae [à margem direita] \$640
 28 Título de ferro
 29 Declarou mais o Inventariante pó
 30 suir o seo cazal huá enxada em bom
 31 uso vista e avaliada pellos avaliado
 32 res em Seisentos e quarenta Reis com
 33 que Se Sae [à margem direita] \$640
 34 Declarou mais o Inventariante
 35 posuir o seo cazal outra enxada vê
 36 lha vista e avaliada pelos avalia
 37 dores em tresentos e vinte Reis com que
 38 Se Sae [à margem direita] \$320
 39 Declarou mais o Inventariante pó
 40 suir o seo cazal hum maxado vê
 41 lho visto e avaliado pelos avaliado
 42 res em duzentos e quarenta Reis com que
 43 Se Sae [à margem direita] \$240
 44 [à margem direita] 3\$940

[fl. 3v.]

1 [à margem esquerda] 6\$940 Declarou mais o Inventariante pó
 2 suir o Seo cazal hua faca a Rasto
 3 aparelhada de latão já velha vista
 4 e avaliada pelos avaliadores em
 5 [à margem esquerda] \$640 Seis Sentos e quarenta Reis com que Se Sae
 6 Declarou mais o Inventariante pó
 7 suir o Seo cazal hua espingarda vê
 8 vista e avaliada pelos avaliado
 9 [à margem esquerda] 3\$000 res em tres mil Reis com que Se Sae
 10 Título dos bens moveis
 11 Declarou mais o inventariante pó
 12 suir o Seo cazal hua Sela bastarda
 13 com seos estribos de ferro [ilegível]
 14 vista e avaliada pelos avaliadores
 15 [à margem esquerda] 3\$000 em tres mil Reis com que Se Sae
 16 Declarou mais o Inventariante po
 17 suir o Seo cazal hum arsão de sela
 18 [ilegível] visto e avaliado pelos
 19 avaliadores em des tostons com que
 20 [à margem esquerda] 1\$000 Se Sae
 21 declarou o Inventariante posuir
 22 o Seo cazal tres cangalhas vistas
 23 e avaliadas pelos avaliadores ha
 24 [] a quatroSentos e oitenta
 25 Reis que emporta mil e coatroSen
 26 [à margem esquerda] 1\$440 tos e quarenta Reis com que Se Sae

[fl. 4.]

1 Título [?] dos escravos
 2 Declarou mais o Inventariante po [à margem direita] 13\$020
 3 suir o Seo cazal hua escrava gaje [?]
 4 por nome Maria já velha vista e a
 5 valiada pelos avaliadores em Se
 6 senta mil Reis com que Se Sae [à margem direita] 60\$000
 7 Declarou mais o Inventariante posu
 8 ir o Seo cazal hua mulatinha xa
 9 mada Luiza de idade de Sete Annos
 10 vista e avaliada pelos avaliado
 11 res em Setenta mil Reis com que Se Sae [à margem direita] 70\$000
 12 Título de gado cavalar
 13 De cavalar digo Declarou mais o
 14 Inventariante posuir o Seo cazal
 15 vinte e hua cabesa de bestas de toda
 16 a sorte avaliada pelos avalia
 17 dores a quatro mil Reis cada cabe
 18 as que emportão oitenta e quatro

19 mil Reis com que Se Sae [à margem direita] 84\$000
 20 Declarou mais o Inventariante 277\$020
 21 posuir o Seo cazal hum cavalo

[fl. 4v.]

1 [à margem esquerda] 277\$000 pais de egoas avaliado pelos
 2 avaliadores em oito mil reis com que
 3 [à margem esquerda] 8\$000 Se Sae
 4 [à margem esquerda] 285\$020
 5 E por este modo pelo Inventariante
 6 foi dito que ele avia dado o In
 7 ventario todos os bens de Seo cazal a
 8 aqueles de que tinha noticia com[?]
 9 pelos [?] [ilegível] do que a todo tempo que
 10 tinha noticia de mais Alguns deles
 11 o Inventario por não Concorrer nas
 12 penas de Sunegados e pelos avali
 13 adores foi dito que eles avião a
 14 valiado todos os bens descritos nes
 15 te Inventario conforme inten
 16 derão em suas Conciencias de que
 17 para constar mandou o dito Juis
 18 fazer este termo em que assignou
 19 Com os avaliadores pelo Invent
 20 rante não saber escrever An
 21 tonio Gonsalves de Mello Escrivão
 22 o Escrevi
 23 [rubrica] João Antunes Ferreira
 24 Manoel Carneiro de Mello

[fl. 5.]

1 Termo [?] de concluzão
 2 Aos tres dias do mes de Junho de mil
 3 CeteSentos e oitenta e tres annos nesta
 4 nova villa de Pombal de nossa Senhora
 5 do bom Sucesso no meo escritorio fis estes
 6 autos concluzos ao Juis de orfans
 7 o licenciado Antoniol Luis da Paz
 8 de que para constar fiz este termo Eu
 9 Antonio Gonsalves de Mello Escrivão
 10 o Escrevi
 11 Os Partidores fação soma de toda a fazenda Invent
 12 riada e de todo o monte farão duas partes iguais dan
 13 do hua para a [ilegível] e outra para os er
 14 deiros do defunto da qual farão nove quinhoens igua

15 es para os nove erdeiros para os nove erdeiros [sic] declarados
 16 no monte [?] do Inventário; em que entra o funeral [?] do defunto
 17 declarada pela mesma [ilegível] e Satisfeito
 18 tornem os autos para Sentenciar a partilha [?] Pom
 19 bal 3 de Junho de 1783
 20 [rubrica]
 21 Termo de data
 22 Aos tres dias do mes de Junho de mil
 23 CeteSentos e oitenta e tres annos
 24 nesta nova villa de Pombal de no
 25 ssa Senhora do bom Sucesso Capita
 26 nia da Paraíba do Norte pello Juis de
 27 orfans o licenciado Antonio Luis da Paz
 28 me forão Dados este autos com a Sua
 29 determinação Supra que mandou Se
 30 Cumprice e goardei Como nela Se Con
 32 tem de que de tudo para assim contar
 33 a todo o tempo Referido fiz este ter
 34 mo eu Antonio Gonsalves de Mello Escrivão o Escrevi

[fl.5v.]

1 Auto de partilha
 2 Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cris
 3 to de mil CeteSentos e oitenta e tres annos
 4 tres dos mes de Junho do dito Anno nesta
 5 nova villa de Pombal de nossa Senhora do
 6 Bom Sucesso Capitania da Paraíba do
 7 Norte em cazas de morada do Juis de
 8 orfans o licenciado Antonio Luis da
 9 Paz onde Eu de seo Cargo ao di
 10 ante nomiado fui e Sendo ahi mandou
 11 o dito Juis vir perante si so avaliado
 12 res o licenciado Joao Antunes Fe
 13 rrera e Manoel Carneiro de Mello pa
 14 ra efeito de fazerem as partilhas dos bens
 15 deste Inventario [ilegível] mais
 16 erdeiros do mesmo e logo pelos ditos avalia
 17 dores foi feita a soma de toda a fazen
 18 [à margem esquerda] Monte da Inventariada e axarão todo o Monte
 19 [à margem esquerda] 285\$020 a quantia de duzentos e oitenta e Sinco
 20 mil e vinte Reis da coal quantia partida
 21 [à margem esquerda] Metade ao meio axarão [ilegível] Sento
 22 [à margem esquerda] 1424\$520 e quarenta e dois mil quinhentos e
 23 des Reis e outra tanto quantia para Se
 24 partir com os nove erderos e axarão ficar
 25 a cada hum quatro mil oitoSentos e
 26 trinta e quatro reis axarão ficar por
 27 Repartir Coatro Reis

28 Measâ da Measra Anna Perera
 29 Barrera da coantia de 142\$510
 30 Que lhe dão hum cavalo de Sela em Sua
 31 [à margem esquerda] 8\$000 avaliação oito mil reis com que Se Sae
 32 Qu e lhe dão hum par de cadaços em Sua
 33 [à margem esquerda] 2\$100 avaliação dois mil e Sem reis com que Se Sae
 34 Que lhe dão hum caco de cobre em Sua a
 35 avaliação SeisSentos e quarenta reis com
 36 [à margem esquerda] \$640 que Se Sae
 37 Que lhe dão hua enxada em sua avaliasam
 38 [à margem esquerda] \$640 SeiSentos e corenta Reis com que Se Sae

[fl.6]

1 Que lhe dão hua enxada em Sua avali
 2 asão tresentos e vinte Reis com que Se Sae [à margem direita] \$320
 3 Que lhe dão hum Machado em Sua avalia
 4 são duzentos e quarenta Reis com que Se Sae [à margem esquerda] \$240
 5 Que lhe dão hua faca de a Rasto em Sua ava
 6 liação SeisSentos e quarenta reis com que Se Sae [à margem direita] \$640
 7 Que lhe dão hua espingarda em sua ava
 8 liação tres mil Reis com que Se Sae [à margem direita] 3\$000
 9 Que lhe dão hua Sela bastarda [?] em Sua
 10 avaliasão tres mil Reis com que Se Sae [à margem direita] 3\$000
 11 Que lhe dão hum orsão de sela em sua ava
 12 liaçam mil Reis com que Se Sae [à margem direita] 1\$000
 13 Que lhe dão tres cangalhas em Sua ava
 14 liação mil coatrosentos e corenta
 15 Reis com que Se Sae [à margem direita] 1\$440
 16 Que lhe dão doze cabezas de gado vacuum
 17 em Sua avaliasam vinte e quatro mil
 18 Reis com que Se Sae [à margem direita] 24\$000
 19 Que lhe dão doze cabezas de bestas em Sua
 20 avaliasam quarenta e oito mil reis com [à margem direita] 48\$000
 21 que Se Sae [à margem direita] 40\$000
 22 Que lhe dão no valor da escrava Maria
 23 de Sua avaliasam quarenta e nove mil
 24 e quatroSentos e noventa reis com que Se Sae [à margem direita] 49\$490
 45 E por este modo ouve o dito Juis e perti
 46 dores [ilegível] cabeça de cazal por
 47 Enteitada de Sua de Sua [sic] Miasão
 48 da quantia de Sento e quarenta e dois mil
 49 quinhentos e des Reis e de tudo para
 50 constar atodo tempo o Referido fez
 51 este termo Eu Antonio Gonsalves de Mello
 52 Escrivão o Escrevi

[fl. 6v.]

1 Posão da erdera maria da
 2 quantia de 15\$834
 3 Que lhe dão hua cabeça de besta em Sua
 4 [à margem esquerda] 4\$000 avaliasão quatro mil Reis com que Se Sae
 5 Que lhe dão hua cabeça da gado em Sua ava
 6 [à margem esquerda] 2\$000 liasão dois mil Reis com que Se Sae
 7 Que lhe dão no valor da escrava Maria
 8 de Sua avaliasão nove mil oitoSen
 9 [à margem esquerda] 9\$834 tos e trint a e quatro Reis com que Se Sae
 10 E por este modo ouve o dito Juis e par
 11 tidores a esta erdera por emteirada de
 12 Sua porsão a quantia de quarenta mil
 13 oitoSentos e trinta e quatro Reis de que pa
 14 ra constar constar fiz este termo Eu Anto
 15 nio Gonsalves de Mello Escrivão o Escrevi
 16 Porsão do erdero Pedro da quan
 17 tia _____ de 154\$834
 18 Que lhe dão hua cabeça de besta em Sua
 19 [à margem direita] 4\$000 avaliasão coatro mil Reis com que Se Sae
 20 que lhe dão hua cabeça de gado em Sua
 21 [à margem esquerda] 2\$000 avaliasão dois mil Reis com que Se Sae
 22 Que lhe dão no valor da escrava Maria de
 23 Sua avaliasão SeisSentos e Setenta
 24 [à margem esquerda] \$676e Seis Reis com que Se Sae
 25 que lhe dão no valor da Mulatinha Lu
 26 zia de Sua avaliasão nove mil Sem
 27 [à margem esquerda] 9\$158 to e Sincoenta e oito Reis com que Se Sae
 28 E por este modo ouve o dito Juis e par
 29 tidores s esta erdera por emteirada da
 30 Sua porsão a quantia de quinze mil
 31 oitoSentos e trinta e quatro Reis de que
 32 para constar fiz este termo Eu

[fl.7]

1 Eu Antonio Gonsalves de mello Escri
 2 vão o Escrevi
 3 Porsão da erdera Narciza
 4 da quantia de 15\$834
 5 Que lhe dão hua cabeça de besta em
 6 Sua avaliasão quatro mil Reis com
 7 que Se Sae [à margem direita] 4\$000
 8 Que lhe dão hua cabeça de gado em Sua
 9 avaliasão dois mil reis com que Se Sae [à margem direita] 2\$000
 10 Que lhe dão no valor da mulatinha Lu
 11 zia nove mil oitoSentos e trinta e qua
 12 tro Reis com que Se Sae [à margem direita] 9\$834

13 E por este modo ouve o dito Juis e par
 13 tidores a esta erdera por emteirada da
 14 Sua porsão a quantia de quinze mil
 15 oitoSentos e trinta e quatro Reis de que
 16 para constar fiz este termo Eu Anto
 17 nio Gonsalves de Mello Escrivão o Escre
 18 vi
 19 Porsão do erdero João da
 20 quantia de 15\$834
 21 Que lhe dão hua cabeça de besta em
 22 sua avaliasão quatro mil Reis com
 23 que Se Sae [à margem direita] 4\$000
 24 Que lhe dão hua cabeça de gado em
 25 Sua avaliasão dois mil Reis com que
 26 Se Sae [à margem direita] 2\$000
 27 que lhe dão no valor da Mulatinha Lu
 28 zia nove mil oitoSentos e trinta e qua
 29 tro reis com que Se Sae [à margem direita] 9\$834

[fl.7v.]

1 E por este modo ouve o dito Juis e par
 2 tidores a esta erdera por emteirada da Sua
 3 porsão a quantia de quinze mil oitosen
 4 tos e trinta e quatro Reis de que para cons
 5 tar fiz este termo Eu Antonio Gonsal
 6 ves de Mello Escrivão o Escrevi
 7 Porsão da erdera Quitéria
 8 da quantia de 15\$834
 9 Que lhe dão hua cabeça de besta em Sua
 10 [à margem esquerda] 4\$000 avaliasão quatro mil Reis com que Se Sae
 11 Que lhe dão hua cabeça de gado em Sua
 12 [à margem direita] 2\$000 avaliação dois mil Reis com que Se Sae
 13 Que lhe dão no valor da Mulatinha Luzia
 14 se Sua avaliasão nove mil oitoSentos
 15 [à margem esquerda] 9\$834 e trinta e quatro Reis com que Se Sae
 16 E por este modo ouve o dito Juis e par
 17 tidores a esta erdera por emteirada da
 18 [S]ua porsão a quantia de quinze mil
 19 oitoSentos e trinta e coatro Reis de
 20 que para constar fiz este termo Eu
 21 Antonio Gonsalves de Mello Escrivão
 22 O Escrevi
 23 Porsão da erdera Leandra da
 24 quantiaa de _____ 15\$834
 25 Que lhe dão hua cabeça de gado em Sua
 26 [à margem esquerda] 2\$000 avaliação dois mil Reis com que Se Sae
 27 Que lhe dão hua cabeça de besta em
 28 Sua avaliasão coatro mil Reis

29 [à margem esquerda] 4\$000 com que Se Sae

[fl.8]

1 Que lhe dão no valor da Mulatinha
 2 Luzia de Sua avaliasão nove mil e
 3 oitoSentos e trinta e quatro Reis com
 4 que Se Sae [à margem direita] 9\$834
 5 Porsão do erdero Joze da qu
 6 antia de 15\$834
 7 Que lhe dão hua cabeça de besta em
 8 Sua avaliasão quatro mil Reis com
 9 que Se Sae [à margem direita] 4\$000
 10 Que lhe dãohua cabeça de gado
 11 em Sua avaliasão dois mil Reis
 12 com que Se Sae [à margem direita] 2\$000
 13 Que lhe dão no valor da Mulatinha
 14 Luzia em Sua avaliasão nove
 15 mil oitoSentos e trinta e quatro
 16 Reis com que Se Sae 9\$834
 17 E por este modo ouve o dito Juis e
 18 partodores a este erdero por em
 19 teirado de Sua porsão a quantia
 20 de quinze mil oitoSentos e trinta
 21 e quatro Reis de que para contar fiz
 22 este termo Eu Antonio Gonsalves de
 23 Mello Escrivão o escrevi
 24 Porsão do erdero Posdemo [?]
 25 Que lhe dão hua cabeça de besta em
 26 Sua avaliasão quatro mil Reis com
 27 que Se Sae [à margem direita] 4\$000

[fl.8v.]

1 que lhe dão hua cabeça de gado em Sua
 2 avaliasão dois mil Reis com que Se Sae [à margem direita] 2\$000
 3 Que lhe dão no valor da Mulatinha Luzia
 4 de Sua avaliação nove mil oitoSen
 5 tos e trinta e quatro Reis
 7 E por este modo ouve o dito Juis e
 8 partidores a esta erdera por emtei
 9 rada de Sua porsão a quantia de quin
 10 ze mil oitoSentos e trinta e quatro
 11 Reis de que para constar fiz este ter
 12 mo Eu Antonio Gonsalves de Mello
 13 Escrivão o Escrevi
 14 Porsão de que erdou Bonifa
 15 cio da quantia de 15 \$834

16 Que lhe dão hua cabeça de besta em
 17 Sua avaliação quatro mil Reis com
 18 [à margem esquerda] 4\$000 que Se Sae
 19 Que lhe dão Sinco cabeças de gado em
 20 Sua avaliação dois mil reis com que
 21 [à margem esquerda] 2\$000 Se Sae
 22 Que lhe dão no valor da Mulatinha Lu
 23 zia de sua avaliação mil oitoSen
 24 [à margem esquerda] 1\$834 tos e trinta e quatro Reis com que Se Sae
 25 E por este modo ouve o dito Juis e par
 26 tidores a este erdero por emteirado de
 27 Sua porsão a quantia de quinze mil
 28 oitocentos e trinta e quatro Reis de que
 29 para constar fiz este termo Eu Na
 30 tonio Gonsalves de Mello Escrivão
 31 o Escrevi digo termo em que assignou
 32 com os ditos partidores Eu Antonio

[fl.9]

1 Eu Antonio Gonsalves de Mello
 2 Escrivão o Escrevi João Antunes Ferreira
 3 [rubrica] Manuel Carneiro de Mello
 4 E Logo no mesmo dia mes e Anno
 5 declarado nesta nova villa de Pom
 6 bal de nossa Senhora do Bom Su
 7 cesso capitania da Paraíba do nor
 8 te no meo escritorio faço estes au
 9 tos concluzos ao Juis de orfans
 10 o licenciado Antonio Luis da
 11 Paz de que para constar fiz es
 12 te termo Eu Antonio Gonsal
 13 ves Escrivão o Escrevi
 14 Julgo as partilhas por Sentença que manda Sua [ilegível]
 15 e guarde como minha Sentença definitiva para o que in
 16 terponho minha autoridade e direito judicial por
 17 estarem Legitimamente adjudicados aos
 18 erderos com a igualdade que em [ilegível] Se [ilegível]
 19 o direito de cazar [?] em [ilegível] se notifique a Jô
 20 ão Paes [ilegível] da Cruz para assignar [ilegível]
 21 de tutoria e entrega de bens e pague ao Inventariante
 22 os custos [ilegível] o que a ca
 23 da hu tocar pagar. Pombal 4 de Junho de 1873
 24 erdara o [ilegível] fiança na [ilegível] deles tudo no
 25 [ilegível] de 30 [?] dias dia cem supra
 26 [rubrica]
 27 Aos trinta dias do mes de Junho de mil

[fl.9v.]

1 de mil CeteSentos e oitenta e tres
 2 Annos nesta nova villa de Pombal
 3 de nossa Senhora do Bom sucesso ca
 4 pitania da Paraíba do Norte no meo
 5 Escritorio pelo Juis de orfans o licen
 6 ciado Antonio Luis da Paz me fo
 7 ra dado estes autos com a Sua
 8 Sentença Retro que mandou se
 9 cumprice e goardace como nele
 10 Si [ilegível] de que para constar fiz es
 11 te termo Eu Antonio gonsalves de
 12 Mello Escrivão o Escrevi
 13 Custos do Escrivão
 14 Auttoante _____ \$060 [?]
 15 Certidão _____ \$200
 16 [ilegível] _____ \$025
 17 Auto de partilha _____ \$060 [?]
 18 Conclusão de fim _____ \$085
 19 Base _____ 1\$200
 20 _____ 1\$590
 21 Para o Juis
 22 Distribuição _____ \$080
 23 Do autto [ilegível] de juramento _____ \$600
 24 Partilha _____ 1\$000
 25 Para ambos os Avaliadores _____ 1\$200
 26 Para ambos os partidores _____ 1\$000
 27 _____ 3\$680
 28 Conta _____ \$080
 29 _____ 3\$760

[fl.10]

1 [ilegível]
 2 Aos vinte e dois dias do mes de Setembro
 3 de mil Settecentos e oitenta e tres annos
 4 nesta nova villa de Pombal de nossa
 5 Senhora do Bom Sucesso capitania
 6 da Paraíba do Norte em cazas de mora
 7 das do Juis de órfão o licenciado Anto
 8 nio Luis da paz onde Eu escrivão de Seo
 9 cargo ao diante nomiado vim e sendo
 10 ahi appareceo João Paz Barreto o qual
 11 foi notificado para asignar termo de
 12 Tutoria dos órfãos de João Pereira
 13 da Silva por ser nomiado na sentença
 14 Retro a qual lhe aferio o ditto Juis o Jura
 15 mento dos Santos Evangelhos em um livro

16 deles subcargo do qual lhe encarregou
 17 que bem e verdadeiramente servisse de Tu
 18 tor dos dittos órfãos zelando-os e educando-os
 19 e administrando-os como seu Tutor
 20 o que elle prometeo assim fazer debai
 21 xo do juramento que Recebido tinha
 22 e sugeitando-se as penas de tutor e Se
 23 desaforando do júizo de seu foro [?] e de to
 24 do os [ilegível] que a lei os pedisse e de
 25 ceno assim o disse mandou o ditto
 26 Juis fazer este auto em que com elle
 27 assignou Eu João Antunes Ferreira
 28 Escrivão o Escrevi
 29 [rubrica] João Pais Barreto

[fl.10v. em branco]

[fl.11]

1 Auto de Contas que mandou
 2 fazer o Juis de ofaos o aju
 3 dante Francisco da Costa Bar
 4 bosa para as Tomar o [ilegível]
 5 Pas Barreto tutor doa órfãos
 6 do defunto João Pereira da Silva
 7 Anno do nascimento de
 8 Nosso Senhor Jesus Cristo de
 9 Mil Settecentos e noventa
 10 Aos tres dias do mes de Julho
 11 do ditto anno nesta fazenda
 12 digo nesta nova villa de Pombal
 13 de Nossa Senhora do Bom
 14 Sucesso Comarca [?] da Paraiba
 15 do Norte em cazas de moradas
 16 do Juis de orfaos o ajudan
 17 te Francisco da Costa Barbosa
 18 onde eu Escrivão de seu
 19 cargo ao diante nomeado
 20 vim e Sendo ahi por cer
 21 Notificado João Pais Ba
 22 rreto tutor dos órfãos do de
 23 funto João Pereira da Silva
 24 Anno do nascimento de
 25 Nosso Senhor Jesus Cristo de
 26 para efeito de dar as suas
 27 contas da sua tutella [?]
 28 que dela [?] encarregado di
 29 go o ditto Juis de órfãos
 30 lhe deferio o juramento dos

31 Santos Evangelhos em hum
 32 Livro delles subcargos do
 33 qual lhe encarregou que
 34 bem everdadeiramente de
 35 clarava hela [?] em que

[fl.11v.]

1 Em que uns [?] em os ditos orfaos
 2 Com também os bens das
 3 Suas Legitimas e Recebido
 4 por elle o dito juramento de
 5 baixo delle assim prometeo
 6 Comprir como lhe hera em
 7 Carregado de que para cons
 8 tar mandou o ditto Juis fa
 9 zer este ter [?] Autto em que
 10 assignara Eu Francisco
 11 Pinto Brandão Escrivão
 12 de órfãos que os Escrevi
 13 [rubrica]
 14 Joao Pais Barreto
 15 Certifico que em com
 16 primento do mandado Retro
 17 ao Senhor Dezembargo [?] do
 18 me puder da câmara da Parochoa
 19 Cito em sua própria pessoa
 20 a João Pas Barreto tutor
 21 dos orfaos do defunto Jo
 22 ao Pereira da Silva por Laudo
 23 o conteúdo nelle declarado
 24 pas na verdade pombal 1
 25 oitubro 1790
 26 Em fé de verdade
 27 Francisco Pinto Brandão

[fl.12]

1 [ilegível] elle ditto Juis que [ilegível]
 2 tutor das contas de sua tutela que
 3 [ilegível] seis Annos e tantos que [ilegível]
 4 para câ de que tem declarado
 5 sua administração aos ditos or
 6 fãos
 7 bens separados para a her [ilegível]
 8 dera Maria da quantia de quin [à margem direita] 15\$834
 9 ze mil oitocentos e trinta e qua
 10 tro Reis

11 [ilegível] ditto
 12 Juis por declararme o ditto
 13 tutor que os quatro mil Reis [á margem direita] 4\$000
 14 Ajudando a estes órfãos por
 15 [ilegível]
 16 to atuava mais e que as suas
 17 [ilegível]
 18 Cobertura
 19 Aran mais elle ditto
 20 Juis por declaração do ditto
 21 tutor que os dois mil Reis [à margem direita] 2\$000
 22 Ao [ilegível] órfãos
 23 para Sua formal naca hua
 24 [ilegível] estava em [ilegível] e que os
 25 Seus Rendimentos delles ao
 26 ral apenas constara
 27 Axou
 28 Mais elle ditto Juis por declara
 29 ras do ditto tutor que os nove [á margem direita] 9\$834
 30 mil oitocentos e trinta e qua
 31 tro Reis Lisuduados auto or
 32 fáos por seu formal na es
 33 crava Maria betava em cer
 43 Sus vindo o mesmo órfão
 44 Axou mais elle ditto Juis por
 45 acharem o dito tutor que
 46 desta orfan não tenham os bens
 47 alguem de que dice contar Se
 48 não o que dos tenham em
 49 [ilegível]
 50 [ilegível]
 51 [olegível]

[fl.12v.]

1 Bens separados para o herdero
 2 [à margem esquerda] 15\$834 Pedro da quantia de quinze mil
 3 oitocentos e trinta e quatro Reis
 4 Axou mais elle ditto Juis
 5 por declaração do ditto tutor
 6 que os quatro mil Reis [ilegível]
 7 [ilegível] deste órfão por
 8 [à margem esquerda] 4\$000 seu formal [ilegível]
 9 [ilegível] e que os
 10 seus mutiplicação da Cal
 11 o preço e constara
 12 Axou
 13 Mais elle ditto Juis por decla
 14 ração do ditto tutor que os

15 dois mil Reis lhe perduados
 16 a este órfãos por seu for
 17 mal [ilegível] es
 18 tava em cer e que as suas mo
 19 [à margem esquerda] 2\$000 tiplicaçons da cal o preço
 20 constara
 21 Axou mais o ditto
 22 por declaração do ditto tutor
 23 que os nove mil e oitocen
 24 tos e trinta e quatro Reis do
 25 [à margem esquerda] 94834 peduados a este órfãos por
 26 seu formal [ilegível]
 27 [ilegível] que se achou em [ilegível] ser
 28 [ilegível] ao mesmo órfão
 29 Axou mais elle ditto Juis
 30 por declaração do ditto tutor
 31 que este órfão não tinha
 32 tinha [?] mais bens algum de
 33 que dece conta se não os
 34 declarados que dado tinha
 35 de que para constar fiz este
 36 termo Eu Francisco Pinto
 37 Brandão Escrivam de órfãos
 38 que o Escrevi
 39 Bens separados
 40 para o [ilegível] da qu
 42 [à margem esquerda] 15\$834 antia de quinze mil e oitocentos
 43 e trinta [e quatro Reis]

[fl.13]

1 Axou mais elle ditto Juis por
 2 declaração do dito tutor que
 3 os quatro mil reis adjudicados [à margem direita] 4\$000
 4 estes órfãos por seu formal
 5 [ilegível]
 6 e que as suas multiplicações
 7 ao [ilegível] constara
 8 Axou
 9 mais o ditto Juis por decla
 10 raçam do ditto tutor que os dois
 11 mil Reis adjudicados a este
 12 orfão por seu formal
 13 nas cabeças do gado estava em [à margem direita] 2\$000
 14 os e que [ilegível] suas motipli
 15 cações [ilegível] cons
 16 tara
 17 Axou mais elle ditto
 18 Juis por declaraçãm do ditto

19 tutor por que nove mil oi
 20 tocentos e tirnta e quatro
 21 Reis Adjudicados este or
 22 fão por seu formal ao
 23 [ilegível] estava em [ilegível] ser [á margem direita] 9\$834
 24 vindo o mesmo órfão
 25 Axou mais elle ditto Juis por decla
 26 raçam do ditto tutor que des
 27 te órfão não tinha mais
 28 bens algum de que dece
 29 Senão os que [ilegível] tinha
 30 que costava cer do seu
 31 formal de que fora cons
 32 tar [ilegível] Fran
 33 cisco Pinto Brandão Escri
 34 vão de órfãos que o Escre [à margem direita] Porçam
 35 vi
 36 Bens separados para
 37 o herdero João da quantia [à margem direita] 15\$834
 38 de quinze mil e oitocentos
 39 e trinta e quatro Reis
 40 Axou

[fl.13v.]

1 Axou mais o ditto Juis
 2 por declaraçam do ditto tu
 3 tor que os quatro mil Reis
 4 Adjudicados a este órfão
 5 por seu formal [ilegível]
 6 [ilegível] de gado vacuum digo [ilegível]
 7 [à margem esquerda] 4\$000 [ilegível] estara em
 8 cer eque as suas me testi
 9 ficam da Ral [ilegível] cons
 10 tara
 11 Axou mais elle di
 12 to Juis por declaraçam
 13 do ditto tutor que os dois
 14 mil Reis adjudicados
 15 a este órfão por seu
 16 formal na cabeça de gado
 17 estava em cer e que a sua
 18 motiplicação no Rol para
 19 [á margem esquerda] 2\$000 constar
 20 Axou mais elle
 21 ditto Juis por declaração
 22 do ditto tutor que os nove
 23 mil oitocentos e trinta
 24 e quatro Reis Adjudicados

25 a este órfão por seu for
 26 mal no valor da [ilegível]
 27 [ilegível] em em [sic] servindo o
 28[á margem esquerda] 9\$834 mesmo órfão
 29 Axou mais
 30 elle ditto Juis por declara
 31 ração do ditto tutor que este
 32 orfão não tinha mais bens
 33 alguns de que dece
 34 Conta de que para cons
 35 tar fiz este termo Eu
 36 Francisco Pinto Bran
 37 dão Escrivão de órfãos
 38 que o Escrevi
 39 Bens separa
 40 dos para a herdera [ilegível]
 41 da quantia de quinze mil
 42 oitocentos e trinta e qua
 43 [á margem esquerda] 15\$834 tro Reis
 44 Axou mais elle

[fl.14]

1 elle ditto Juis por declaração
 2 do tutor que os quatro
 3 mil Reis Adjudicados a este
 4 orfão por seu formal
 5 [ilegível]
 6 [ilegível] e que na sua
 7 motiplicação do Rol
 8 mesmo [?] constara
 9 Axou
 10 mais o ditto Juis por de
 11 claração do ditto tutor que
 12 os dois mil Reis Adjudica
 13 dos a este órfão por sua
 14 formal [ilegível] de gado
 15 estava em [ilegível] e que as suas
 16 motiplicação do Rol [ilegível] cons
 17 tara
 18 Axou mais elle o ditto
 19 juis por declaração do ditto
 20 tutor que os nove mil Reis
 21 e oitocentos e trinta e qua
 22 tro reis Adjudicados [ilegível]
 23 que por sua formal no
 24 valor da escrava estava
 25 em cer Servido o mês
 26 mo órfão

27 Axou mais
 28 o ditto Juis por declara
 29 ção do dito tutor que este
 30 orfão não tinha mais
 31 bens algum de que dece
 32 contas senão os que dado
 33 tinha que constavam
 34 de seu formal de que
 35 para constar fiz este
 36 termo Eu Francisco Pin
 37 to Brandão Escrivão de
 38 orfãos que o Escrevi
 39 Bens
 40 separados a herdera [ilegível]
 41 da quantia de quinze mil Reis [ilegível]
 42 digo mil e oitocentos e trinta
 43 e quatro Reis

[fl.14v.]

1 Axou mais o ditto Juis
 2 por declaração do ditto tu
 3 tor que os quatro mil Reis
 4 adjudicados a este órfão
 5 por seu formal no va
 6 [à margem esquerda] 4\$000 lor do gado vacuum digo no
 7 valor da besta estava em
 8 cer e que as suas motipli
 9 cações do Rol [ilegível] cons
 10 tara
 11 Axou mais elle o di
 12 to Juis por declaraçam
 13 do ditto tutor que os dois
 14 mil Ris Adjudicados
 15 a este órfão por sua
 16 formal na cabeça de gado
 17 estava m cer e que a sua
 18 motiplicação no Rol [ilegível]
 19 [à margem esquerda] 2\$000 constara
 20 Axou mais elle
 21 ditto juis por declaração
 22 do ditto tutor que os nove
 23 mil e oitocentos e trinta
 24 e quatro Reis Adjudicados
 25 a este órfão por sua for
 26 mal no valor da escrava
 27 [illegível] em em [?] servido a
 28 [à margem esquerda] 9\$834 mesma órfão
 29 Axou mais

30 o ditto juis por declara
 31 ção do ditto tutor que a esta
 32 orfao não tinha mais bens
 33 alguns de que dece conta
 34 senão os declarados que
 35 constara cer a de seu
 36 formal de que para cons
 37 tar ffiz este termo eu Fran
 38 cisco Pinto Brandão Escri
 39 vão de órfãos que o Escrevi
 40 bens separados para o herdero
 41 Jose da quantia de quinze mil
 42 oitocentos e trinta e quatro

[fl.15.]

1 Axou mais elle ditto Juis
 2 por declaração do dito tu
 3 tor que os quatro mil Reis
 4 Adjudicados a este órfãos
 5 por seu formal na ba [à margem direita] 4\$000
 6 ca de besta estava [ilegível]
 7 e que as suas moléstias
 8 [ilegível] do Rol [ilegível] cons
 9 tara
 10 Axou mais o ditto
 11 Juis por declaraçam do
 12 ditto tutor que os dois
 13 mil Reis Adjudicados
 14 a este órfão por seu for
 15 mal na cabeça do gado
 16 estava [ilegível] su [à margem direita] 2\$000
 17 a motilicaçons a parte
 18 [ilegível] constara de que
 19 para constar fiz este
 20 termo
 21 Axou mais elle
 22 o ditto Juis por dclaração
 23 do ditto tutor que os nove
 24 mil e oitocentos e trinta
 25 e quatro Reis Adjudicados [à margem direita] 9\$834
 26 a este órfãos por sua
 27 formal no valor da
 28 Escrava Maria estava
 29 em cer Servido [ilegível]
 30 órfão
 31 Axou mais elle
 32 ditto Juis por declaração
 33 do ditto tutor que este

34 orfao não tinha mais
 35 bens alguns de que [ilegível]
 36 Constar senão de que
 37 da os tinha que conta
 38 vão serem de seu for
 39 mal e que para cons
 40 tar fiz este termo Eu Fran
 41 cisco Pinto Brandão Escrivão
 42 de órfãos que o Escrevi

[fl.15v.]

1 Bens separados para o herdero
 2 [à margem esquerda] Porçam [ilegível] da quantia de quin
 3 [à margem esquerda] 15\$834 ze mil oitocentos e trinta
 4 e quatro Reis
 5 Axou mais
 6 elle ditto Juis por declaração
 7 do ditto tutor que os qua
 8 tro mil Reis Adjudicados
 9 a este órfão por seu
 10 formal na cabeça de
 11 [à margem esquerda] 4\$000 besta estava [ilegível] e que
 12 as suas motiplicaçons o Rol
 13 [ilegível] constara
 14 Axou
 15 mais o ditto Juis por decla
 16 raçam do ditto tutor que os
 17 dois mil Reis Adjudicados
 18 a este órfão por seu for
 19 mal na cabeça do gado
 20 [à margem esquerda] 2\$000 estava [ilegível] e que as
 21 Suas motiplicaçons o Rol
 22 apennas constara
 23 Axou mais
 24 elle ditto Juis por declaração
 25 do ditto tutor que os nove
 26 mil oitocentos e trinta
 27 e quatro Reis Adjudicados
 28 a este órfão por seu for
 29 mal no valor da escrava
 30 Maria estava em cer ser
 31 vido [ilegível] órfãos
 32 Axou mais o ditto Juis
 33 por declaração do ditto tu
 34 tor que deste órfão não
 35 tinha mais bens alguns
 36 de que dece conta senão
 37 o que dos tinha que cons

38 tava cer em de sua formal
 39 de que fiz este termo Eu
 40 Francisco Pinto Brandão
 41 Escrivão de órfão o Escrevi

[fl.16]

1 Bens separados para o herdero
 2 [ilegível] da quantia de
 3 quinze mil oitocentos e trin [à margem direita] Porção
 4 ta e quatro Reis [à margem direita] 15\$830
 5 Axou mais
 6 elle ditto Juis por declara
 7 çam do ditto tutor que os
 8 quatro mil Reis [ilegível]
 9 em dar aeste órfão por sua
 10 formal em cabeça de ga
 11 do estava [ilegível]
 12 [ilegível] motiplicaçons
 13 Axou mais o ditto Juis
 14 por declaraçam do ditto tu
 15 tor os deis mil Reis adju
 16 dicados a este órfão por
 17 sam formal nas suas
 18 cabeças de gado vacuum
 19 de toda corte estvão [à margem direita] 10\$000
 20 em [ilegível] que a sua mo
 21 tiplicação do Rol [ilegível]
 22 [ilegível] constara
 23 Axou mais
 24 elle ditto juis por declara
 25 çam do ditto tutor que os
 26 mil oitocentos e trinta
 27 e quatro Reis Adjudicados
 28 a estes órfãos por sam [à margem direita] 1\$834
 29 formal [ilegível] es
 30 tava em cer servido ao
 31 mesmo órfão
 32 Axou mais
 33 o ditto Juis por decla
 34 ração do ditto tutor que
 35 que [sic] este órfão não tinha
 36 mais bens alguns a que
 37 dece conta senão os que
 38 dado tinha que constava
 39 cer os de sua formal de que
 40 para constar fiz este termo
 41 Eu Francisco Pinto Brandão
 42 Escrivão que o Escrevi

[fl.16v.]

1 E foi ditto [ilegível]
 2 o ditto Juis [ilegível] constar por
 3 [ilegível] pello dito tutor
 4 foi dito que elle havia
 5 dado contas da sua tutella
 6 e que estava encarregado
 7 a sua administraçam e que
 8 o ditto órfão Se haxarão
 9 em companhia da sua
 10 Mai [ilegível]
 11 da Doutrina [ilegível] como
 12 bem Notório a herda apare
 13 cimento e que não dava a
 14 pesas algumas dos ditos
 15 orfãos por se haverem a
 16 compamhia de sua a elles
 17 de que para constar fiz es
 18 te termo Eu Francisco Pin
 19 to Brandão Escrivão de
 20 orfãos que o Escrevi
 21 Francisco Pinto Brandão

[fl.17]

1 Rol dorimentos [?] dos guados [?] e aquis
 2 dos orfos que so ce ficou [?]

3 orfam Maria

4 14 [?] _____ nada

5 1785 _____ nada

6 1786 _____ s1

7 1787 _____ m1

8 1788 _____ [] _____ s1

9 1789 _____ nada

10 1790 _____ m1

11

	_____ 1	
	_____	1
	_____	1
	_____	1
orfo Pedro	soma	4

12 1784 _____ nada

13 1785 _____ nada

14 1786 _____ s1

15 1787 _____ m1

16 1788 _____ nada

17 1789 _____ s1

18 1790 _____ nada

19

	_____ 1	
	_____	1
	_____	1
orfo Narciza	soma	3

20 1784	_____	nada	
21 1785	_____	nada	
22 1786	_____	s1	_____ 1
23 1787	_____	m1	_____ 1
24 1788	_____	nada	
25 1789	_____	s1	_____ 1
26 1790	_____	m1	_____ <u>1</u>
27			orfo João soma 4

26 1784	_____	nada	
27 1785	_____	nada	
28 1786	_____	m1	_____ 1
29 1787	_____	s1	_____ 1
30 1788	_____	m1	_____ <u>1</u>
31 1789	_____	nada	
32 1790	_____	nada	orfo quitéria 3

33 1784	_____	nada	
34 1785	_____	nada	
35 1786	_____	m1	_____ 1
36 1787	_____	s1	_____ 1
37 1788	_____	m1	_____ <u>1</u>
38 1789	_____	nada	
39 1790	_____	nada	soma 3

[fl.17v.]

1 orfo Joze			
2 1784	_____	nada	
3 1785	_____	nada	
4 1786	_____	m1	_____ 1
5 1787	_____	nada	
6 1788	_____	s1	_____ 1
8 1789	_____	m1	_____ <u>1</u>
9 1790	_____	nada	soma 3

10 d orfo Lortome			
11 1784	_____	nada	
12 1785	_____	nada	
13 1786	_____	s1	_____ 1
14 1787	_____	m1	_____ 1
15 1788	_____	nada	
16 1789	_____	s1	_____ <u>1</u>
17 1790	_____	nada	
18			soma 3
19			soma tudo 23
20 o titor			

21 [] João Pais Barreto
 22 8o Francisco Pinto Brandão

[fl.18]

1 redimento dorimal cauolau dos orfo os que

2 que [sic] sou titor

3 orfa maria

4 1784 _____ nada

5 1785 _____ sl

_____ 1

6 1786 _____ nada

8 1787 _____ nada

9 1788 _____ m1

_____ 1

10 1789 _____ nada

11 1790 _____ nada

soma 2

12 orfo Pedro

13 1784 _____ m1

14 1785 _____ nada

15 1786 _____ nada

16 1787 _____ nada

18 1789 _____ nada

19 1790 _____ nada

_____ 1
 soma 1

20 orfo João

21 1784 _____ nada

22 1785 _____ nada

23 1786 _____ nada

24 1787 _____ sl

_____ \$ 0 1

25 1788 _____ nada

26 1789 _____ nada

soma 1

27 1790 _____ nada

28 orfo quitéria

29 1784 _____ nada

30 1785 _____ nada

31 1786 _____ nada

32 1787 _____ sl

_____ 1

33 1788 _____ nada

34 1789 _____ nada

soma 1

35 1784 _____ nada

36 [orfo] Joze

37 1784 _____ nada

38 1785 _____ nada

39 1786 _____ nada

40 1786	_____ m1	_____	$\frac{1}{1}$
41 1787	_____ nada		
42 1788	_____ nada	soma	
42 1789	_____ nada		

[fl.18v.]

1 orfo Narsiza			
2 1784	_____ nada		
3 1785	_____ nada		
4 1786	_____ s1	_____	1
5 1787	_____ nada		
6 1788	_____ nada		
7 1789	_____ m1	_____	$\frac{1}{1}$
8 1790	_____ nada		
9		soma	2

10 orfo opostomo			
11 1784	_____ nada		
12 1785	_____ nada		
13 1786	_____ nada		
14 1787	_____ s1	_____	$\frac{1}{1}$
15 1788	_____ nada		
16 1789	_____ nada		
17 1790	_____ nada	soma	$\frac{1}{8}$
19 titor		soma tudo	8
20 Ruanhuo [?] João pais Barreto			
21 <u>Francisco Pinto Brandão</u>			

[fl.19]

1 Auto de conclusão [?]
2 Aos tres dias do mes de Ju
3 lho de mil setecentos e
4 noventa annos nesta Nova
5 villa de Pombal de Nossa
6 Senhora do bom Sucesso co
7 marca da Paraíba do Norte no
8 meo escritório faço estes Au
9 tos conclusos ao Juis de or
10 fãos o Ajudante Francisco
11 da Costa Barbosa de que pa
12 ra constar fiz este termo Eu
13 Francisco Pinto Brandão
14 Escrivão de órfãos qu Es
15 crevi
17 Visto orfo contas dados por esta tilha

18 que delles consta outro os bens adjudicados
 19 estas partilhas em ser menos do erdeira
 20 Liondra parte esta falecido e por ser
 21 a legitima dado a sua mai como for
 22 cada erdeira de seus bens que for ignorante
 23 fez o ditto tutor menção nestas contas da
 24 dita falecida o escrivão [?] ponha cotta
 25 no ditto erdeiro e pagão o Referido tutor os
 26 Custos e os haja por Rotta dos erdeiros [ilegível]
 27 [ilegível] e assim se cumpra e goarde [ilegível]
 28 lho que julgo estas contas [ilegível] para
 29 sua verdade entreponho minha autori
 30 dade e decreto judicial Pombal
 31 3 de julho de 1790
 32 Francisco da costa Barbosa

[fl.19v.]

1 Termo [?] de Datta
 2 Aos tres dias do mes de
 3 Julho de mil Settecen
 4 tos e noventa annos nes
 5 ta Nova villa de Pombal
 6 de Nossa Senhora do Bom
 7 Sucesso Comarca da
 8 Paraiba do Norte no
 9 meo escritório pello
 10 o Juis de órfão o aju
 11 dante Francisco da Cos
 12 ta Barbosa me forão
 13 dados Estes Autos com
 14 a Sua Sentença Retro
 15 que mandou seu [?] [ilegível]
 16 prece e [ilegível] como
 17 nella se [ilegível] e de
 18 clara de que para cons
 19 tar fiz este termo Eu fran
 20 cisco Pinto Brandão Es
 21 crivão de órfãos que o Es
 22 crevi

[fl.20]

1	Para o [ilegível]	
2		\$820
3	Para o Juis	<u>\$820</u>
4		1\$640
5		<u>80</u>

6	1\$720
	[rubrica]
7 Para o escrivam	
8 Auto	\$040 [?]
9 Certidam	\$200
10 Reconhecimento	\$060 [?]
11 Conclusão de fim	[ilegível]
12 R[ilegível]	<u>\$500</u>
	1\$985
	<u>80</u>
	2\$065
	[rubrica]

13 Visto [ilegível] Pombal 18 de
 14 Agosto de 1791 [?]
 15 [rubrica]

Anexo F - Transcrição integral da procuração que fez Francisco Pereira de Sa e Agostinho de Araujo Fonceca

1 Procuração bastante que fazem
 2 Francisco Pereira de Sa e Agostinho
 3 de Araujo Fonceca [?] Como aDmenystradores de seus esCravos
 4 em 2 de Dezembro de 1794
 5 Saibam quantos Este publico instrumento de procuração
 6 bastante virem que sendo no anno do Nascimento de NoSso Senhor
 7 Jesus Chisto de mil ceteCentos e noventa e quatro annos aoz
 8 quatro dias do mês de dezembro do dito anno nesta [nova]
 9 vila do Pombal de NoSsa Senhora do Bom SuceSso
 10 comarca da Paraiba do [Norte em meu Escriptorio apareSeo
 11 Francisco Pereira de Sa e Agostinho de Araújo da Fonceca]
 12 moradores na Ribeira do Pianco deste termo [ilegível]
 13 proprios de que se trata me foi dito em presença das testemunhas ao di
 14 ante nomias e aSignadas que eles que bem deste publico instrumento
 15 no melhor modo [via que poSa ser] fazia ordennava e Constituia por Seos certos
 16 e em todo bastante procuradores na Cidade da Paraiba do Norte ao
 17 DD Gabriel Cezar Bezerra Augusto Xavier [ilegível] o Reverendo Jose
 18 [ilegível] de VasConcelos Manoel de Mello e Castro na cidade da Bahia de
 19 todos os Santos ao capitão mor Chistovão da Rocha Pita aos
 20 DD Francisco Pereira de Negreiros Jose João [ilegível] de Vasconcelos
 21 Antonio Jose da Silva e a goarda menor da Relação Jose Vito
 22 rino Vieira de [ilegível] mostradores que serão do presente instrumento
 23 aos coais diSe que dava Cedia e trespassava todo o seu livre e
 24 cumprido mandado especial e geral quão bastante in direito se requer
 25 [para que] seos procuradores todos quantos e Cada hum de per Si
 26 onde Com esta se axarem e neSe lhes for em nome da [ilegível]
 27 [ilegível] como se presente fora posão Cobrar e ARecadar
 28 aos suas movers cobrarem [?] toda a sua fazenda e bens dívidas que se lhes
 29 seu título modo maneira ou Razão que Seja Citar e demandar
 30 Levar a Juizo [e fora dele e onde necessário lhe for]
 31 e aSignar aos das partes contrariar alegando mostrando e de
 32 fendendo todo o seu direito e justiça em todas as suas causas
 33 e demandas crimes e cíveis movidas e por mover nos auditórios
 34 e tribunais aos [ilegível] de hum ou outro for ou neles ouver des
 35 paxos e senencas nos dados a seo favor [ilegível] do
 36 proSeso e fazelo dar a sua dívida [ilegível] con
 37 trarios Apelar e Agravar tudo digo Agravar [ilegível] com
 38 Embargos tudo Seguir ou Renunciar thomar a cada
 39 [ilegível]
 40 [ilegível]
 41 [ilegível]
 42 [ilegível]
 43 ma dele outorgante qual quer Licito juramento Supletorio [?] de [ilegível]
 44 de Calunia deixalos a parte se lhes pareser por suspeições
 45 tirar instrumentos de Agravo e Cartas testemunháveis [ilegível] Subs
 46 tabalecerem nos procuradores que quizerem ficando lhes sem
 47 pre com mesmos poderes em força e vigor para delles uzarem

48 Com Livre e geral administração [ilegível] e Reconvenções todo
49 o dito tudo o legado Recebido e asignado pelos ditos seu procu
50 radores Substabelecidos e Haverão por bem firme e valiozo
51 Seguindo em tudo suas ordens Cartas e averes [?] e quaes quer
52 Se lhe de enteira fe e Credo [?] Como parte deste instrumento
53 Em fe e testemunho de verdade aSim a deverão e otorgarão
54 [ilegível] este instrumento nesta nota e nela asignarão sen
55 do presentes Manoel Antonio do Rego e Antonio Ba
56 zilio que os Reconheço pellos próprios esta fiz [ilegível]
57 Distribuido pelo distribuidor de [ilegível] Antonio
58 do Rego Faria Tabelião que escrevi
59 Francisco Pereira de Sa
60 Agostinho de Araujo Fonceca
61 Antonio Bazilio

Anexo G - Inventários da segunda metade do século XVIII, sertão do Rio Piranhas

Inventários (século XVIII)

INVENTARIADO	ANO	INVENTARIANTE
Sargento mor Luis Peixoto Viegas	1783	Tenente Felipe Leite Ferreira (testamenteiro e inventariante)
Sargento mor Luis Peixoto Viegas	1783	Domingos Peixoto (crioulo forro vaqueiro do dito e por morar em sua companhia e saber de todos os seus bens negócios)
João Pereira da Silva	1783	Anna Pereira Barrera (inventariante meeira)
Damiana de Sousa	1783	Francisco Alves (inventariante meeiro)
José Gonçalves Ferreira	1784	Capitão Manoel Ferreira da Fonseca (testamenteiro inventariante)
Antonia Leandra da Conceição	1785	
Jose Alves Barreto	1785	Joam Phelipe de Oliveira (filho do inventariado)
Joana Monteiro	1786	Alexandre Alves da Silva (esposo da inventariada)
Luzia Barboza	1786	Francisca de Barros Passos
Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos	1787	Dona Anna Leite Ferreira (esposa do inventariado)
Maria Francisca	1793	Felipe Borges Ferreira (esposo da inventariada)
Pedro Pereira de Lucena	1793	Antonio Pereira (filho do inventariado)
Francisco da Silva Passos	1795	
Manoel Joaquim	1796	Maria Pereira do Sacramento (esposa do inventariado)
Izabel Maria	1799	Luiz da Silva Pereira (esposo da inventariada)

Fonte: Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Anexo H - Imóveis nos inventários do sertão do Rio Piranhas

Imóveis nos inventários do sertão do Rio Piranhas.

ANO	TERRA	CASAS
1783	Terra (450\$000)	*
1783	Terras de criar gado (400\$000)	*
1783		*
1783		*
1784		*
	Terras de criar gados (150\$000)	
1785		01 casa de taipa (13\$000)
	Terra (85\$000)	
1786	01 pedaço de terras (30\$000)	*
	01 sítio de terras com três léguas de comprido e uma de largo (200\$000)	
	01 data de sesmaria de data de sobra da terra [...] (100\$000)	
1787	01 data de sesmaria de terras três léguas de comprido e uma de largo (200\$000)	01 morada de casas de taipas (50\$000)
	01 data de sesmaria de sobra (100\$000)	
	01 parte de terras (700\$000)	
	01 sitio de criar gados chamado Flores (600\$000)	
1793	01 pedaço de terra sem demarcação no sítio do Catolé por escritura passada por seu sogro o tenente coronel Francisco da Rocha (200\$000)	
1793		01 morada de casa de taipa coberta de telhas com suas portas e fechaduras no lugar do Serrote (6\$4000)
1795	Terra [?] (100\$000) (Não identificado) (40\$000) Um sítio (156\$136) Sitio cavalletes (314\$800) Sitio Bouqueiram na Ribeira do Piancó (80\$000)	
1796	*	*
1799	01 pedaço de terra (227\$000)	*

Fonte: Inventários de 1783, 1784 e 1785, 1786, 1787, 1793, 1795, 1796 e 1799. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.